



JARDIM DO SERIDÓ:
A construção dos espaços públicos na “Veneza Seridoense” nas
primeiras décadas do século XX.

DIEGO MARINHO DE GOIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA I: NATUREZA, RELAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS E
PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS

JARDIM DO SERIDÓ:
A construção dos espaços públicos na “Veneza Seridoense” nas
primeiras décadas do século XX.

DIEGO MARINHO DE GOIS

NATAL-RN

2012

DIEGO MARINHO DE GOIS

JARDIM DO SERIDÓ:
A construção dos espaços públicos na “Veneza Seridoense” nas
primeiras décadas do século XX.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa I: Natureza, Relações Econômico-Sociais e Produção dos Espaços, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Dr. Raimundo Pereira de Alencar Arrais.

NATAL

2012

DIEGO MARINHO DE GOIS

JARDIM DO SERIDÓ:
A construção dos espaços públicos na “Veneza Seridoense” nas
primeiras décadas do século XX.

Dissertação avaliada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração História e Espaços, Linha de Pesquisa I: Natureza, Relações Econômico-Sociais e Produção dos Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Raimundo Pereira de Alencar Arrais
Departamento de História – UFRN
(Orientador)

Professor Dr. Muirakytan Kennedy de Macêdo
Departamento de História – UFRN
(Examinador Interno)

Professor Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
Departamento de História – UFCG
(Examinador Externo)

Professor Dr. Helder do Nascimento Viana
Departamento de História – UFRN
(Suplente)

Natal, agosto de 2012

*À cidade de Jardim do Seridó.
Onde nasci, cresci e me inspirei.*

AGRADECIMENTOS

Ao chegarmos à conclusão de mais uma caminhada aos olhos de Clio, descobrimos que a concretização desta empreitada só foi possível porque contamos com a colaboração de um elenco de pessoas, que nos foram caras, ajudando em demasia nesta pesquisa.

Acima dos mortais, encontrei aconchego e segurança em Deus, a quem eu acredito, confesso e recorri nos momentos de angústias.

Na terra dos mortais, agradeço a minha família, em especial ao meu pai José, minha mãe Rita e minha irmã Janaina. Pelo incentivo, participação e acolhimento, mesmo quando os desafios acadêmicos inviabilizaram a minha presença nas relações familiares.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História e Espaço da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, especialmente ao meu orientador Raimundo Pereira de Alencar Arrais, pela paciência e fundamental participação nesta pesquisa. Os seus ensinamentos estão presentes neste trabalho, enquanto os erros são meus.

Sou grato ainda aos professores: Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Fátima Lopes, Helder Viana e Paulo Knauss, de quem tive aulas e aos colegas do mestrado, na pessoa do amigo Anderson. Registro meus agradecimentos aos professores Muirakytan Kennedy e Helder Viana pela participação e leitura atenta do trabalho na Banca de Qualificação.

A amiga Evaneide Maria de Melo, a quem primeiro compartilhei as minhas pesquisas no jornal *O Município*, sua participação na fase inicial foi decisiva.

Ao pesquisador Sebastião Arnóbio de Moraes, que lia atentamente os primeiros rascunhos deste trabalho e a Rostand Medeiros, pelo fornecimento de documentos históricos.

Ao colega de ofício Willian Pinheiro, sempre disposto a colaborar com documentos.

Ao amigo Padre Jocimar Dantas de Araújo, prefeito de Jardim do Seridó, que acreditou no meu trabalho, colaborando na minha permanência em Natal durante o período das aulas.

Enfim, a todos, mesmo aqueles cujos nomes não estão arrolados neste espaço de agradecimento, o nosso reconhecimento e obrigado!!!

RESUMO

Sendo o espaço e a cidade objetos de desejos, interesses, seduções, sedições, apropriações, batalhas, vitórias, derrotas; requerem que se analisem historicamente. Esta pesquisa investiga e problematiza a construção dos espaços públicos da cidade de Jardim do Seridó, sertão do Rio Grande do Norte, nas primeiras décadas do século XX, quando a municipalidade jardinense foi presidida por Heráclio Pires Fernandes, que governou a cidade de 1917 a 1930 e era formado pela Faculdade de Farmácia do Recife, onde entrou em contato com as influências arquitetônicas, políticas e artísticas que circulavam na capital pernambucana. Nas primeiras décadas do século XX, o espaço jardinense passa a ganhar enunciados e práticas, frente ao discurso da modernidade, que buscava legitimar o título de “Veneza Seridoense”. Nessa época, a cidade passou por diversas transformações em seus espaços públicos, através da construção do Açougue, o Mercado, as Estradas Públicas ligando a cidade aos outros centros urbanos, a edificação da Ponte da Fazenda Pedra Lavrada, o Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, a criação da Banda de Música “Euterpe Jardinense”, o Grêmio Literário e Recreativo Jardinense, o Coreto, o calçamento, arborização, iluminação, nomeação e numeração das ruas, a pintura anual das residências, a chegada dos automóveis, os correios e o telégrafo. A construção desses novos cenários e a chegada de equipamentos geraram impactos no cotidiano da população e foram recepcionados de forma diferenciadas pelos sujeitos envolvidos no processo, o que mostra a tensão entre o velho e o novo na relação em história e espaço.

PALAVRAS-CHAVE:

Espaços, modernidade, cidade.

ABSTRACT

As the space and the city are objects of desires, interests, seduction, sedition, appropriations, battles, victories, defeats, require to be analyzed historically. This research investigates and discusses the construction of public spaces in Jardim do Seridó City, backwoods of Rio Rio Grande do Norte, in the first decades of twentieth century, when the municipality was chaired by Heráclio Pires Fernandes, who ruled from 1917 to 1930 and was graduated from the University of Pharmacy of Recife, where he contacted the architectural, political and artistic influences circulating in the capital of Pernambuco. In the first decades of the twentieth century, the space of "Jardim" earns statements and practices, against the discourse of modernity, which sought to justify the title of "Veneza Seridoense". At the time, the city had undergone several transformations in its public spaces through the construction of the Butchery, the Market, the Public Roads connecting the city to other urban centers, the building of the Bridge of the Pedra Lavrada Farm, the Elementary School "Antônio de Azevedo", the creation of the Music Band "Euterpe Jardimense", the Literary and Recreative Guild, the pavilion, the paving, tree planting, lighting, streets naming and listing of the annual painting of households, the arrival of automobiles, mail and telegraph. The construction of these new sceneries and the arrival of equipments generated impacts in the daily life of the population and were received differentiated ways by individuals involved in the process, which shows the tension between old and new, the relationship between history and space.

KEYWORDS:

Space, Modernity, City.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Ao fundo, Ponte da Fazenda Pedra Lavrada, edificada sobre o Rio Seridó, zona rural do município de Jardim do Seridó, na gestão de Heráclio Pires, tendo sido inaugurada no ano de 1927, em cerimônia presidida pelo Governador Juvenal Lamartine de Faria.....	46
Figura 02: Açougue Público edificado em 1919, com destaque para as diversas janelas ao longo de toda a estrutura, favorecendo a circulação de ar e evitando tornar o ambiente quente.....	74
Figura 03: Mercado Público remodelado em 1920, fotografado pelo Studio Photo Pires.....	78
Figura 04: Anúncio da loja comercial A Sympathia publicada no jornal <i>O Município</i>	80
Figura 05: Anúncio comercial da Sapataria Oliveira.....	81
Figura 06: Detalhe da antiga Rua Padre Justino, hoje Cel. Felinto Elísio. Nesta imagem podemos observar o processo de arborização empreendida pela Intendência Municipal.....	84
Figura 07: Rua Dr. Fernandes, em frente à residência de Heráclio Pires, sobrado à direita. Vejamos o plantio de “Fícus Benjamim” distribuído ao longo da extensão da rua.....	85
Figura 08: Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, inaugurado em 1928.....	99
Figura 09: Mulheres pousando para o fotógrafo nas escadarias do coreto.....	106
Figura 10: Mulheres pousando para foto, tendo ao fundo o Coreto.....	107
FIGURA 11: Vista panorâmica da entrada da cidade de Jardim do Seridó, presente no Relatório <i>Brazilian Cotton</i> .de Arno S. Pearse.....	152

LISTA DE TABELA

Tabela 01: Dados estatísticos do relatório da Missão Pearse, Brazilian Cotton.....29

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo Primeiro: Espaços em Movimento: as estradas públicas e seus múltiplos usos.....	20
Capítulo Segundo: A construção dos espaços públicos em Jardim do Seridó: a “Veneza Seridoense”	65
Capítulo Terceiro: Entre o novo e o velho: a construção de uma outra Jardim do Seridó nas crônicas jornalísticas.....	110
Considerações Finais.....	150
Acervos, Fontes e Referências.....	155

Introdução

INTRODUÇÃO

Do alto do campanário da torre do Sagrado Coração de Jesus, ponto mais elevado de Jardim do Seridó, contemplamos a cidade. A bruma varrida pelo vento faz perceber imensos monumentos criados pelos homens no Jardim, no meio do jardim: velhos sobrados como o outrora pertencente ao Padre Francisco Justino Pereira de Brito, ou o do Coronel José Thomaz de Aquino Pereira, aliado às duas majestosas torres que formam a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, além do edifício onde funcionava a antiga Casa de Câmara e Cadeia Pública, prédios construídos no século XIX. Esses monumentos poderiam nos levar a acreditar que o discurso da modernidade, a destruir tudo o que é sólido¹, não teria chegado a estas redondezas. Porém, o próprio motivo de alguns prédios terem mudado de função denuncia que os espaços públicos da cidade estavam passando por uma transformação.

Subir até o Alto do Sagrado Coração de Jesus é o mesmo que ser arrebatado ao domínio da cidade. É sentir-se o corpo ser enlaçado pelas ruas, onde coincidem os extremos de prédios criados ontem e as construções urbanas dos dias de hoje, observando o espaço da cidade como uma arte em mutação, onde se entrelaçam o passado e o presente. A cidade-panorama constitui um quadro pintado por múltiplas pinceladas.

Superados os entusiasmos iniciais de contemplar panoramicamente a cidade, tendo a sensação de se ter um olhar divino, pois, do Alto do Sagrado Coração de Jesus, observamos a cidade de “cima”, percebe-se que estar “embaixo” e caminhando por entre as ruas e avenidas é adentrar no universo dos homens, onde a vida urbana acontece. Espaço de desejos, de alegrias, de tristezas, de seduições, de sedições, de apropriações, de batalhas, de vitórias, de derrotas. Como Michel de Certeau², pensamos que uma pesquisa em História se justifica a partir de uma tríplice operação envolvendo um lugar social, uma prática e uma escrita. Neste sentido, o nosso interesse em analisar as transformações nos olhares dos homens para com o espaço de Jardim do Seridó no início do século XX, percebendo a

¹ BERMAN, Marshall. *Todo que é sólido desmancha no ar*, 2007.

² CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*, p. 66.

necessidade de integrar a cidade aos novos tempos, por parte dos administradores e dos letrados, através do discurso da modernidade, recria o reconhecimento da “Veneza Seridoense”, como um esforço concretizado a partir das minhas “caminhadas pela cidade”³.

Se olharmos a cidade com maior atenção, descortinaremos o elegante Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, responsável pela educação de gerações e gerações de jardinenses. No frontispício deste prédio, vemos o brasão do Estado Rio Grande do Norte e a referência ao ano de 1928. Deslocando um pouco mais a direção da vista, observamos o atual edifício Vereadora Miquelina dos Santos Medeiros, onde funciona a atual sede da Câmara Municipal. Também em sua fachada, vemos a data 1919, mostrando a edificação de imponentes prédios, a partir do final da década de 1910. Em meio aos edifícios públicos, a porção urbana é contornada por casas residenciais, destacando-se o sobrado de Heráclio Pires Fernandes como um ícone da arquitetura moderna local.

Como jardinense⁴, desde a infância, fui percebendo que a geografia urbana daquela cidade era contornada por diversos prédios, edificados nas primeiras décadas do século XX. Para atuar no período de 1917 a 1930⁵, recorte temporal sobre o qual se investe este objeto de estudo, a administração pública, representada pela Intendência Municipal, foi presidida por Heráclio Pires Fernandes. A partir de 1917, a cidade de Jardim do Seridó foi moldada através da construção de diversas ações e equipamentos, alterando profundamente os espaços citadinos e o cotidiano da população. Estradas, ponte, coreto, açougue, mercado, grupo escolar, calçamentos, arborização, iluminação, nomeação e numerações de ruas, limpeza das residências e prédios públicos, a chegada dos automóveis, dos correios, do telégrafo, são exemplos das transformações e das novas sensibilidades presentes nos espaços jardinenses. Os prédios construídos e reformados nessa época são locais amplos, ventilados e higienizados, levando em consideração os demais prédios da localidade. Essas edificações serviam para legitimar a passagem por um

³ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*, pp. 169-217.

⁴ Adjetivo para quem nasceu ou mora em Jardim do Seridó.

⁵ Para este recorte temporal, o município de Jardim do Seridó apresentava, segundo os Censos de 1900 e de 1920, os seguintes índices populacionais: em 1900 foram recenseados 10.139 habitantes, enquanto que em 1920 este número duplicou para 21.005. Vale acrescentar que a grande maioria da população habitava a zona rural, visitando o urbano nos dias festivos e em ocasiões especiais.

processo de transformação, tendo por base o discurso da modernidade, presente nas mentes dos administradores: uma forma de atualizar a cidade aos novos tempos, onde Jardim do Seridó seria reconhecida como a “Veneza Seridoense”, em sintonia com as mudanças que vinham sendo realizadas nas capitais brasileiras, sobretudo em Recife, capital do Estado de Pernambuco, cidade que servia de modelo de inspiração para a elite jardinense.

Em contato com a documentação da época, como o acervo da burocracia administrativa e, especialmente, o jornal *O Município – órgão independente e noticioso*, fomos percebendo os anseios e desejos da elite jardinense. Esse jornal circulou na cidade de Jardim do Seridó, no período de 1917 a 1919, e grande parte deste material encontra-se disponível para pesquisa, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. O jornal tinha como proprietário e diretor Heráclio Pires Fernandes e era gerenciado por Antídio de Azevedo. Esses intelectuais, um farmacêutico e correspondente de vários jornais de outras localidades e, o outro, historiador e membro de diversas academias de letras, integravam a equipe técnica do jornal, juntamente com a colaboração de outros letrados que assumiam a função de correspondentes, como: Aprígio Câmara, Francisco Auto, Artur Ribeiro, Bezerra Poty, P. Aristoteles, dentre outros.

O jornal tinha como público alvo os moradores da cidade de Jardim do Seridó e os residentes nos distritos municipais de Parelhas, São José da Bonita, Espírito Santo, Periquito e Santana, ligados administrativamente à gestão de Heráclio Pires. O jornal era publicado nos dias 10, 20 e 30 de cada mês e os exemplares eram comercializados através de assinaturas, sendo 5\$000 (cinco mil reis) anual, 3\$000 (três mil reis) semestral e \$200 (duzentos reis) o número avulso.

Esse jornal servia como veículo de divulgação das ações administrativas, políticas, econômicas, sociais, religiosas, educacionais e jurídicas que ocorriam na cidade. Com base nas matérias jornalísticas, escritas em forma de crônicas, tornou-se possível perceber os desejos e discursos que circulavam entre os que estavam à frente da administração e intelectuais e os anseios em atualizar a cidade, através do ideal de “progresso” e “civilização”. Tomamos esta discussão para investigar e problematizar como se processaram a construção dos espaços públicos e os novos

contornos implantados em Jardim do Seridó, cidade do sertão do Rio Grande do Norte, no início do século XX, frente ao discurso da modernidade.

Com base nesse contexto, algumas problemáticas começaram a povoar as nossas reflexões: Como o discurso da modernidade conseguiu circular por esta cidade? Que transformações nos espaços públicos e nas pessoas resultaram deste processo? Quais resistências ocorreram frente ao discurso da modernidade? São questionamentos que foram levados em consideração na construção deste objeto de pesquisa. Esses questionamentos foram esboçados a partir do “lugar social” e de minhas “caminhadas pela cidade”, mas também através das leituras efetuadas na experiência do mestrado, bem como no diálogo com os professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na linha de pesquisa Natureza, Relações Econômico-Sociais e Produção dos Espaços. Assim, das leituras e dos diálogos realizados, foi esboçado um topografia de pesquisa, cujo objetivo consiste em investigar e problematizar a construção dos espaços públicos em Jardim do Seridó no início do século XX.

Partindo desta discussão e da constatação de que a cidade de Jardim do Seridó, recorte espacial, fica localizada em pleno sertão do Rio Grande do Norte, essa pesquisa se justifica como uma forma de deslocar o estudo do espaço, enquanto objeto de intervenção humana, no início do século XX, das grandes cidades do litoral, conforme uma tendência na historiografia brasileira⁶, para a pequena cidade jardinense. Pensamos o discurso da modernidade não somente como circunscrita aos grandes centros, constatando-se que ela seguiu também pelos caminhos e estradas do interior, chegando inclusive às pequenas cidades. Diferente do que um número significativo de pessoas costuma enunciar em relação às cidades do sertão, como um espaço tradicional, colonial, avesso às transformações, o ideal do “progresso”, “civilização” e “modernidade” foram deslocadas também para o sertão⁷.

⁶ A exemplo dos trabalhos de RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*, 1985; DAMÁSIO, Cláudia Pilla. A construção e a imagem: cidade-progresso em Porto Alegre na virada do século. In.: PESAVENTO, Sandra J.; SOUZA, Célia (Orgs.). *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário*, 1997; SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque a era do rádio*, 1999 e ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*, 2004.

⁷ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 193.

No recorte de 1917 a 1930, a administração pública local foi confiada a Heráclio Pires Fernandes, formado pela Faculdade de Farmácia do Recife. Como estudante na capital pernambucana, Heráclio Pires entrou em contato com as ideias e influências artísticas, políticas e arquitetônicas que ali circulavam.

O contexto de destruição do passado colonial e da construção de espaços modernos em Recife ocorria na época em que Heráclio Pires freqüentava os bancos da Faculdade de Farmácia daquela cidade, sendo a experiência da modernidade também vivenciada por aquele jovem estudante jardinense. Passados os anos de formação acadêmica, Heráclio Pires retorna à sua cidade natal, trazendo na bagagem uma multiplicidade de influências por ele vivenciadas, nos planos artísticos, políticos, ideológicos e arquitetônicos que atingiram, em cheio, a cidade de Recife, no limiar do século XX⁸.

Em 1917, Heráclio Pires foi eleito Intendente da cidade de Jardim do Seridó e presidente da Intendência, permanecendo à frente da administração pública local até 1930, quando foi deposto pela Revolução. Durante o longo espaço de tempo em que governou esta cidade, isto é, de 1917 a 1930, ao todo treze anos, foi posta em prática uma singular experiência, através da circulação de signos do moderno, presente na edificação de prédios de arquitetura inovadora, da construção de estradas ligando os lugares, o telégrafo, os correios, dentre outros.

A partir de 1917, a cidade de Jardim do Seridó vivenciou os contrastes da criação de novos espaços públicos. A cidade vai ganhando sombreados, novos contornos, pinceladas modernas e, com isto, se transforma em palco de novas sensibilidades/sociabilidades, modificações que foram chegando e transformando os ares da cidade. Uma nova paisagem era construída nos espaços urbanos, sendo a cidade um “lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenção, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade”⁹.

Para Michel de Certeau, a cidade, enquanto um espaço de transformação, de mutação e de construção, pode ser entendida através do discurso utópico e

⁸ MELO, Evaneide Maria de. *Uma cidade, várias paisagens: Jardim do Seridó/RN pelos veios construcionistas de Heráclio Pires*. Artigo Científico.

⁹ CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.* p. 174.

urbanístico da racionalidade dos seus administradores, a partir de uma operação tríplice:

1. a produção de um espaço *próprio*: a organização racional deve portanto recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam;
2. estabelecer um *não-tempo* ou um sistema sincrônico, para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições [...] e que, por esses acontecimentos-armadilhas, lapsos da visibilidade, reintroduzem por toda a parte as opacidades da história;
3. enfim, a criação de um *sujeito universal* e anônimo que é a própria cidade: [...] à maneira de um próprio, oferece assim a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra¹⁰.

Assim a produção racionalizadora concebe a “cidade”. No entanto, analisa o próprio Michel de Certeau, esta “cidade-conceito” é degradada cotidianamente pelos usuários dos espaços, sendo que, ao lado do projeto urbanístico, emergem outras práticas, chamadas microbianas, singulares e plurais, que embora o sistema urbanístico tivesse o dever de administrar ou suprimir, fogem à organização observadora, pois são do tipo ilegítimas, inusitadas, insinuadas, táticas e astuciosas.

Diferente do que se encontra previsto pelo poder organizador de sistemas e “sob os discursos que o ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, ilegíveis, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir”¹¹. Tomamos esta discussão para entender a construção dos espaços públicos da cidade de Jardim do Seridó de 1917 a 1930. Uma cidade emblemática, em constante mutação, através das diversas construções de equipamentos urbanos, edificadas pela racionalidade da administração de Heráclio Pires Fernandes, que a transformou. O trabalho compreende também as reações, conflitos e tensões que a vida cotidiana fazem aflorar. Um espaço praticado que se constrói entre a sedução e a resistência.

¹⁰ Idem, ibidem, p. 173.

¹¹ CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.* p. 175.

Buscando construir uma cidade que seduzia e inspirada no discurso da modernidade, a administração local, presidida por Heráclio Pires Fernandes, investe na construção de espaços públicos. Essas construções são locais amplos, ventilados e higienizados, que passaram a fazer parte do espaço urbano de Jardim do Seridó. Empreendidas pela administração pública, estas obras eram divulgadas em periódicos locais, principalmente no Jornal *O Município – órgão independente e noticioso*. É no âmbito das crônicas deste jornal que uma parcela da sociedade jardinense, dentre eles o Chefe da Intendência, buscava atualizar a cidade com as novas ideias, calcadas no pensamento de “progresso”, “civilização” e “desenvolvimento”.

O espaço tomado, aqui, não é como um dado prévio, natural, concreto, mas carregado de saber e de poder, portanto, uma construção humana, definida historicamente. Segundo o historiador Raimundo Arrais, o espaço não é um mero suporte das relações travadas entre os indivíduos, mas, demarcado por relações sociais, ganha significados que lhes são atribuídos por determinadas representações, revestindo-se de simbologias e de certas identidades¹². Nesta discussão, tornam-se evidentes as relações sociais na construção do espaço.

Ao elegermos o espaço como uma produção coletiva e social, percebemos que as representações que são feitas do espaço são também uma produção localizada no tempo, variando conforme as especificidades que cada grupo faz em determinado tempo. Assim, o espaço, objeto de estudo neste trabalho é o da cidade de Jardim do Seridó no início do século XX. Um estudo de história urbana ou, mais especificamente, de história social do urbano, detendo-se na dimensão pública do espaço. Assim como Raimundo Arrais, entendemos o sentido de espaço público definido a partir de duas acepções:

O espaço, na sua dimensão pública e na sua materialidade, enquanto objeto da intervenção humana, nas suas formas, nos seus materiais, ou seja, o arruamento, as edificações, o chão, as águas; o espaço na concepção sociológica, relativo ao domínio da rua, das praças e das instituições que promovem as diversas formas de troca

¹² ARRAIS, Raimundo. *Op. Cit*, p. 11.

que urdem a sociedade humana. Enfim, o que se passa fora da esfera da vida privada¹³.

Acompanhar a formação material dos espaços públicos de Jardim do Seridó no início do século XX é perceber que estas construções implicaram também um empreendimento intelectual que justificava e legitimava tais transformações, sendo estas edificações divulgadas pela imprensa local através do jornal *O Município*. Jardim do Seridó é inscrita nas páginas do jornal como uma cidade que almejava ser inserida no contexto de modernização pela qual estavam passando as principais cidades brasileiras, tentando adequar os espaços públicos à lógica da modernização. As crônicas jornalísticas enfocavam as mudanças que estavam acontecendo na cidade. Essas crônicas prezavam pelo caráter poético-ficcional para com a elaboração das ideias, um ato confidencial dos desejos e das práticas presentes no projeto reformador dirigido pelos que estavam à frente da gestão pública e almejados que elite letrada da cidade.

Com relação às fontes trabalhadas no itinerário da pesquisa, constituíram-se documentos escritos e iconográficos. Foram utilizados como acervo documental: o jornal *O Município*, os *Livros de Atas da Intendência Municipal, Livro 9: Termo de Multa (1882 / 1940), Livro nº 17: Decretos e Leis (1891 – 1920), Livro 31: Actas do Grêmio Litterario e Recreativo Jardinense (1914-1917) e Livro nº 22: Portarias Expedidas (1896-1920)*. Outra fonte documental trabalhada foi o acervo fotográfico, pois, além de chefe do executivo jardinense, Heráclio Pires assumiu a profissão de fotógrafo, inclusive sendo representante da Kodak para o Nordeste. Utilizamos as fotografias produzidas no estúdio “Photo Pires”, que se constitui de registros das transformações dos espaços da cidade, como uma estratégia de leitura das imagens.

Este *corpus* documental tem sido estudado, não como a revelação do que realmente aconteceu, mas como fragmentos de uma memória histórica. Esses documentos foram tomados como “[...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo

¹³ Idem.

silêncio”¹⁴. Como “documentos-monumentos”, esses materiais têm possibilitado perceber os enunciados e práticas elaborados pela elite letrada e dirigente da administração pública para representar o espaço de Jardim do Seridó, frente o discurso da modernidade.

Selecionamos, recortamos, isolamos, organizamos, enfim transformamos estes documentos em monumentos, para, em seguida, serem analisados em um itinerário narrativo, pois, como afirma Michel de Certeau, “[...] em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”¹⁵.

Portanto, é assim que investigamos Jardim do Seridó de 1917 a 1930, uma cidade que passou por um processo de transformações entre a sedução e a resistência. Enfim, uma cidade constituída de vivências, apropriações, desejos e interesses diversos, e, desta maneira, se transforma em espaço praticado. Eis, portanto, o percurso da pesquisa pelos espaços públicos dessa cidade:

No primeiro capítulo – *Espaços em Movimento: as estradas públicas e seus múltiplos usos*, estudamos a construção das estradas de rodagem que ligava a cidade de Jardim do Seridó às outras localidades, percebendo que estas construções tinham a função de integrar este espaço aos principais centros comerciais e de “civilização”, possibilitando aos jardinenses entrarem em sintonia com o restante do país e, deste modo, adquirirem os benefícios da conquista do homem na obra do progresso. A preocupação com a construção das estradas públicas estava relacionada à chegada dos primeiros automóveis e ao desenvolvimento da produção algodoeira, possibilitando a circulação de pessoas, mercadorias e ideias, de forma rápida e segura, em substituição aos animais como veículos de locomoção. A pesquisa possibilitou perceber a cidade de Jardim do Seridó mantendo um intenso movimento de pessoas de diversas localidades, sendo a chegada dos automóveis responsável pela entrada e saída de pessoas, que, de forma sentimental, registravam suas “despedidas”, mostrando que a cidade é mais

¹⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, p. 547.

¹⁵ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*, p. 81.

que um espaço fixo, ela é “corpos em movimento”, parafraseando Richard Sennett¹⁶, além de ser sentimento de saudade daqueles que partem para outras paragens.

No segundo capítulo: *A construção dos espaços públicos em Jardim do Seridó, a “Veneza Seridoense”*, buscamos trilhar pelos espaços da cidade de Jardim do Seridó no início do século XX, percebendo a edificação de diversos prédios públicos no período da administração de Heráclio Pires Fernandes. Coreto, açougue, mercado, grupo escolar, nomeação, numeração, iluminação, arborização e calçamentos das ruas e limpeza das residências e prédios públicos são exemplos das transformações nos espaços e das novas sensibilidades presentes nos jardinenses. As construções destas obras públicas eram divulgadas no periódico *O Município*. Através de crônicas, os intelectuais jardinenses atuavam como agentes divulgadores das novas sensibilidades.

No terceiro capítulo – *Entre o novo e o velho: a construção de uma outra Jardim do Seridó nas crônicas jornalísticas*, investigamos os conflitos e ambigüidades que o processo de transformações dos espaços públicos tem provocado no cotidiano da população. O início do século XX foi marcado por inúmeras mudanças políticas, arquitetônicas e econômicas. Através da coluna “Cartas de um velho”, do jornal *O Município*, podemos observar as reações às novidades do tempo presente. Escrita por um autor anônimo, denominado Caetano Zacarias, estas cartas relatavam cenas de um cotidiano em mutação. As cartas eram uma reação às mudanças políticas da República, com suas leis e decretos afetando o cotidiano do povo: “desde a maldita hora em que inventaram esta tal de república no nosso Brazil velho, que os homens parece que perderam a cabeça de verdade, pois, a gente vê cada uma que fica se benzendo. Ou os homens perderam a cabeça, ou então quem está governando é esta rapazeada nova de bigode rapado que é gente da minha quizila”, escreveu Caetano Zacarias em um das cartas. Assim como a República, outras mudanças também foram alvo das críticas deste autor, como a velocidade dos transportes motorizados, em lugar dos animais de transportes, o telégrafo como forma de comunicação, preferindo a carta, a criação de diversas leis, posturas e resoluções por parte da Intendência, a reinstalação da Comarca, dentre outros. Acompanhar a sensibilidade deste escritor de cartas de perceber o contexto

¹⁶ SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*, 2006.

de mudanças e transformações nos espaços públicos da cidade de Jardim do Seridó, uma análise da construção de uma outra cidade, através de crônicas, para além daquela pensada, planejada e edificada pela Intendência Municipal, consiste no objetivo do capítulo.

Portanto, é assim que investigamos Jardim do Seridó nas primeiras décadas do século XX, uma cidade constituída de múltiplas vivências, apropriações, desejos e interesses diversos.

Capítulo Primeiro:

Espaços em Movimento: As estradas públicas e seus múltiplos usos

Primeiro Capítulo

ESPAÇOS EM MOVIMENTO: As estradas públicas e seus múltiplos usos

Este capítulo tem o objetivo de estudar os caminhos e estradas que da cidade de Jardim do Seridó, sertão do Rio Grande do Norte, seguiam para outras localidades, para os seus distritos municipais de Parelhas, Periquito, Espírito Santo e São José da Bonita e outras cidades, bem como o movimento da população por estas vias de circulação nas primeiras décadas do século XX, especificamente no período que compreende os anos de 1917 a 1930. Nessa época, as estradas e caminhos de trânsito eram considerados sinônimos de “progresso” e “desenvolvimento”, haja vista que por elas chegavam as novas informações que circulavam no urbano, através das correspondências que eram trazidas pelo serviço postal dos correios, além de por ali passarem os fios do telégrafo, meio de comunicação rápido, considerado como símbolo da modernidade na cidade.

O estudo da sociedade em movimento surge na historiografia brasileira a partir de Sérgio Buarque de Holanda, sendo a obra *Monções* um referencial na área de análise do movimento constante pelo interior do Brasil. O objetivo do autor é analisar as “monções ‘de povoamento’, como eram chamadas as frotas de comércio entre Porto Feliz e Cuiabá, e com as viagens por terra entre São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, respectivamente, e o extremo ocidente do Brasil”¹⁷. Embora Holanda trabalhe com outro recorte espacial e tenha por objetivo de análise os deslocamentos fluviais, suas reflexões possibilitam estudar o movimento na sociedade brasileira, seja pelos rios, seja pelas estradas de terra, servindo como referência de análise neste capítulo.

Sabemos que as primeiras estradas no Brasil foram construídas ainda no período colonial, embora em número bastante reduzido. No Rio Grande do Norte, segundo Rocha Pombo, “em 1836 dizia o presidente que para o interior da província não havia propriamente estradas, mas apenas algumas ‘veredas’”¹⁸.

¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*, p. 11.

¹⁸ POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*, p. 336.

A preocupação com a abertura de estradas aparece como uma necessidade a partir das décadas iniciais do século XX, conforme pode ser observado nos Relatórios dos Governadores do Rio Grande do Norte. Além disso, há uma mudança significativa no olhar dos administradores em relação às estradas, que passam a ser observadas como as vias de circulação do “progresso”, da “civilização” e do “desenvolvimento”, devendo, portanto, ser higienizadas, cuidadas e fiscalizadas.

Nas primeiras décadas do século XX, as estradas que cortam a região do Seridó passam a ser cada vez mais utilizadas para o deslocamento das pessoas, das mercadorias e até das ideias, o que se deve a dois fatores principais: a chegada dos automóveis e o desenvolvimento da produção algodoeira.

Acompanhar esse processo de limpeza, conservação, higienização e construção de estradas e caminhos de trânsitos consiste no objetivo deste capítulo. Para iniciar a discussão, tomamos como ponto de partida uma crônica escrita pelo professor Aprígio Câmara, viajante que escreveu sobre o percurso para se chegar à cidade de Jardim do Seridó, vindo da capital do Rio Grande do Norte.

Fevereiro de 1919. O jornal *O Município - órgão independente e noticioso*, trazia, na coluna “Cartas”, uma crônica assinada pelo professor Aprígio Câmara, natalense que fora nomeado pelo Governo do Estado para ministrar aulas no Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, em Jardim do Seridó, sertão do Seridó, no Rio Grande do Norte. No Relatório do Governo Municipal, apresentado ao Conselho de Intendência no dia 21 de janeiro de 1918 e publicado em *O Município*, o presidente Heráclio Pires informa que o jovem educador Aprígio Câmara havia assumido a função de professor no município, desempenhando suas atividades educacionais, “realizando o *milagre* da reabilitação do nosso mais importante estabelecimento de ensino”¹⁹.

O jovem professor Aprígio Câmara era citado pelo Chefe do Executivo Municipal em 1918 como um educador familiarizado com a cidade, conhecedor dos problemas da instrução no Estado e como alguém que estava disposto a transformar a realidade do Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, onde, segundo o relatório da

¹⁹ CONTINUAÇÃO do Relatório. *O Município*. Jardim do Seridó, 28 de fev. de 1918, p. 1. [Grifo no original].

Intendência Municipal “reinava a maior indisciplina”. Enquanto Heráclio Pires formulava breves e elogiosas palavras acerca da atuação do professor, este retribuía, colaborando como cronista do jornal local.

Para Antônio Candido, a crônica não nasceu propriamente com o jornal. Só quando este se tornou cotidiano, com regular tiragem e circulação, é que a crônica se estabeleceu como um destacado gênero de leitura, que se caracteriza como narrativa e registro do cotidiano²⁰. Este gênero narrativo estava presente no jornal *O Município*, no qual eram publicadas diversas crônicas sobre os mais variados assuntos do cotidiano da cidade.

Em uma das crônicas, o jovem educador narra as suas primeiras impressões acerca da nova cidade onde passa a morar e desenvolver a função de professor público. Trata-se de um relato da viagem empreendida por Aprígio Câmara, de Natal, capital do Estado, até Jardim do Seridó, sertão do Rio Grande do Norte. A carta é rica em detalhes, descrevendo a paisagem da natureza, os rios, as montanhas, enfim, todos os percursos e dificuldades encontradas no caminho, da capital ao interior. Além disto, Aprígio Câmara apresenta comentários acerca da paisagem da cidade, da hospitalidade do povo jardinense que acolhe o novo professor e as ideias que circulavam entre a população urbana. Esta crônica será tomada como referência e problemática para a discussão da necessidade de construção das estradas públicas, nas primeiras décadas do século XX, ligando as cidades do Seridó aos principais centros comerciais do país.

O autor escreve a crônica com o sentimento de saudade, de alguém que nasceu e cresceu na capital e que adentrou o interior para exercer sua atividade profissional. No início de sua narrativa, Aprígio Câmara apresenta o sentimento que em si carregava, isto é, de “Saudade dos passeios e das festas natalenses”²¹. Este sentimento duplo, típico de alguém que viveu a maior parte da existência em uma capital, cuja vida era marcada por passeios e festas²², contrasta com o cotidiano da pequena cidade jardinense, localizada no sertão. Litoral e sertão são referenciais para compor o texto, sendo a cidade de Jardim do Seridó pensada como algo que

²⁰ CANDIDO, Antonio (et al). *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, 1992, p. 14.

²¹ CARTA. *O Município*. Jardim do Seridó, 21 de fev. de 1919, p. 1.

²² Sobre a vida social em Natal, consultar MARINHO, Márcia Maria Fonseca. *Natal também Civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense (1900-1930)*. Dissertação. Natal, 2008.

estaria localizado não apenas no sertão, pois apresentava características das cidades litorâneas, mas que também não era uma cidade do litoral, em vista de sua localização geográfica.

Na historiografia brasileira existe um importante debate acerca das categorias sertão e litoral, não como representações do espaço geográfico, mas como conceitos complexos de significados, o qual permite uma aproximação sobre esta discussão. Para Nísia Trindade de Lima, sertão e litoral representam os contrastes de uma sociedade vista como o principal problema a ser investigado, e que foi objeto de diferentes tentativas de interpretação. A ideia de um país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário à modernização, no interior, quase sempre conviveu com a concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com o parasitismo e a superficialidade litorâneos²³.

Aprígio Câmara confessa que, “ao entrar em Jardim, sob um luar magnífico, senti a impressão de quem penetra em nossas cidades littorâneas, vendo a frondosa ala de coqueiros que se estende à margem do rio Cobra”. A paisagem geográfica é utilizada para compor um painel de uma cidade entre o sertão e o litoral. Sertão pela localização geográfica de uma cidade do interior do Estado do Rio Grande do Norte, e litoral pela “frondosa ala de coqueiros”.

Com base na crônica de Aprígio Câmara, a cidade de Jardim do Seridó se encontrava no meio dos dois termos; nem era litoral, como Natal, nem era sertão, pelas belezas de sua natureza, seus rios e montanhas. A cidade era, para o professor, o resultado destes dois fatores que buscam caracterizar as cidades brasileiras, como aponta a historiografia: sertão e litoral ou moderno e tradicional. No entanto, Aprígio Câmara não faz esta dissociação, mas localiza a cidade de Jardim do Seridó no meio destas questões: litoral, sertão, moderno e tradicional.

A narrativa foi escrita quando o viajante não tinha conhecido toda a cidade, pois, conforme o autor, ainda “Não vi também o majestoso Seridó que nas epochas invernosas suavisa a aridez do solo jardinense”. Apesar dessa impressão superficial, de alguém que ainda não tinha observado todo o espaço sertanejo, o professor tece comentários acerca da cidade e do seu cotidiano:

²³ Ver: LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil*, p. 17.

Jardim é bella e populosa e edificada em um terreno elevado e salubre.

Vive-se aqui, material e moralmente bem.

Logo ao primeiro relancear de vistas, *nota-se a sede de progresso*, mercê do cuidado dos dirigentes que trabalham pelo conforto da população.

Em Jardim boa sociedade é acessível a todos, todos se conhecem e se relacionam intimamente, fraternalmente.

O aspecto da cidade é alegre e, por si só, suaviza a monotonia muito commum nos pequenos núcleos do interior.

Durante a semana o dia mais movimentado é o sabbado, quando vêm os agricultores a negociar ou gastar algumas economias, para logo voltar ao labor indefesso e á calma das fazendas distantes.

São assumptos predilectos de Jardim - commercio, agricultura e instrucção.

Os Jardinenses têm como uma lei o bello axioma do dr. Ferreira Chaves – “Um povo sem instrucção é um povo morto”²⁴.

Nesta narrativa, o professor Aprígio Câmara apresenta os elementos que ele considera característicos da cidade de Jardim do Seridó, como o aspecto salubre da cidade, edificada em um terreno elevado, a sede de progresso presente nas mentes dos seus administradores e o cotidiano, cujo dia mais movimentado da semana é o sábado, quando é realizada a feira pública, sendo o espaço urbano ocupado não só pelos seus moradores, mas pelos feirantes, agricultores e visitantes que vão à cidade comprar e vender seus produtos, além de aproveitarem a ocasião para colocar os assuntos em dia, sobre comércio, agricultura e instrução.

Sendo um pequeno núcleo urbano do interior, Jardim do Seridó é construída, na crônica, entre dois termos tomados como referenciais: litoral e sertão. Para Aprígio Câmara, a cidade entrelaça os dois elementos discursivos, pois o seu aspecto alegre suaviza “a monotonia muito commum nos pequenos núcleos do interior”, sendo “em toda essa plaga sertaneja, um lugar tão aprazível a que se adapte tão bem o epitheto de ‘Veneza do Seridó’, mormente quando se fundem e se espelham, ao Sol nascente, as águas dos dois rios locaes”²⁵.

Deixar o litoral em busca do sertão constitui uma tarefa marcada por inúmeras dificuldades. Os quilômetros a serem vencidos entre Natal e Jardim do

²⁴ CARTA. *Op. Cit.* [Grifos do autor].

²⁵ CARTA. *Op. Cit.*

Seridó eram realizados com muitos problemas, devido à falta de estradas e dos caminhos acidentados. Raimundo Arrais aponta que, no início do século XX, um dos fatos que despertavam a atenção dos estudiosos da geografia e da política do Rio Grande do Norte era o isolamento da cidade do Natal em relação ao espaço que, na condição de capital, deveria subordinar. O isolamento de Natal estava relacionado às condições físicas, localizada próxima das cadeias de dunas, tabuleiros arenosos e rios. Deixar a capital em direção ao interior era um problema devido à falta de estradas, pois o estado continuou até o início do século XX cortado praticamente por caminhos de carro de boi e a era ferroviária foi curta e penosa, ligando Natal à cidade de Nova Cruz, Ceará-Mirim e atingindo Lajes, no sertão central²⁶.

Aprígio Câmara narra que a viagem que empreendeu entre Natal e Jardim do Seridó foi feita de forma “massante” e era realizada “nos vagões da *magnífica Central*”, até a cidade de Lajes, de onde seguiu através de caminhos de carro de boi até o Seridó, devido à inexistência de estradas em melhores condições de tráfego. O autor descreve o percurso nos seguintes termos: “percorri, léguas e léguas através de um caminho acidentado e difícil até Curraes Novos, donde avistei a cadeia de montanhas que precede a formosa e farta cidade do Seridó que ostenta, até o perder de vista, um terreno ondulado como vagas estáticas”.

Dotar o sertão de estradas públicas ligando o interior à capital aparecia como uma tarefa presente nos relatórios dos governadores do Rio Grande do Norte desde as primeiras décadas do século XX. Nos Relatórios, os administradores reconhecem o isolamento da capital em relação ao restante do Estado. O governador Alberto Maranhão, no Relatório do segundo mandato, de 1908 a 1913, apresenta dados acerca da necessidade de “abrir estradas carroçáveis que facilitem o trânsito dos comboieiros em linha de penetração, ligando o interior sertanejo aos portos do litoral”. E acrescenta:

Esses serviços reclamados por quantos fazem as ingratas travessias pelos caminhos tortuosos em que os tombadores e atoleiros constituem ameaça aos viajantes, atrasando-lhes a marcha e dificultando-lhes o comércio, estão sendo executados a contento

²⁶ ARRAIS, Raimundo. Da Natureza à Técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In.: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (Orgs). *Surge Et Ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*, p. 121.

geral, por preços reduzidos, à razão pouco mais de 100\$ o quilometro²⁷.

Nas palavras do governador Alberto Maranhão ficam patentes as dificuldades de adentrar o interior do Estado pelas “íngratas travessias”, pelos “caminhos tortuosos”, sendo a construção de estradas um urgente serviço, o qual aqueles que tinham necessidade de percorrer os sertões faziam questão de reclamar. O problema não estava apenas restrito ao interior. Raimundo Arrais, em artigo sobre a capital potiguar, no início do século XX, observa que “grande parte da ligação comercial do interior do Rio Grande do Norte era feita com a praça do Recife, o que contribuía para privar a capital das vantagens da mediação econômica com a riqueza produzida no interior”²⁸.

O deslocamento de Aprígio Câmara, de Natal para Jardim do Seridó, foi feito de forma “massante”, percorrendo, segundo o autor, “léguas e léguas através de um caminho accidentado e difícil”, apontando para as dificuldades de adentrar o interior do Estado nesta época, tomando como ponto de partida a capital Natal. Este percurso lento e acidentado, em caminhos mal conservados de carros de boi, que ligava a capital à região do Seridó, surpreende o cronista-professor, ao deparar com a existência de uma estrada de rodagem em excelente estado de conservação, ligando a cidade de Jardim do Seridó a Campina Grande, na Paraíba. Aprígio Câmara observou:

O que há de mais notável é a magnífica estrada de rodagem que vae até Campina, na Parahiba, funcionando regularmente. Vezes, durante esses poucos dias de residência aqui, vejo sumir-se na poeira doirada, ao crepúsculo, com o rumor alegre dos motores de explosão a Limousine, por uma estrada longínqua, deixando, talvez, em êxtase os viajantes ao verem a paisagem verde-parda das serranias, os lugarejos e fazendas semeados aqui e ali e onde nos não falta a hospitalidade. E, mentalmente, perco Jardim de vista a percorrer esses 180 kilometros que a sêde do progresso fez construir através dessa Borburema famosa em cujas cordilheiras o calcário dá-nos a impressão de geleiras nos Alpes.

²⁷ Mensagem ao Congresso Legislativo. *A República*. Natal, 4 de Nov. de 1910.

²⁸ ARRAIS, Raimundo. *Op. Cit.*

A estrada de automóveis de Jardim é uma afirmação do progresso dessa cidade que possui homens de orientação superior, sob todos os pontos de vista.

Os automóveis aqui prestam-nos serviços iniludíveis com o ser mais comodo e mais rápido meio de transporte. Melhor será, entretanto, quando forem adquiridos auto-caminhões indispensáveis ao transporte moderno e muito mais econômicos e menos enfadonhos que os comboios rotineiros²⁹.

As estradas de automóveis aparecem na crônica como uma afirmação do progresso da cidade. A associação entre estrada e progresso significa a vitória sobre as barreiras naturais, as distâncias, os obstáculos que dificultavam aos viajantes adentrarem o interior, em busca das zonas sertanejas.

Além disso, a narrativa do professor chama a atenção para o fluxo semanal de automóveis, que chegavam e deixavam a cidade. Na crônica, a utilização dos automóveis, em substituição aos animais de transporte, é apresentada como um dispositivo que possibilita rapidez no deslocamento entre as localidades distantes. Podemos ainda perceber as novas concepções de tempo que circulavam entre as populações urbanas, que prezavam pela brevidade das ações, sobretudo do professor Aprígio Câmara que viveu parte de sua vida na capital do estado. Deste modo, a construção e conservação das estradas estavam relacionadas ao surgimento dos primeiros transportes motorizados. Com base na crônica, é possível observar que a cidade de Jardim do Seridó, já no ano de 1919, apresentava um serviço de transporte “commodo e mais rápido”, sendo os motores do tipo “Limousine” o meio de transporte utilizado diariamente, até a cidade de Campina Grande, na Paraíba, cidade que mantinha relação comercial com o interior do Rio Grande do Norte, principalmente como comprador do algodão produzido na região do Seridó.

O percurso Jardim do Seridó – Campina Grande servia para o transporte de pessoas, ideias e mercadorias e, sobretudo, para o deslocamento da produção algodoeira, principal atividade econômica da região naquele período. A partir das grandes secas de 1790 - 1793, que dizimou grande parte do rebanho, as culturas agrícolas começaram a adquirir visibilidade no sertão do Seridó, ocupando lugar de

²⁹ CARTA. *Op. Cit.*

destaque na economia estadual. O algodão produzido no Rio Grande do Norte destinava-se ao mercado interno em favor das indústrias têxteis nacionais, embora também encontrasse colocação no mercado estrangeiro³⁰. Desse modo, as estradas de automóveis surgem como uma importante via de deslocamento da produção cotonicultora. Para José Augusto Bezerra de Medeiros, “o algodão do Seridó conquistou cotações mais altas do que qualquer outro, nos mercados de consumo, sendo que as fábricas inglesas de tecidos finos são as suas principais compradoras, já agora em concorrência com as tecelagens brasileiras³¹”.

Vale acrescentar que a cidade de Jardim do Seridó se destacou na produção do algodão Mocó, principal atividade econômica do município nas primeiras décadas do século XX, recebendo nesta época a visita de uma Missão inglesa chefiada, segundo o jornal *A Notícia*, pelo “Sr. Arno Pearse e composta dos Snrs. Max Syz e F. Jenny, technicos do algodão, Dr. Oscar Piquet, do Centro Industrial Agrícola do Brasil, servindo de interprete, e Snrs. W. Whlenhoff, da casa Kroscke & Ca, e J. H. Scott, da casa Julius Von Sohsten & Ca³²”. Acompanharam a referida missão os Senhores Amphiloquio Câmara como representante do Governador do Estado, Antídio Guerra, Delegado Regional de Serviço do Algodão, Gabriel Castello Branco, encarregado da Agencia Algodoeira em Caicó; e o Dr. Joaquim Ignacio de Carvalho Filho, Juiz de Direito da mesma Cidade de Caicó³³. Esta missão tinha por objetivo conhecer *in lócus* a produção do algodão seridoense, visitando as propriedades rurais do município de Jardim do Seridó. A missão percorre as fazendas “Palestina”, de propriedade Heráclio Pires, “Sombrio”, do Coronel Felinto Elycio, “Malhada d’Areia”, do Major Martinho Gomes, dentre outras³⁴. Os produtores esperavam que a visita da Missão Pearse tivesse “um fim commercial e que o nosso producto melhore de preço, ficando assim o agricultor com este estímulo efficiente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento³⁵”.

Segundo o jornal *A Notícia*,

³⁰ MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A Penúltima Versão do Seridó: uma História do Regionalismo Seridoense*, p. 164-210.

³¹ AUGUSTO, José. *Seridó*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, p. 27.

³² NOTÍCIAS DO INTERIOR. *A Notícia*. Natal, 1921.

³³ NOTÍCIAS DO INTERIOR. *Op. Cit.*

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

A impressão colhida através desta visita, em núcleos verdadeiramente algodoeiros, foi ótima, tendo encontrado bastante algodão de boa qualidade, sendo o algodão a nossa principal fonte de riqueza, o termômetro por excelência para o nosso equilíbrio financeiro³⁶.

Portanto, o algodão é apontado como principal produto de exportação econômica na região do Seridó, nas primeiras décadas do século XX, conforme dados estatísticos do relatório da Missão Pearse.

Municipality.	Population.	Cotton production in bales of 64 kos.	Artificial water reservoirs.
Caicó	20.000	15.000	400
Jardim do Seridó	18.000	20.000	140
Cary	10.000	8.000	80
Flores	10.000	10.000	60
Curraes Novos	15.000	12.000	80
Serra Negra	5.000	5.000	45
	78.000	70.000	805

Dados *Brazilian Cotton*, 1921³⁷.

Podemos observar nos dados acima, a produção do algodão em algumas cidades da região do Seridó norte-rio-grandense, através de informações colhidas por Arno S. Pearse no ano de 1921. O município de Jardim do Seridó se destaca como principal produtor de algodão do tipo “Seridó”, apresentando os maiores números de produção, ficando inclusive na frente de Caicó, cidade de maior porte em termos populacionais.

A construção das estradas públicas na região do Seridó estava relacionada ao deslocamento da produção algodoeira. O jornal *O Município*, no ano

³⁶ Idem.

³⁷ PEARSE, Arno S. *Brazilian Cotton*, 1921, p. 146. [Grifos nossos]

de 1918 publicou uma matéria intitulada *O Seridó Progride: empresa de automóveis*, na qual tornava público a preocupação com o desenvolvimento da região através do algodão e a necessidade de construir estradas para o escoamento da produção:

Bem merece o apoio de todos os nossos patrícios e dos espíritos bem orientados, a idea que actualmente empolga a quantos se interessam pelo progresso da rica e futura zona algodoeira do Seridó e que visa solucionar o magno problema que tem sido a causa da nossa maior desventura nos annos calamitosos e da nossa falta de expansão nas épocas de bonança.

Sabem todos que a falta de meio de transporte ou a morosidade com que o Seridó vem realizando as suas conquistas em prol da civilização.

Verdade é que temos attingido a um grau de relativa prosperidade e desenvolvimento e o Seridó não é um aldeamento de indígenas eivados pela rotina, cheios de preconceitos e divorciados da civilização, como pensam alhures; entretanto, as nossas conquistas sobre succederem-se com prejudicial vagar, têm sido realizadas a custa de ingentes esforços e só a operosidade e bom desejo nossos, explicam as aquisições que temos feito na senda do progresso. Dissem-nos as estradas carroçáveis, as linhas férreas, a açudagem e outros melhoramentos, e o Seridó seria, realmente, a mais rica zona de todo o Estado.

Cruzar os braços e esperar que melhoramentos capazes de decidirem da nossa sorte nos batam a porta, seria um crime de nossa parte, pois ahi está a lição de todos os tempos é o caso da Estrada de Ferro Central do Rio G. do Norte é de molde a despensar quaesquer commentarios neste assumpto³⁸.

As estradas são pensadas nesse período como a “solução” para o desenvolvimento da região do Seridó norte-rio-grandense, produtora de algodão para exportação. Neste sentido, para o escoamento do algodão, “nossa maior e mais importante fonte de riqueza”³⁹, e a circulação das pessoas, era necessário ter uma malha viária favorável ao deslocamento, interligando o espaço jardinense aos outros centros urbanos, sobretudo à Paraíba, onde o algodão de Jardim do Seridó era comercializado, e de onde chegavam as mercadorias e principalmente os

³⁸ O SERIDÓ progride: empresa de automóveis. *O Município*. Jardim do Seridó, 05 de out. de 1918, p. 1.

³⁹ O ALGODÃO. *O Município*. Jardim do Seridó, 10 de set. 1919, p. 1.

suprimentos alimentícios, vindos dos brejos paraibanos para serem vendidos nas feiras jardinenses. O fluxo semanal de mercadorias não poderia ser interrompido, pois isso dificultaria o suprimento de alimentos na cidade. O transporte de mercadorias e, principalmente, da produção algodoeira, constituía uma justificativa para a construção e conservação das estradas, possibilitando o fluxo comercial do produto considerado o mais importante da região.

No início do século XX, o algodão surge como uma atividade econômica que levaria a região do Seridó a trilhar os caminhos do “desenvolvimento”, do “progresso” e da “civilização”. Mas, para a conquista deste espaço no contexto regional era necessário dotar a região de “melhoramentos” que transformassem a realidade das cidades seridoenses. O jornal *O Município* apontou a necessidade de realizar projetos de açudagens, linhas férreas e estradas carroçáveis como “melhoramentos” que transformariam o Seridó na “mais rica zona de todo o Estado”. A falta das estradas é apontada como o “magno problema” a ser pensado pela classe política e produtora de algodão.

Assim, a construção da estrada ligando Jardim do Seridó à Pedra Lavrada e daí até Campina Grande, passando pela povoação de Parelhas, distrito ligado à administração jardinense, deve ser compreendida na lógica de inserção do espaço regional no circuito nacional, interligando o Seridó ao Estado da Paraíba e ao restante do país. Esta tarefa deveria envolver tanto o poder público local, representado pela Intendência Municipal, quanto os comerciantes e a população em geral, que não poderia “cruzar os braços e esperar que melhoramentos capazes de decidirem da nossa sorte nos batam à porta, seria um crime de nossa parte”, conforme a matéria jornalística apontava.

Deste modo, com o título *O Seridó Progride: empresa de automóveis*, o jornal convocava a todos a se engajarem na tarefa de construir a referida estrada, integrando o Seridó aos caminhos da “civilização”. Essa discussão possibilita traçar um caminho análogo ao pensado por Gilmar Arruda para o contexto da cidade de Campo Grande, Estado de São Paulo, onde as elites campinenses fizeram um esforço em integrar a região aos trilhos da “civilização”. Para este autor, “as barreiras naturais, como: estradas ruins, distâncias, florestas e lamaçais, considerados

obstáculos pelos viajantes, serviam como um anteparo que dificultava a expansão dos ideários da sociedade moderna”⁴⁰.

Para o autor da matéria jornalística supracitada, o “Seridó não é um aldeamento de indígenas eivados pela rotina, cheios de preconceitos e divorciados da civilização, como pensam alhures”⁴¹, mas, era um espaço que deveria ser integrado nos caminhos do progresso, através da construção de estradas ligando a cidade de Jardim do Seridó a outras localidades. Dois termos opostos aparecem na narrativa: “indígenas” / “civilização”. A construção das estradas significava levar o Seridó no caminho da “civilização”.

A proposta era montar uma empresa de construção de estradas, sendo que a primeira fase objetivava viabilizar a estrada Jardim do Seridó até a Paraíba, passando pela povoação de Parelhas, no Rio Grande do Norte, seguindo em direção a Pedra Lavrada e desta até a cidade de Campina Grande, enquanto que a outra estrada integraria Jardim do Seridó a Acari, Currais Novos e daí ao ponto terminal da Estrada de Ferro Central do Brasil, na cidade de Lajes no Rio Grande do Norte. De Jardim do Seridó essa estrada de automóveis se estendia também até Caicó, considerada “capital do Seridó”. A proposta “foi por todos aplaudida com entusiasmo”, conforme o jornal *O Município*. Para tanto, foi realizada uma campanha entre os moradores mais abonados, objetivando a arrecadação de recursos financeiros para o início das obras.

Em matéria do jornal *O Município*, de 05 de outubro de 1918, consta que a arrecadação para a construção das estradas aumentou, “dentro de oito dias [...] a quase trinta contos de réis”. Estes recursos possibilitaram a montagem de uma empresa de construção de estradas, conforme contrato assinado entre a Intendência e o encarregado dos operários, Ernesto Cunha⁴², sendo iniciadas as obras da primeira fase do projeto em 14 de outubro de 1918.

Semanalmente, a população jardinense tomava conhecimento do andamento da obra, dos percursos escolhidos e dos trechos traçados e concluídos, bem como eram divulgadas crônicas descrevendo as paisagens e localidades que

⁴⁰ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre história e a memória*, p. 93.

⁴¹ O SERIDÓ progride: empresa de automóveis. *O Município*. Jardim do Seridó. 05 de out. 1918, p. 1.

⁴² ESTRADA de automóveis. *O Município*. Jardim do Seridó, 23 de mai. de 1918, p. 1.

os viajantes encontravam, através de matérias jornalistas d' *O Município*. Em 26 de outubro de 1918, o jornal publicou uma das primeiras reportagens sobre a estrada Jardim do Seridó / Campina Grande, apresentando a conclusão dos trechos iniciais:

Proseguem bastante adiantados os trabalhos da nossa estrada de rodagem, cuja construção foi iniciada no dia 14 do corrente.

É possível que até o dia ultimo deste mez o serviço esteja concluído até Parelhas, e d'ahi até ao pé da serra da Borborema, sendo que uma grande turma de operários trabalha, actualmente, na referida estrada, no trecho compreendido entre a povoação de Pedra-Lavrada, ao sopé da serra alludida.

Tivemos occasião de percorrer, pessoalmente, o trecho construído da nossa estrada de rodagem, e a nossa impressão foi a melhor possível não só quanto ao andamento dos trabalhos como quanto ao traçado escolhido. De facto, além da grande vantagem de ser quase em linha recta, o traçado adoptado torna-se vantajoso ainda pela excellencia do terreno que é solido e pouco accidentado, cortado apenas por um rio que é o Fazenda Vélha⁴³.

De iniciativa dos moradores mais abonados e com o apoio da Intendência Municipal, a estrada era construída com o emprego de duas frentes de trabalhadores: uma que partia da cidade de Jardim do Seridó, no Rio Grande do Norte, e outra que saía de Pedra Lavrada, distrito municipal de Picuí, no Estado da Paraíba, sendo a Serra da Borborema o ponto de encontro dos grupos de operários. Mas, a matéria ainda destaca a importância no traçado do trecho, desviando o percurso das estradas dos rios, o que necessitava da edificação de pontes e encareceria a empreitada, sendo escolhidos para isso, os terrenos poucos accidentados e tornando o máximo possível uma linha reta, favorecendo o tráfego de veículos automotores.

Vale acrescentar ainda que este primeiro trecho, com prazo de conclusão fixado ainda para o mês de novembro, compreendia duas cidades, uma no Estado do Rio Grande do Norte e outra na Paraíba, passando ainda pelo Distrito Municipal de Parelhas, ligado à administração jardinense. Parelhas aparece nas crônicas do jornal *O Município* como uma “florescente povoação” ligada à Intendência Municipal

⁴³ ESTRADA de rodagem. *O Município*. Jardim do Seridó, 26 de out. de 1918, p. 1.

de Jardim do Seridó. A povoação fora transformada em distrito municipal através da Lei nº 29 de 19 de setembro de 1916. O distrito de Parelhas possui uma estrutura administrativa, com fiscais, procuradores, escolas com professores e diretores escolares. Por ser localizado “nuns dos fundos recôncavos de nosso Estado”, como consta em crônica da época, fazendo fronteira com o Estado da Paraíba, o distrito era considerado um ponto central de ligação entre os dois Estados fronteiriços.

Os cronistas do jornal, ao escreverem sobre as construções das estradas, também narravam as paisagens geográficas dos percursos, com destaque para as fazendas e povoações por onde passavam. Desse modo, a povoação de Parelhas é poeticamente descrita em crônica de 30 de março de 1918, assinada por Arthur Ribeiro:

Parêlhas

Situada num dos mais fundos recôncavos de nosso Estado, acha-se a encantadora povoação cujo nome gracioso e gentil inicia este artigo e vivifica a pàllida existência destas pobres linhas.

Dum lado, uma ligeira ramificação da Borborema, mergulhada na cortina infinda do firmamento azul, defende-lhe a entrada, e, alongando-se em suave ondulação, esvae-se e perde-se na doce harmonia das campinas sertanejas.

Do outro, desliza mansamente o Seridó, embora periódico, mas, saudoso Seridó, evangelho das minhas recordações, recordações dum passado feliz onde seismava, as vezes, sobre um rochedo esbranquiçado, ao tépido bafejar da briza sussurrante!...

Nas proximidades das margens do rio nascem as planícies desnudas, entrecortadas por pequenos accidentes topograficos, onde tranquillamente pastam os rebanhos.

Ao primeiro lancear d’olhos sobre o conjuncto das ruas, tem-se a impressão de pequenas massas palygonaes formadas de argilla, e cobertas na parte superior por uma larga faixa de carmim, estendidas ora parallelamente, ora em sentido transversal [...] ⁴⁴.

O cronista Arthur Ribeiro localiza a povoação de Parelhas num “dos mais fundos recôncavos de nosso Estado”, onde “a distancia parece mergulhada na penumbra esmeraldina das campinas extensas”. É nestas zonas escondidas,

⁴⁴ PARELHAS. *O Município*. Jardim do Seridó, 30 de mar. 1918. p. 2.

distantes dos grandes centros urbanos do litoral, e buscando integrá-las à “civilização”, que as empresas de construção das estradas de Jardim do Seridó trabalhavam em ritmo acelerado. Esta era uma preocupação dos que estavam à frente das administrações públicas do início do século XX. Segundo Gilmar Arruda,

Através da construção, em todo território de estradas, ferrovias, telégrafos pelas quais a circulação pudesse se efetuar desembaraçadamente, tornou-se uma necessidade imperiosa e passou a ocupar um espaço significativo nas preocupações das elites dirigentes⁴⁵.

Buscava-se interligar os sertões ao todo nacional, unindo cidades para realizar o progresso e, por conseguinte integrar a nação, pela lógica aceção de unidade em que a parte está para o todo, como aponta Gilmar Arruda. Com base neste pensamento de integração de fragmentos de espaços dispersos, na formação da unidade nacional, uma parte dos jardinenses se empenhou na montagem da empresa de construção de estradas, ligando o seu território as outras localidades. Essas construções visavam inserir a zona do Seridó no contexto nacional, sobretudo porque, enquanto uma parte do território norte-rio-grandense estava sendo beneficiada com a construção de ferrovias, o Seridó não podia ficar alheio a este processo. Embora as forças políticas locais não fossem suficientes para construir uma ferrovia, a solução seria realizar as estradas carroçáveis e, deste modo, ligar a cidade aos grandes centros urbanos. O jornal *O Município*, em matéria de 05 de outubro de 1918, conclamava a população mais abastada a se empenhar na construção das estradas carroçáveis.

Precisamos de agir sem perda de tempo e o melhor modo de fazer é agir em conjuncto e sem desfalecimentos, pelo que, na impossibilidade de tratarmos da solução do problema dotando o Seridó de uma linha férrea, empresa que as nossas forças não comportam, façamos a nossa estrada carroçável e liguemos a nossa zona aos centros civilizados mais próximos, onde se faz ouvir o silvo da locomotiva. Conseguindo este grande melhoramento, seremos

⁴⁵ ARRUDA. Gilmar. *Op. Cit.* p. 105.

ipso-facto participantes dos benefícios resultantes dessas conquistas do homem na obra do progresso⁴⁶.

Desejosa de participar dos “benefícios resultantes dessas conquistas do homem na obra do progresso”, os jardinense com melhor poder aquisitivo tomaram a iniciativa de construir suas estradas, não esperando pela construção de uma estrada de ferro no Seridó, embora, segundo José Augusto, no Governo de Rodrigo Alves foi elaborado um plano inicial por uma comissão técnica em 1904, chefiada pelo engenheiro Sampaio Correia e por Carneiro da Rocha, José Luis Batista e Henrique de Novais, que traçava o caminho que a estrada de ferro iria seguir com destino ao interior do Estado. O traçado inicial conduzia por Ceará-Mirim, Taipu, Baixa Verde, Lajes, infligindo então a Serra da Borborema e seguia para o Seridó, até alcançar o território paraibano⁴⁷.

Como o projeto da estrada de ferro não saía do papel, o importante era unir forças e realizar, com recursos das doações de particulares, sobretudo dos comerciantes e produtores de algodão e da Intendência Municipal, as estradas públicas, diminuindo as distâncias e possibilitando o deslocamento de pessoas e mercadorias, de forma mais rápida e com mais segurança.

Na edição de número 65, de 11 de abril de 1919, consta a relação dos cidadãos que colaboraram com donativos financeiros para a construção da estrada de automóveis que ligava a cidade de Jardim do Seridó a Pedra Lavrada, no estado da Paraíba. Ao todo foram ofertados 8 (oito) contos e 847 (oitocentos e quarenta e sete) mil reis, arrecadados pelos 121 doadores que contribuiram com as obras viárias. Este empreendimento teve as despesas calculadas em 9 (nove) contos, 471 (quatrocentos e setenta e um) mil e 650 (seiscentos e cinqüenta) réis. A Intendência assumiu o déficit de 624 (seiscentos e vinte e quatro) mil e 650 (seiscentos e cinqüenta) réis.

Esta iniciativa tornou-se, pois, pioneira, sendo a cidade de Jardim do Seridó apresentada numa crônica d’*O Município* como “o primeiro na zona do Seridó que encarou o magno problema da falta de transportes, disposto a provar que

⁴⁶ O SERIDÓ progride: empresa de automóveis. *O Município*. Jardim do Seridó, 05 de out. de 1918, p. 1.

⁴⁷ AUGUSTO, José. *Seridó*, p. 55.

deseja a sua solução e que dispõe de elementos para a conquista dos seus ideais”⁴⁸. A proposta foi seguida por outras cidades seridoenses, como: Caicó, Acari e Currais Novos, objetivando interligarem a região aos “entrepósitos comerciais mais importantes”, surgindo a Estrada de Automóvel Seridó, ligando essa região à capital Natal.

Em 12 de outubro de 1918, P. Aristoteles assinava uma matéria n’ *O Município*, no qual informava a construção de outra estrada, desta vez ligando Jardim do Seridó a Caicó:

As futuras cidades – Jardim do Seridó e Caicó, irmãs que são nas vicissitudes dos mesmos accidentes e nas riquezas latentes da gleba sertaneja, entram a realizar uma necessidade premente: o trafego de automóveis para a serventia das relações comerciais.

E já um rasgo de patriotismo dos dois povos irmãos que não encarna impecilhos ao desenvolvimento econômico, ao que diz respeito ao progresso do Seridó.

Nesta phase de intensidade commercial, de propulsão algodoeira, a estrada de rodagem, ainda que não resuma os limites de uma vehiculação capaz de satisfazer aos desdobramentos sempre crescentes do commercio, com tudo já aproveita consideravelmente.

Mais o que se aprende d’este facto, é o grande exemplo da moral sertaneja: a iniciativa própria para realizar o seu progresso⁴⁹.

A estrada de rodagem Jardim do Seridó a Caicó constituía uma etapa de inclusão dos espaços sertanejos nos caminhos do progresso, entendido como desenvolvimento econômico, possibilitando aos produtores de algodão manter relações comerciais com outros centros.

As estradas emergem neste contexto como um objeto de intervenção por parte do poderes públicos municipais e estadual, no momento em que a circulação de pessoas começa a ser cada vez mais intensa, devido à gradual substituição dos animais como meio de transporte pelos veículos motorizados, possibilitando o deslocamento mais rápido; fazendo circular novos conhecimentos, novas ideias,

⁴⁸ DE SOSLAIO. *O Município*. Jardim do Seridó, 12 de out. 1918, p. 2.

⁴⁹ DE SOSLAIO. *Op. Cit.*

enfim, diminuindo as distâncias entre as cidades e facilitando a comunicação entre as localidades.

Portanto, dotar o município de Jardim do Seridó de estradas em bons estados de conservação surge como uma obrigação da qual não podia fugir o poder público e os cidadãos em geral, pois, conforme observa Evaneide Maria de Melo, “a estruturação das vias de acesso à cidade de Jardim do Seridó atingia o fluxo de circulação de mercadorias e pessoas, haja vista que essas estruturas representavam as possibilidades de escoamento de toda a produção do algodão, como ainda, as veias de ligação entre os vários agentes culturais urbanos”⁵⁰.

A inexistência das estradas e / ou a sua má conservação constituiu um problema, discutido regulamente pela Intendência no período de 1917 a 1930, sobretudo pelo fato de que o município intitulado como jardinense abrangia uma área muito extensa, medindo, segundo Amphilóquio Câmara, “2.625 quilômetros, sendo 75 de extensão por 35 de largura”⁵¹. Com esta grande extensão, as estradas são transformadas em objeto de controle, devendo ser conhecidas e fiscalizadas, como forma de facilitar a gestão. Após a edificação dessas vias de circulação franqueada ao trânsito público de veículos, sua conservação ficava a cargo da municipalidade que, com o apoio dos munícipes residentes nas margens das estradas, realizavam a limpeza e a conservação.

Em virtude de não serem pavimentadas, as vias de acesso à cidade requeriam serviços de manutenção, todos os anos, por motivo do nascimento de plantas, da presença de pedras e das crateras abertas no meio do caminho, dificultando a livre circulação das pessoas, dos animais e dos meios de transportes, fossem eles animais de carga ou os veículos motorizados, que mantinham um tráfego regular por aquelas redondezas.

Nessa época, a maioria da população jardinense continuava morando na zona rural, visitando o centro urbano, semanalmente, nos dias de feira, para realizarem as vendas e compras dos alimentos e mercadorias diversas, além das visitas nos dias santificados pela Igreja, para participarem das missas, novenas e

⁵⁰ MELO, Evaneide Maria de *A Paisagem em Foco: leituras fotográficas de Jardim do Seridó-RN*, p. 24

⁵¹ CÂMARA, Amphilóquio. *Cenários Municipais*, p. 151.

procissões. Desde essa época, em Jardim do Seridó são celebradas, principalmente, as festividades do Sagrado Coração de Jesus, no mês de setembro; Nossa Senhora da Conceição, padroeira, em dezembro; e São Sebastião e Nossa Senhora do Rosário, na passagem do ano, além de outras datas santificadas pela igreja católica, presente no calendário litúrgico e distribuídas ao longo dos meses do ano.

Para que pudesse haver uma livre circulação das pessoas, era necessário efetuar, anualmente, a limpeza das estradas públicas, cabendo aos proprietários dos sítios, fazendas, logradouros e demais localidades que serviam de vias de passagens, a responsabilidade de efetuar os reparos, mandando roçar as matas próximas às estradas, na largura de 4 metros e 40 centímetros, e 2 metros e 64 centímetros nos caminhos, como também melhorar as ladeiras e tapar os buracos provocados pelas chuvas, de modo a facilitar o trânsito e torná-lo mais cômodo.

O jornal *O Município* apresentava, mensalmente, matérias com decretos da Intendência Municipal determinado “a limpeza de todas as estradas públicas e caminhos de tranzito no Município, obrigação esta imposta aos proprietários dos terrenos cortados pelas mesmas”⁵². A observância desta postura era de responsabilidade de todos os cidadãos proprietários de terrenos onde estavam localizadas as estradas e caminhos de trânsito público, pois, conforme alertava o referido jornal, “nenhum cidadão tem o direito de fugir, uma vez que trata-se do bem público e do interesse de todos”⁵³. O jornal alertava a população para a observância da legislação.

Esperamos que os nossos patrícios se compenetrem do dever que a lei lhes impõe, afim de realizarmos este serviço, por todos reclamado, sem ser preciso recorrer a medidas extremas, certo de que, aqueles que olvidarem a determinação legal, não terão direito a reclamações e nem tão pouco deverão levar a mal que lhes sejam applicadas as penas da lei e posturas municipaes⁵⁴.

⁵² ESTRADAS de rodagens. *O Município*. Jardim do Seridó, 21 de nov. de 1918, p. 1.

⁵³ LIMPEZA das estradas. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de jun. de 1918, p. 3.

⁵⁴ LIMPEZA das estradas. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de jul. de 1918, p. 3.

Nos inúmeros decretos referentes a “limpeza das estradas”, publicadas no jornal *O Município*, de circulação em Jardim do Seridó entre 1917 a 1919, observa-se também que eram nomeados fiscais para corrigir a não observância e execução da lei, sendo que “essa fiscalização ou correição, terá logar no principio do mez de Setembro p. vindouro, de accordo com o edital referido”⁵⁵. Aqueles que desobedeciam aos decretos da Intendência Municipal eram advertidos para o fato de que seriam multados.

De acordo com a legislação municipal vigente, cabia aos proprietários dos terrenos por onde passavam as vias de acesso à cidade a obrigação de proceder à limpeza do mato, enquanto que a Intendência Municipal era responsável pela fiscalização do trabalho, multando os sujeitos que não estavam executando o que a lei determinava. O processo de fiscalização dos trabalhos de limpeza das estradas requeria procedimentos cautelosos, desempenhados por uma equipe de funcionários públicos, que buscavam obedecer às disposições estatuídas no artigo 29 do Código de Posturas Municipal.

Esses fiscais observavam o prazo concedido pela Intendência aos donos dos imóveis por onde passavam as estradas de rodagens e os caminhos públicos, assegurando o cumprimento dos decretos que eram divulgados pela imprensa local. Nas crônicas do jornal *O Município*, observamos os elogios aos proprietários que agiam com zelo e correção na concretização do serviço de manutenção da limpeza e conservação das estradas. Em matéria de 20 de março de 1918, intitulada *Estradas Públicas*, o presidente da Intendência elogia a ação dos proprietários, pois:

Depois de exgottado o prazo concedido para este serviço, verifiquei a índole respeitadora do nosso povo, pois com raras excepções, a limpeza das estradas foi feita até aos mais longiquos recônditos do Município, tendo alguns dos senhores proprietários se desempenhado com extremo zelo e correcção dessa obrigação que a lei lhes impõe⁵⁶.

⁵⁵ LIMPEZA das estradas. *O Município*. Jardim do Seridó, 05 de out. de 1918, p. 1.

⁵⁶ ESTRADAS Públicas. *O Município*. Jardim do Seridó. 20 de mar. 1918, p. 1.

O desejo expresso pelo chefe do executivo jardinense era dotar a cidade de bases concretas para a integração junto ao restante da nação, afinada com as transformações do seu tempo. No entanto, mesmo perante os rigores da legislação, punindo com multas no valor de 10\$000 (dez) mil réis os sujeitos que infringissem as determinações que a administração pública impunha, inúmeros foram os proprietários por cujas propriedades passavam as estradas que tentaram burlar essas determinações, enviando petições à Intendência Municipal, pleiteando a transferência dos caminhos de trânsito para outras localidades, uma forma sutil de fugir das obrigações de limpar as estradas, sempre que necessário. Assim procedeu o senhor Sebastião Fernandes de Farias, que enviou uma petição no dia 24 de janeiro de 1917,

Requerendo a mudança de um caminho considerado publico no sitio denominado "Alto Grande", e como o Snr. Presidente já havia previamente mandado o fiscal respectivo dar informação, a qual estava declarada na petição respectiva, demonstrando claramente não haver inconveniente na alludida mudança, em vista do que, a Intendência resolveu conceder por unanimidade a licença impetrada⁵⁷.

As justificativas para as mudanças de localização das estradas públicas variavam consideravelmente, conforme se depreende das inúmeras petições enviadas para as sessões da Intendência Municipal, seja porque as estradas atravessavam os centros das propriedades, seja porque foi construído um outro caminho mais viável, seja pelos prejuízos causados aos proprietários, enfim, uma profusão de elementos encontrados pelos sujeitos para justificar a retirada do caminho de suas propriedades. Cada sujeito apresentava justificativas para múltiplas reivindicações, alterações.

Outro cidadão que procedeu de modo semelhante foi o senhor Agostinho Rodrigues da Silva, morador do sítio Varzea do Riacho do Feijão, que também enviou uma petição à Intendência. Esse documento, "datado de 29 de Abril último [1922], requerendo a mudança de uma estrada pública que parte do Povoado Ouro

⁵⁷ ARQUIVO da Câmara Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas*. (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926, p. 90.

Branco para a Villa de Santa Luzia do Estado da Parahyba, terrenos de sua propriedade, [...] de cultura, cauzando-lhes prejuízos, para um outro lugar mais viável, cuja volta é insignificante, compromettendo-se a fazer a limpeza respectiva”⁵⁸. Neste caso, após parecer do fiscal, a Intendência concedeu a licença requerida, permitindo a mudança da rota viária para outro local.

Enquanto uns requeriam as mudanças do traçado das estradas ao Conselho, como procederam os cidadãos Sebastião Fernandes de Farias e Agostinho Rodrigues da Silva, a título de exemplo, outros tomavam as decisões por conta própria, causando sérios problemas aos usuários. Nesta situação, os fiscais da Intendência eram convocados a tomar as providências necessárias, de acordo com a lei. Isto significava que os fiscais tinham a autorização de desobstruir as interdições e ainda aplicar multas aos infratores.

Quase diariamente o Conselho de Intendência recebia abaixo-assinados relacionados a interrupções de estradas públicas, realizadas pelos proprietários das fazendas onde passavam os respectivos caminhos de trânsitos. Em 23 de maio de 1922, o Conselho recebeu um abaixo-assinado “de diversos cidadãos residentes na Malhada Grande, deste município, dizendo que o cidadão Miguel Estevam tem interrompido a estrada que segue da Povoação de Pedra Lavrada à do Periquito, com bastante movimento e do Sítio Malhada Grande para Parelhas, pelo que, o snr. Presidente mandou officiar ao Fiscal do Districto para tomar providencias”⁵⁹.

Em alguns casos, os pedidos de solicitações das mudanças das rotas de trânsito geraram disputas entre os usuários, sobretudo pelo fato de algumas dessas mudanças provocarem o aumento das distâncias entre as localidades. Na sessão ordinária de 22 de janeiro de 1924, encontramos um debate entre interesses contrários acerca da petição do cidadão José Romualdo Dantas, proprietário do sítio “O”, deste município, solicitando da Intendência o reconhecimento de um desvio que o mesmo realizou na estrada pública que segue para os Brejos paraibanos, passando pelo centro de sua propriedade. No mesmo dia, a Intendência recebeu

⁵⁸ Acta da 1ª Sessão da 3ª Ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas*. (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

⁵⁹ Acta da 1ª Sessão da 3ª Ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas*. (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

uma outra petição, desta vez assinada pelo cidadão João José do Nascimento, pedindo para não atender ao pedido do senhor José Romualdo Dantas.

Diante desse conflito de interesses, o Conselho de Intendência Municipal resolveu nomear uma comissão composta pelos intendentes Antônio José de Lima e Laurentino Bezerra Neto, para examinarem o local e emitirem relatórios acerca do aludido conflito. O caso só foi resolvido na sessão de 24 de julho de 1924, quando o assunto voltou a discussão. Dessa vez, a comissão emitiu parecer favorável à nova estrada, como rota a ser seguida pelos usuários.

Diante deste contexto, observamos que as estradas tinham significados diferentes, de acordo com os interesses dos cidadãos. Enquanto uns viam as estradas como um problema que prejudicava a cultura agrícola, especificamente quando elas estavam localizadas em suas propriedades rurais, outros tratavam a melhoria das estradas e, principalmente, a abertura de novas vias de circulação como sinônimo de “progresso”, de “desenvolvimento” e de “civilização”. A grande preocupação dos que estavam à frente da administração era evitar o isolamento da cidade em relação ao resto do país, contexto esse vivido pela população jardinense em 1924, quando as enchentes dos dois rios que cortam a cidade impediram a entrada e saída da população. Segundo José Nilton de Azevedo,

Há informações de que 1924 foi um ano de muito inverno, em que os rios Seridó e Cobra não deram passagem aos feirantes e nem tão pouco existia ponte; por esse motivo, tiveram que fazer as suas feiras, por três vezes consecutivas, do outro lado dos rios⁶⁰.

Esta situação de isolamento motivou o poder executivo municipal, a economizar recursos financeiros de outros setores, no sentido de empreender a construção de uma ponte sobre o rio Seridó, cujo início das obras aconteceu em 1925. Na década de 1920, a natureza com seus rios e riachos era vista como algo que poderia promover ou impedir o progresso, entendido como desenvolvimento econômico. É neste sentido, portanto, que se justifica a construção da ponte da Fazenda Pedra Lavrada, na zona rural do município de Jardim do Seridó,

⁶⁰ AZEVEDO, José Nilton de. *Um Passo a Mais na História de Jardim do Seridó*, p. 156.

especificamente nas imediações da estrada pública ligando esta cidade a Santa Luzia, no Estado da Paraíba.

O debate em torno da necessidade da construção de “melhoramentos” para o município de Jardim do Seridó foi uma constante nas sessões do Conselho de Intendência, bem como da relação entre o executivo municipal e o governo do Rio Grande do Norte. Um fator que contribuiu para que a região do Seridó tivesse uma melhor relação com o governo estadual foi a mudança do eixo político, através da elevação da representação do grupo de seridoenses encabeçada por José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria. Para Muirakytan Kennedy de Macêdo, o sistema político do Seridó, ao ascender no plano administrativo estadual, pautou suas ações em benefício do desenvolvimento regional, tendo na agricultura e, principalmente, na produção algodoeira, a principal marca de suas ações⁶¹.

A implantação da República no Rio Grande do Norte possibilitou uma maior aproximação do interior com a capital, em vista da ligação política dos governadores com a região do Seridó. Diversas solicitações são encaminhadas ao governo estadual, no sentido de efetuar obras de “melhoramentos” para a cidade, sendo a construção das estradas de rodagens um dos principais pleitos encaminhados ao Governo do Estado. Em 29 de julho de 1926, o presidente da Intendência realizou pronunciamento na 4ª sessão ordinária do Conselho Municipal, quando:

Comunicou ao Conselho que seguindo os desejos do Ex.mo Dr. Governador do Estado de reunir na capital o Congresso das Municipalidades do Estado, elle havia ido representar este município, tendo ficado acertado o ataque dos serviços nas devesas estradas de rodagem que cortam o Município cujo serviços o Governo do Estado custeará á metade das despezas, tendo já sido atacados os referidos serviços [...], trazendo ainda o srn. Presidente ao conhecimento do Conselho que estava assentada as bases de um grande serviço no lugar “Pedra Lavrada” deste município o que era a construção de uma ponte no rio Seridó, ponte esta, de grandes vantagens para o serviço rodo-viario a qual tinha sido orçada em 60:000\$000 sessenta contos de réis pelo que consultava ao Conselho se approvavam a realização deste melhoramento para o qual o Estado auxiliaria com a importância de 30:000\$000 trinta

⁶¹ MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Op. Cit.* p. 193-199.

contos de réis, tendo os snrs. intendentes aprovado com aplausos a iniciativa de tão útil, quão grandioso melhoramento⁶².

A municipalidade jardinense, estava no propósito de dotar a cidade de diversos equipamentos que transformavam a vida da população. A construção das estradas de rodagens ligando o município às outras localidades do país constituía uma etapa do processo de retirar a cidade do isolamento em relação aos grandes centros urbanos. Estas obras de construções das novas vias de trânsito eram vistas como “melhoramentos” que favoreciam os serviços viários de ligação da cidade com as demais regiões brasileiras.

Aliada à edificação das estradas de rodagens, a construção de uma ponte sobre o rio Seridó consistia em uma importante obra que melhoraria o trânsito desta cidade com outras localidades, uma vez que a cidade de Jardim do Seridó é cortada por dois rios: o Seridó e o Cobra. Em períodos de inverno, quando estes rios enchem de águas, a cidade acabava ficando “ilhada”. A ponte da Fazenda Pedra Lavrada foi um empreendimento que utilizou o minucioso trabalho de engenheiros e operários, além de vultosas somas de recursos financeiros, orçada no valor de 60 contos de réis, devido às suas grandes dimensões e ao material utilizado na edificação. A ponte foi construída toda em cimento armado e ferro. Em sessão de 28 de setembro de 1926, o presidente da Intendência, Heráclio Pires, comunicou ao Conselho que “já tinha atacado o serviço da ponte sobre o rio Seridó, tendo conseguido três concessões, sendo a primeira o transporte de óleo, o transporte das formas e a despesa da diária do Engenheiro”⁶³. O engenheiro e o chefe da municipalidade orçaram a ponte em 60 contos de réis, sendo 30 por conta do Município, que assumiu a responsabilidade pela mão de obra e 30 contos do Estado, que foram gastos na aquisição de todo o material. A obra foi, portanto, o resultado de uma parceria administrativa entre a Intendência Municipal de Jardim do Seridó e Governo do Estado, através do Departamento de Inspeção de Obras Contra as Secas. A imagem fotográfica abaixo permite visualizar as dimensões desta ponte

⁶² Acta da 1ª Sessão da 4ª Ordinária do Conselho da Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas*. (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

⁶³ Acta da 1ª Sessão da 5ª Ordinária do Conselho da Intendência Municipal de Jardim do Seridó *Livro de Actas*. (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

que significou vencer as barreiras da natureza, através de uma obra edificada com os recursos da tecnologia.

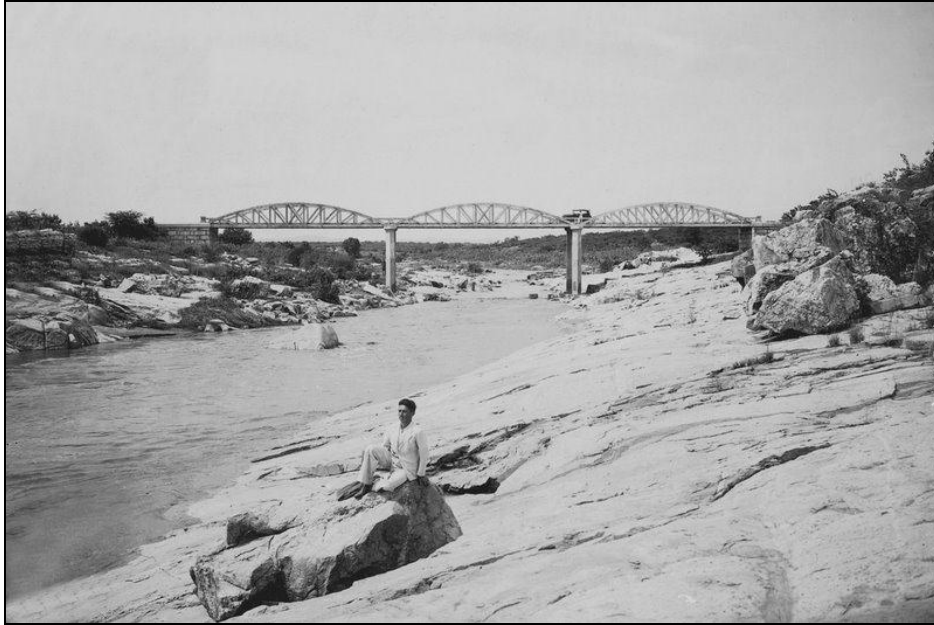


FIGURA 01: Ao fundo, Ponte da Fazenda Pedra Lavrada, edificada sobre o Rio Seridó, zona rural do município de Jardim do Seridó, na gestão de Heráclio Pires, tendo sido inaugurada no ano de 1927, em cerimônia presidida pelo Governador Juvenal Lamartine de Faria.

FOTO: Photo Pires; 19[??].

FONTE: Acervo José Modesto.

A edificação desta ponte nas imediações da estrada pública que ligava Jardim do Seridó à cidade de Santa Luzia, possibilitou uma via de ligação entre as fronteiras do Rio Grande do Norte com a Paraíba, de modo permanente, evitando tornar a cidade “ilhada”, como aconteceu em 1924, quando as enchentes dos dois rios que cortam a cidade impediram a entrada e saída das pessoas.

A melhoria das estradas, aliada à construção da ponte da Fazenda Pedra Lavrada, favorecia a articulação desta localidade com outras cidades e o restante do país. Por essas estradas, diariamente chegavam e saíam da cidade de Jardim do Seridó automóveis conduzindo pessoas para diversas outras localidades. Em 1926, a cidade de Jardim do Seridó recebeu a visita do candidato a presidente da República, Washington Luiz. A notícia de sua vinda foi divulgada pelo chefe da administração municipal na 4ª Sessão Ordinária do Conselho de Intendência, nos seguintes termos: “dentro em breve o nosso Município teria a insigne honra de hospedar o eminente estadista Dr. Washington Luiz o futuro Presidente do país o

qual anda em excursão pelos diversos Estados do Norte do Paiz, pelo que o nosso povo deveria preparar-se para assistir a sua chegada á esta Cidade”⁶⁴.

A preparação para a chegada do candidato a presidente, Washington Luiz e sua comitiva, passava pela melhoria da conservação das vias de acesso à cidade, obstruindo todas as crateras existentes nas estradas de rodagens, para facilitar o trânsito de automóveis com destino a Jardim do Seridó. Pelas estradas transitava uma profusão de sujeitos com objetivos os mais variados, das autoridades políticas mais importantes ao cidadão comum e até bandidos.

Em 14 de março de 1922, o Conselho de Intendência Municipal, reunido em sessão ordinária, tomou conhecimento da circulação de “boatos alarmantes” que divulgavam a “invasão de bandidos armados” pelos sertões do Rio Grande do Norte e da Paraíba. A grande preocupação dos Intendentes Municipais era com relação à situação espacial da cidade de Jardim do Seridó, no início do século XX, localizada na divisa entre esses dois Estados. A existência das estradas de rodagens cruzando as fronteiras estaduais no limite do município jardinense colocava esta cidade em uma situação de risco de invasão por “grupos de bandidos que infestam território do nosso visinho Estado da Parahyba, praticando as maiores depredações”⁶⁵. Nesse contexto, a Intendência Municipal encaminhou telegrama ao governador do Estado, solicitando a permanência de “quinze praças e um Oficial, para garantia da mesma e das deversas Povoações deste município”⁶⁶.

As estradas favoreciam a livre circulação das pessoas, independentemente de quaisquer interesses e desejos que elas alimentassem. Segundo Gilmar Arruda, além de romper com o isolamento da região, as estradas “são um elemento importante, não só do ponto de vista econômico, mas também para a possibilidade de controle e vigilância pelo poder central. Significativa rapidez para deslocar tropas e policiais”⁶⁷. Sob esta óptica, as estradas bem cuidadas se apresentam como uma importante força aliada na defesa do espaço jardinense, alvo de interesses dos “bandidos armados” que já infestavam os sertões do Rio Grande

⁶⁴ Acta da 1ª Sessão de 4ª Ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas*. (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

⁶⁵ Acta da 1ª Sessão de 2ª Ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas*. (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

⁶⁶ Acta da 1ª Sessão de 2ª Ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas*. (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

⁶⁷ ARRUDA, Gilmar. *Op. Cit.* p. 173.

do Norte. A presença desses “bandidos” era uma preocupação da população jardinense, desde as décadas iniciais do século XX. Em 1912, a Intendência Municipal realizou uma sessão extraordinária, com o fim de “expor aos seus colegas a situação anormal em que se encontra o Município, cujos pacíficos habitantes se achão inquietos e alarmados diante das constantes invasões de bandidos armados”⁶⁸. Esses “bandidos” preocupavam os jardinenses, pois “levaram a sua audácia a ponto de assaltar em pleno dia, a Povoação de Espírito Santo d’este município, onde saquearam e estragaram bastantes três cazas comerciais”⁶⁹.

Eram essas estradas e caminhos públicos que tais sujeitos, temidos pela população, utilizavam para ter acesso às localidades. Portanto, podemos observar que as estradas tinham utilidades diferentes, de acordo com os interesses dos seus usuários. Suas construções eram importantes para a circulação das pessoas, para o deslocamento de mercadorias que eram comercializadas nas feiras e no comércio local⁷⁰ e para as divulgações de ideias, seja através da veiculação oral de novos pensamentos, seja através da chegada de jornais que vinham de todas as partes do país e que eram lidos pelos jardinenses.

O jornal *O Município*, que circulava regularmente e era publicado na própria cidade de Jardim do Seridó, através da tipografia gerenciada por Antídio de Azevedo, publicava também o recebimento de periódicos que circulavam em outras localidades e que chegavam, através das estradas de rodagens, para permutação junto à redação. Eram jornais de diversas cidades e estados, como *O Barbarense*, de Santa Barbara, *A Folha*, do município de Porto Ferreira, além de *O Pontalense*, que se publicava na cidade de Pontal, cidades do Estado de São Paulo; do Estado do Ceará, *O Rubi* e *O Repórter*, editado em Camocim; de Pernambuco chegavam: *O Chic* e *A Serra*, da cidade de Timbaúba, *A Evolução*, de Bonito e *O Laço*, publicado em Floresta dos Leões, *O Tempo*, publicado em Gravatá. Já da Bahia vinham os jornais: *A Barra*, da cidade de Barra, *O Município*, editado em Conceição do Almeida, *O Liberal*, que se editava na cidade de Belmonte e o *Pequeno Jornal*, editado em Cachoeira. Da Paraíba chegavam: *A Imprensa* e *A Razão* da cidade de Campina Grande e *A Tribuna*, jornal da capital. Do Rio Grande do Norte, O

⁶⁸ Acta da 2ª Sessão de 3ª Ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó de 1912. *Livro de Actas*. (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Sobre o comércio da cidade de Jardim do Seridó será discutido no capítulo seguinte.

Triumpho, publicado na Villa de Augusto Severo, *A Tribuna*, publicado na cidade do Assú, *O Santelmo*, que se editava em Pau dos Ferros, *O Progresso* e *O Batel*, da Villa de Currais Novos, *O Lume*, que se publicava em Sant'Anna dos Mattos, enquanto que, da capital, chegava *O Momento* e *A Educação*.

Mais do que uma diversidade de periódicos, observa-se a multiplicidade de ideias e informações que circulavam no urbano jardinense. Esses jornais traziam informações sobre os mais variados assuntos. Tais informações chegavam à cidade de Jardim do Seridó, sendo que, algumas das matérias se transformavam em notícias para os próprios jardinenses, através da permutação dos periódicos, bem como as notícias locais, publicadas n' *O Município* eram destaque nos outros jornais. O próprio presidente da Intendência assinava como correspondente de diversos jornais, seja da capital do Estado ou mesmo de Recife, onde mantinha uma coluna no *Jornal do Comércio*, assinando-a com o pseudônimo de Pedro Seridó⁷¹.

A construção das estradas de rodagens e a intensificação do tráfego de automóveis favoreciam este processo de circulação das ideias, pessoas e mercadorias. Este intenso movimento mostra a cidade convivendo com a entrada e saída de pessoas pelas novas estradas que foram construídas no início do século XX, ligando Jardim do Seridó às outras localidades. Muitas pessoas deixavam a cidade em busca de outros ares, ou por terem que ir trabalhar em outras localidades. Sem poderem se despedir de todos os conterrâneos, pessoalmente, muitos se serviam do periódico *O Município* para as “despedidas”, como procedeu o Dr. Carlos Gantois, em 1918.

Deixando Jardim, onde permaneci por 36 dias, cumpro um dever imposto ao meu coração, em agradecer á todos que me dispensaram suas atenções, pedindo permissão para declinar os nomes de dois cavalheiros: o provento pharmaceutico Sr. Heraclio Pires e sua Ex. ma família, pelos favores e pelo inexcédível acolhimento e conforto que me proporcionaram e a minha família; pela maneira lhna e character recto de cavalheiro educado que é; pela sua aprimorada competência profissional que tantas vezes tive occasião de observar, e ao Sr. Major Francisco Auto de Oliveira pelas provas magnânimas de seu coração de moço honesto e não menos educado; pelas considerações sobejamente dispensadas a minha humilde pessoa.

⁷¹ AZEVEDO, José Nilton de. *Op. Cit*, p. 90.

A estes dignos cavalheiros – os meus insignificantes prestimos, onde quer que me encontre, - a minha gratidão, a minha saudade, o meu adeus.

Jardim, 31 de Maio de 1918⁷².

Outros conterrâneos que deixaram a cidade também utilizaram a imprensa para as despedidas.

Caríssimos Jardinenses:

Tendo de retirar-me dessa Eden Seridoense, onde os vossos caminhos e affectos do amigo legal e generoso fizeram de meu dorido coração um prisioneiro de amor, justo me é confessar-vos as lágrimas de saudades que inundam a minha'alma.

Com a presteza da viração se foram alados os poucos dias que me concedeu a ventura de aos vossos lados aspirar para o mesmo perfume balsâmico destas alegres amigas, e, ea de ti bemdigo, ó ventura!

Dias velozes que geraram em minha'lma o pranto da despedida e em meu coração a dor da saudade!...

Reconhecidamente penitencio-me das falhas cometidas cõscio de merecer de vós a absolvição.

Deixo aqui consignado para cada um jardinense, sem excepção, o meu abraço cordial de envolto uma prece aos céus pelo progresso sempre crescente desta "Veneza Seridoense" e offereço-vos os meus ínfimos préstimos na Capital do Estado.

Adeus do *Joathas Cavalcante*⁷³.

Outra despedida:

Seguindo amanhã para a vizinha capital do Sul, onde continuarei em comissão do Ministerio da Marinha, e, não podendo despedir-me pessoalmente dos meus conterrâneos e amigos, o faço por meio desta.

Aproveito a oportunidade para agradecer sinceramente todos os meus patrícios que, por nímia gentileza, me felicitaram por motivo da minha recente promoção.

No Rio de Janeiro, em a Fortaleza de Willegaignon, estarei sempre as ordens de meus coestadanos.

Jardim 7 de Fevereiro de 1918.

Miguel Paulino Dantas

Cabo Artilheiro da Marinha⁷⁴.

⁷² SOLICITADAS: Despedidas. *O Município*. Jardim do Seridó, 1º de jun. 1918, p. 3.

⁷³ SOLICITADAS: Despedidas. *Op. Cit.* 3 de mar. 1918, p. 2.

⁷⁴ SOLICITADAS: Despedidas. *O Município*. Jardim do Seridó. 20 de fev. 1918, p. 3.

São agradecimentos relacionados ao acolhimento dispensado àqueles que moravam na cidade, ou para àqueles que pela cidade passaram alguns dias entre os jardinenses. Nestas “despedidas” aparecem a hospitalidade do povo, a saudade de quem partia para outras localidades e os desejos de progresso e crescimento da cidade em benefício dos que permaneciam no lugar.

Estas “despedidas” possibilitam pensar a “cidade com sentimento”, categoria utilizada por Paulo Knauss⁷⁵, sendo utilizada aqui para reconhecer as multiplicidades de ações que marcam os relacionamentos das pessoas com o espaço urbano, muito além de um tempo linear. As “despedidas” publicadas no jornal *O Município* possibilitam perceber que a cidade é também sentimentos subjetivados no cotidiano, marcado por vivências, pelas relações com as pessoas e com o espaço, o que vem a deixar marcas naqueles que partem, como foi possível constatar nos relatos de partida.

A despedida é sempre um momento de rupturas, marcadas pelas lembranças dos momentos vividos, pelas amizades construídas e pelas saudades dos espaços frequentados. Em 06 de abril de 1918, a edição de número 20 do jornal *O Município* publicava uma crônica escrita por Arthur Ribeiro e dedicada a Antídio de Azevedo, com o título *Impressões de quem parte*, a qual sintetizava o sentimento das pessoas que deixavam a terra em que nasceram e cresceram e partiam para outras localidades:

A partida é sempre a hora mais pungente que emociona a alma de quem busca, como eu, terras distantes.

Partir é abandonar a terra onde estamos, em demanda de plagas estranhas, é humedecer com lágrimas doridas as faces amigas daquelles que nos são caros.

Quem parte, quasi sempre leva o coração ferido e choroso, mas, unido aquelas pessoas queridas pelos liames inquebrantáveis duma amplexidade social inigualável, e disseminados pelo ambiente perfumado e seductor do torrão pátrio, deixa fragmentos indeleves da alma enternecida.

E o coração, lábaro bem dicto onde conserva-se escripto em letras doiro essas recordações, permanece aparentemente, imóvel como uma estatueta, emmedecido como uma sphinge, a receber e

⁷⁵ KNAUSS, Paulo. A Cidade como Sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea – o incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961. In.: *Revista Brasileira de História*, 2007.

supportar todos a vibrações poéticas e delirantes e todos os embates cruentos do escabroso oceano da vida.

Tal é o que ora se apresenta no painel desgracioso do meu futuro, entrelaçado de negras incertezas e emmoldurado de duvidosas esperanças.

Daqui há poucos dias deixarei este meu sertão ditoso, florido jardim do adolescente, onde de velhas roseiras emmurdecidas, de rosas tão lindas e tão bellas, como a candura angelical da virgem ou como os reflexos doirados do seda primavera [...] ⁷⁶.

Nesta crônica, a partida é sempre um momento emocionante, sobretudo quando se deixa a terra amada em busca de paragens distantes; é deixar o espaço onde todos se conhecem, onde estão as famílias, “em demanda de plagas estranhas”. É um instante de incertezas e duvidosas esperanças. Quem parte leva consigo, além da bagagem, a “cidade como sentimento”. Deste modo, para Arthur Ribeiro, deixar o Sertão significa levar consigo o “florido Jardim da adolescência” e deixar “um fiozinho d’amor”.

Estes sentimentos de “partidas” são acentuados neste novo contexto de construção de estradas de rodagens interligando cidades e do aumento do fluxo de automóveis, que possibilitam o deslocamento das pessoas de forma rápida e confortável. Jardim do Seridó passa a ser uma cidade bastante movimentada, como pode ser percebido através da coluna *Noticioso*, do jornal *O Município*, que publicava os nomes dos visitantes que chegavam provenientes de diversas localidades, bem como a saída de pessoas para as outras cidades. São matérias que informam a partida ou o regresso e as profissões dos viajantes que visitavam Jardim do Seridó. Em 20 de fevereiro de 1918, o jornal publicava a passagem das seguintes pessoas:

Noticiário

Esteve nesta cidade na segunda-feira ultima o nosso illustre amigo major Alfredo Pessoa, zeloso Administrador da Mesa de Renda Estaduaes neste município, com sede na florescente povoação de Parelhas.

Depois de alguns dias de permanência entre nós, deixou esta cidade no próximo dia 18 do corrente, o nosso patrício Miguel Paulino Dantas, cabo de 1ª classe da Marinha Nacional, que anda em

⁷⁶ IMPRESSÕES de quem parte. *O Município*. Jardim do Seridó, 6 de abr. de 1918, p. 1.

comissão percorrendo alguns Estados do Norte em propaganda de voluntários para aquella patriótica corporação militar.

Regressou da capital do Estado o nosso respeitável amigo coronel Felinto Elyσιο, prestigioso chefe da política local.

Regressou de sua viagem a Parahyba e Natal o revdº padre Antonio Vicente da Costa, virtuoso vigário desta freguezia. Saudamol-o.

Retornou da capital da Parahyba o nosso amigo major Francisco Cunha, commerciante nesta praça.

Visitou-nos o nosso amigo e assignante capitão José Marques Filho, residente a florecente povoação de Parelhas.

Honrou-nos com a sua visita o illustre capião Pedro Clementino de Medeiros, residente na fazenda Humautá, deste município.

Esteve nesta redação o nosso amigo capitão Francisco Justino Dantas, residente em Carnaúba, do visinho município do Acary⁷⁷.

Com base na coluna *Noticioso*, é possível traçar um perfil do movimento de pessoas na cidade de Jardim do Seridó. São representantes das forças armadas, padres, médicos, promotores, juizes, chefes políticos, artistas e comerciantes. Em algumas ocasiões, esses viajantes eram acompanhados das respectivas famílias. Ainda com base nesta coluna, observamos as cidades que mantinham ligação com Jardim do Seridó, seja na área comercial, política ou por laços familiares.

Das 171 notas de viagens publicadas no jornal *O Município*, nos anos de 1918 e 1919, percebemos que 15,20% se referem às pessoas que chegavam ou saíam de Jardim do Seridó, tendo como destino ou procedência a capital do Rio Grande do Norte, Natal; a mesma porcentagem equivale à vizinha cidade de Acari; 12,86% a Recife; 11,69% do Distrito Municipal de Parelhas; 9,94% de Caicó; 7,60% de Campina Grande; 5,26% da capital Parayba; 4,09% do Distrito Municipal de Espírito Santo (hoje cidade de Ouro Branco); 2,93% de Currais Novos, Martins e do Distrito Municipal de São José do Seridó; 1,75% do Distrito Municipal de Periquito (Hoje cidade de Equador); 1,16% do Rio de Janeiro, da povoação de Carnaúba dos Dantas, distrito de Acari, da povoação de Flores e do Estado do Ceará; 0,58% de Caraúbas, Patos, Santa Luzia, Areia e Pedra Lavrada, cidades localizadas no Estado da Paraíba.

⁷⁷ NOTICIOSO. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de fev. de 1918, p. 3.

Vale acrescentar que estes dados equivalem às entradas e saídas da população nos anos de 1918 e 1919 e que representam apenas a mobilização de membros da elite, cujos nomes e profissões eram publicadas no jornal, ficando de fora a movimentação da população que visitava a cidade para realizar suas compras semanais nas feiras livres, bem como os pequenos vendedores ambulantes e uma variedade de pessoas, cujos nomes não eram destacados nas colunas da imprensa escrita, mas que passaram pela cidade de Jardim do Seridó, nessa época.

Para existir um fluxo semanal da população com destino às cidades acima citadas, foi necessário o esforço da população mais abastada, juntamente com a Intendência Municipal e, posteriormente, o apoio do Governo do Estado na construção das estradas que interligavam a cidade de Jardim do Seridó aos outros centros urbanos. Como já foi apontado, primeiramente foi construída uma estrada que, saindo desse município, tinha como destino o Estado da Paraíba. Essa estrada cruzava as fronteiras do Rio Grande do Norte e da Paraíba, possibilitando à população deslocar-se para as cidades paraibanas de Santa Luzia, Pedra Lavrada e Campina Grande, onde existia a estrada férrea *Great Westen of Brazil Railway*⁷⁸ que se prolongava até a cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco.

Esse percurso permitia à população jardinense manter laços comerciais com o Estado da Paraíba e era também utilizado para o deslocamento do algodão produzido na região e comercializado em Campina Grande, para daí, seguir de trem para Recife. Segundo Regina Coelli Gomes Nascimento, em Campina Grande, “nos anos de 1920, a linha férrea já havia estabelecido seu espaço no cotidiano da população, mantendo seu movimento semanal, consolidando a função comercial da cidade, permanecendo como ponto terminal da estrada de ferro”⁷⁹. Assim, o algodão produzido em Jardim do Seridó e região era comercializado em Campina Grande, sendo o transporte realizado através das estradas públicas até o ponto da linha férrea, de onde seguia para Pernambuco.

Com relação ao outro percurso utilizado pela população para se chegar a Jardim do Seridó, este consistia na estrada pública iniciada em 1918, que

⁷⁸ Sobre a linha ferroviária de Campina Grande, consultar: NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. Campina Grande: Cenários de Sedução. In. DANTAS, Eugênia; BURITI, Iranilson (orgs). *Cidade e Região: múltiplas histórias*, p. 67-84.

⁷⁹ NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. *Op. Cit.* p. 80.

compreendia Caicó, passava pela cidade jardinense, cruzando Acari, Currais Novos e daí seguia até a Estrada de Ferro Central do Brasil, em Lajes, que dava acesso a Natal, capital do Estado. Conhecida como Estrada de Automóveis Seridó, essa linha de penetração do interior do Estado foi planejada e executada em parceria com a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas⁸⁰. Ela foi fruto dos constantes apelos do chefe do executivo municipal ao Governo do Estado, tendo como principal alegação o discurso da seca. Esta discussão permite uma aproximação com Durval Muniz de Albuquerque Júnior, para o qual a parte do Norte do país, atualmente denominada de Nordeste, foi produto do reconhecimento de uma derrota, a seca. Apresentando-se como vítima de um “flagelo”, possibilitou à elite dirigente criar uma região, como merecedora de especial atenção do poder público federal. A institucionalização das secas, em especial, a partir das estiagens de 1915 e 1919, possibilitou aos grupos dirigentes do “Norte” conseguir espaços no aparelho do Estado, sobretudo com a criação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas⁸¹.

Foi com base no reconhecimento do flagelo provocado pela estiagem de 1919 e se apresentando como impotente na solução deste problema, que Heráclio Pires Fernandes, presidente da Intendência Municipal, encaminhava telegramas ao Governador do Estado, Desembargador Ferreira Chaves, mostrando o estado da “terrível situação” em que se encontrava o município jardinense. Nesses apelos, o chefe do executivo apresentava a necessidade de construir estradas de rodagens, como solução para o problema do flagelo da população, pois a geração de emprego para as vítimas das secas evitaria a emigração da população pobre para os outros centros do país. Vejamos um telegrama publicado na edição de 25 de abril de 1919, em *O Município*:

Governador – NATAL

Estão perdidas ultimas esperanças inverno, começando êxodo população pobre apavorada diante da terrível situação em que nos deparamos sem recursos locais para quem apereçar.

Em edictorial, imprensa local appella para V. Ex^a. pedindo trabalhos no Município afim evitar deslocamento população. Permitto-me lembrar V. Ex^a. alta vantagem resultaria ligação desta zona ao ponto terminal da Central por estrada de automóveis, importante

⁸⁰ Ver SOURA, Itamar. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, p. 122.

⁸¹ ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*, pp. 65-182.

molhoramento que vem dando optimos resultados nosso commercio Campina Grande.

Transmittindo a V. Ex. a confiança povo de minha terra na vossa sabia acção administrativa, esperamos que município seja contemplado também com favores Constituição.

Saudações.

Heráclio Pires

Presidente da Intendência⁸².

Neste telegrama, notamos a descrição do quadro de calamidade provocada pela seca de 1919, afetando a população pobre da cidade, que começa a freqüentar os espaços públicos em busca de soluções que amenizassem a “terrível situação” em que se encontrava o município. Este quadro permite traçar uma análise, tendo por base o pensamento de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, para o qual o discurso da seca compõe um “quadro de horrores”, representativos dos interesses regionais dos Estados do Norte, porta-vozes de um espaço sofredor, que clamavam por práticas políticas e econômicas que solucionassem este “problema”⁸³. São argumentos que, encaminhados ao Governador do Estado Ferreira Chaves, chegavam ao Governo Federal em busca de “soluções”.

A intenção era construir uma estrada de rodagem com o objetivo de ligar a capital do Estado à região Seridó, semelhante à que fora construída até Campina Grande. As obras de construção da Estrada de Automóveis Seridó começava em Santa Cruz, seguia pelos municípios de Currais Novos, Acari, Jardim do Seridó e Caicó. A realização dessa obra devia envolver a população pobre, vítima dos “terríveis efeitos da calamidade” e era apontada como de fundamental importância para a população flagelada, que passava a trabalhar como operária nesta obra, solucionando, com isto, o desemprego proveniente da falta de trabalho na agricultura. Dentre outros benefícios, a Estrada de Automóveis Seridó é apresentada em matéria de *O Município*, intitulada *Obras Contrás as Sêccas*, de 6 de junho de 1919, “não só porque empregará no serviço uma grande parte da população fragellada, como também porque facilitara o transporte dos gêneros de primeira necessidade para os nossos sertões, onde a carestia eleva-se, dia a dia, de um modo horrível e nunca visto⁸⁴”.

⁸² A SÊCCA. *O Município*. Jardim do Seridó. 23 de abr. 1919, p. 3.

⁸³ ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. *Op. Cit.* p. 68.

⁸⁴ OBRAS contra as sêccas. *O Município*. Jardim do Seridó. 06 de jun. 1919, p. 3.

Essas estradas públicas configuravam-se para os intelectuais que escreviam para o jornal como símbolos de “progresso” e “civilização” que possibilitavam integrar o sertão ao litoral. A construção dessas vias favorecia a diminuição das distâncias e do isolamento da região com relação ao restante do país. Aliado à construção das novas vias de trânsito, a população que vivenciou as décadas iniciais do século XX viu surgir o desenvolvimento dos transportes motorizados e dos meios de comunicação, primordialmente o telégrafo, tornando o mundo cada vez menor para a circulação de pessoas, ideias e mercadorias.

Inserida no contexto de mudanças e transformações pelas quais passava a maioria das cidades brasileiras, advindas do processo de modernização, a cidade de Jardim do Seridó, sertão do Rio Grande do Norte, vivenciou a sua transformação urbana mediante um complexo processo contraditório, para se adaptar à nova realidade. A construção de um sistema viário, ligando a cidade aos outros centros, foi observada de forma ambivalente pelos sujeitos envolvidos. Enquanto uns viam as estradas de automóveis como a chegada do “progresso”, outros viam-nas como problemas que prejudicavam a produção agrícola e favoreciam a ação de “bandidos salteadores”.

Esse contexto ambíguo mostra as limitações que as noções de progresso assumiam no Rio Grande do Norte. Flávia de Sá Pedreira aponta que a “modernização” propagandeada pelas elites locais contrapunha-se às árduas experiências de uma realidade marcada por práticas “tradicionais”, como, por exemplo, o embate entre grupos de cangaceiros e as volantes da polícia, em vários municípios, revelando os limites dessa “modernização”⁸⁵.

Para os governantes, as estradas significavam rapidez na circulação entre as cidades. A construção das estradas foi importante para conferir maior eficiência ao sistema de comunicação via correios, implantado nas cidades do Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX. O sistema de correios possuía diversas estações espalhadas pelas cidades do interior, dentre elas Jardim do Seridó, funcionando como uma rede de recebimento e entrega de correspondências e notícias entre as diversas localidades do país. O serviço era

⁸⁵ PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu Misturo com Banana: carnaval e cotidiano de guerra em Natal (1920-1945)*, p. 26.

realizado através de estafetas, funcionários que percorriam as cidades, levando e trazendo as encomendas.

Nas primeiras décadas do século XX, os estafetas utilizavam o cavalo como meio de transporte para a realização do serviço postal. Para uma sociedade que estava vivendo as transformações do mundo moderno, marcada pela rapidez promovida pelas novas tecnologias, a morosidade do serviço postal significava um atraso inadmissível. A demora da chegada de um estafeta à cidade de Jardim do Seridó, vindo de Acari, distante apenas 24 quilômetros, gastando até 2 dias de viagem, era injustificável, nesse novo contexto. O jornal *O Município* publicou, em 11 de abril de 1919, em sua página principal, um editorial criticando o antigo contexto e,

Appellando para o illustre administrador dos Correios do Estado no sentido de ser tomada uma providencia enérgica contra o péssimo serviço de correios que temos, serviço que não satisfaz, absolutamente, ás necessidades do commercio local e do público em geral, pela morosidade e incerteza, obrigando os interessados a reccorrer a vias particulares para a sua correspondência⁸⁶.

Neste editorial, fica explícita a preocupação com a demora com que o serviço postal passava para trazer as correspondências até a cidade de Jardim do Seridó. Para o autor, este serviço não satisfazia mais as necessidade de uma sociedade que prezava pela rapidez e pronto atendimento das demandas do comércio e da própria população. A modernização exigia precisão e velocidade. Este era o sentimento das pessoas que conviviam com as inovações tecnológicas, como o automóvel, o telégrafo, dentre outros. Mas, a relação das pessoas neste novo contexto era conflituosa e o editorial supracitado apresenta, portanto, os conflitos entre os novos interesses e sentimentos daqueles que conviviam com os antigos hábitos, como a utilização de animais como meio de transporte, conforme faziam os estafetas para a realização do serviço postal.

O autor do editorial d' *O Município*, Heráclio Pires, apresenta os anseios de uma sociedade em transformação. Para ele,

⁸⁶ SERVIÇO postal. *O Município*. Jardim do Seridó, 11 de abr. 1919, p. 1.

Vai para 30 annos, quando o movimento commercial desta cidade era quase nullo e a correspondência muito reduzida, que a nossa agencia postal era servida por um estafeta semanalmente, o qual, partindo de Nova-Cruz, á pé, fazia a viagem em 8 dias, regularmente, com itinerário por S. Bento, S. Antônio, S. Cruz, Curraes-Novos, Acary e Jardim, e quando acontecia não chegar no dia, é que havia adoecido realmente, e no dia seguinte um estafeta particular, contractado pelo Agente da localidade onde havia adoecido o outro, chegava na agencia.

Hoje, que a importância commercial e official da nossa cidade decuplicou e que o serviço é feito partindo de Lages com itinerário por Curraes-Novos e Acary somente, ou seja, metade d'quelle percurso, é que se cogita de ficar a agencia desta cidade servida por um só estafeta semanalmente e é que se observa um estafeta chegar com os mesmos 8 dias e mais⁸⁷.

A cidade de Jardim do Seridó do início do século XX é apresentada nesse editorial como vivenciando mudanças em suas atividades comerciais, onde um intenso movimento tomava conta das ruas e avenidas. O desenvolvimento da produção econômica, tendo por base o algodão, favorecia o crescimento de uma diversificação do comércio local. Este contexto de movimentação constante requeria a entrada e saída de novos produtos, sendo o serviço postal uma forma utilizada pelos comerciantes da cidade para garantir o seu estoque. Porém, conforme o editorial, este serviço não tinha acompanhado o mesmo ritmo de crescimento e modernização que era esperado pelos usuários. Enquanto em Jardim do Seridó existia uma rota de automóveis diária, interligando a cidade ao restante do país, o serviço postal era realizado a pé ou o tradicional animal, como meio de transporte, como vinha sendo feito há trinta anos. A viagem de ida e volta em automóveis, entre Jardim do Seridó e Campina Grande, era realizada em um mesmo dia, enquanto que um estafeta gastava mais de um dia para percorrer uma pequena distância de vinte e quatro quilômetros.

No editorial, há uma crítica a um estafeta chamado Argemiro. Este tem sido apresentado como tendo “batido o Record nesse ‘campeonato de morosidade’”⁸⁸. Argemiro era o estafeta responsável pelo serviço postal na região Seridó norte-rio-grandense. Seu percurso semanal começava em Lages e passava

⁸⁷ SERVIÇO postal. *O Município*. Jardim do Seridó, 11 de abr. 1919, p. 1.

⁸⁸ SERVIÇO postal. *Op. Cit.* p. 1.

pelas cidades de Currais Novos, Acari, Jardim do Seridó e Caicó. Caso um estafeta seguisse o roteiro na íntegra, obedecendo aos horários e à rota traçada, gastaria até 8 dias, sendo um dia para cada cidade.

Com base na narrativa do editorial, o senhor Argemiro chegou a Jardim do Seridó num sábado pela manhã e deveria seguir para Caicó no dia seguinte, conforme o itinerário do serviço postal. Acontece que o estafeta trouxe a correspondência dos jardinenses com um dia de atraso e ainda “cometeu a morosidade”, conforme a crônica, de percorrer a distância de menos de 50 quilômetros até Caicó em três dias de viagem. O senhor Argemiro é apresentado como um astucioso na realização de seu trabalho. Vejamos como o jornal descreveu o seu percurso:

Tendo chegado no sábado pela manhã, trazendo um dia de atraso, decidia que não devia continuar a viagem nesse dia e aguardou a realização da nossa feira, onde esteve até a tardinha em palestra com os conhecidos.

Chegando domingo, logo muito cedo o afamoso caminheiro, em gesto que todos lhe admiraram a nobreza, pela exacta noção do cumprimento do dever, esquecendo a missa que teria logar um pouco mais tarde, não recebeu commetter o sacrilégio e lá se foi em demanda do Caicó. Em meio do caminho, porém, lembrou-se o Argemiro de que a povoação de São José do Seridó, apesar de está situada em ponto muito diverso do seu itinerário, também não lhe ficava distante muitas léguas, e alli era de costume realizasse aos domingos, uma feira, onde, decerto, encontraria muitos conhecidos e poderia passar um dia a mais descansando. Lembrou-se e para lá se dirigiu, tendo assistido a feira e sahido para Caicó onde chegou na segunda-feira ao meio-dia⁸⁹.

Enquanto algumas pessoas prezavam pela velocidade nas ações cotidianas, mostrando-se em sintonia com os novos padrões de comportamentos, almejados pela sociedade moderna, outras estavam alheias às transformações do tempo presente, continuando suas atividades nas mais lentas formas de agir, como fazia o senhor Argemiro, estafeta dos correios na região Seridó. As intervenções dos ritmos de desdobramentos causados pelo processo de modernização apresentavam

⁸⁹ SERVIÇO Postal. *Op. Cit.* p. 1.

desconfortos nas vidas das pessoas, devido às precariedades de adaptação às novas técnicas⁹⁰.

Neste sentido, as intervenções técnicas no cotidiano da população eram marcadas por laços de continuidades e discontinuidades para com as antigas formas de comportamento. Em Jardim do Seridó, a construção das estradas públicas, a chegada dos automóveis e a melhoria dos meios de comunicação foram marcadas por diferentes formas de entendimento e adaptação à nova realidade. O posicionamento da população perante os sinais de modernização era de ambiguidade, revelando um constante embate entre o moderno e o tradicional, uma especificidade do contexto de modernização no Brasil, caracterizada como atualização, onde não estava afastado o compromisso com a tradição⁹¹.

Para uma parcela da população que podia usufruir dos benefícios trazidos pelos equipamentos técnicos, a chegada das novas conquistas materiais era festejada como forma de reelaboração de hábitos e comportamentos. Dessa forma, a chegada do telégrafo, em 1916, foi motivo para a sociedade jardinense comemorar com muitas festas. A inauguração aconteceu no dia 29 de outubro de 1916, sendo marcada pelo envio de telegramas de agradecimentos às autoridades pela implantação deste serviço que significava a inserção da cidade no mundo “civilizado”.

Segundo Gervácio Aranha, a experiência do moderno no Norte do país não se expressou em termos de vida metropolitana, mas associada ao impacto provocado por certas conquistas materiais como o telegrama, o trem de ferro, o telefone e a eletricidade, que passaram para o imaginário urbano como símbolos do moderno⁹². Em Jardim do Seridó, a inauguração da linha telegráfica foi recepcionada como representante do “progresso” na cidade, conforme a ata do Grêmio Literário e Recreativo Jardinense,

⁹⁰ Para uma discussão acerca desta questão, consultar MACEDO e SILVA, Antônio Luiz. *Paisagens de Consumo: Fortaleza no tempo da Segunda Guerra*, 2002.

⁹¹ Moraes, Eduardo Jardim. Modernismo Revisitado. In.: *Estudos Históricos*, p. 220-238.

⁹² ARANHA, Gervácio. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925). In: Ó, Alarcon Agra do et. al. *A Paraíba no Império e na República: Estudos de História social e Cultural*, pp. 79-132.

O senhor presidente, congratulando-se com o “Grêmio” pelo motivo da inauguração da estação do Telegrafo Nacional nesta cidade, á qual a Directoria da mesma associação havia assistido poucas horas antes, mandou que se fizesse constar da presente acta que, em nome desta aggremação, havia transmittido um telegramma de congratulações ao Excellentissimo Senhor Dezembargador Joaquim Ferreira Chaves, Dignissimo Governador do Estado, pelo motivo deste passo que o Jardim do Seridó acabava de dar na senda do progresso, entrando assim a fazer parte do mundo civilizado⁹³.

A chegada do telégrafo em Jardim do Seridó inaugurou uma fase de comunicação rápida, integrando a cidade às demais localidades do país, em sintonia com os anseios de se fazer parte do mundo “civilizado”. Este era o desejo da elite governante da cidade, que, para verem chegar o Telégrafo, fez a doação de um prédio pertencente ao patrimônio da Intendência Municipal para a instalação da estação telegráfica.

Mas, a instalação deste sistema rápido de comunicação trouxe também problemas de funcionamento, ocasionando prejuízos aos seus usuários. Este foi um dos motivos pelos quais o jornal *O Município* publicou, em 18 de julho de 1919, um editorial direcionado ao chefe do Telégrafo Nacional, objetivando a solução de problemas técnicos que dificultavam o tráfego telegráfico entre as estações. Vejamos a dimensão da situação em que se encontrava o telégrafo em Jardim do Seridó:

Temos registrado casos em que se torna impossível a comunicação directa desta Estação com a sua collectora normal, que é a Estação de Macahyba, sendo nessas ocasiões, necessário que o serviço se faça, com grande demora, por intermédio da Estacao de Caicó que, á despeito de pequena distância que nos separa, ainda é com accentuada dificuldade que mantem o trafego telegraphico⁹⁴.

Neste editorial, fica impresso o anseio da população pela velocidade da comunicação, sendo encarada como um descaso a demora na circulação das

⁹³ Acta da trigessima quinta sessão ordinária do “Grêmio Litterario e Recreativo Jardimense. *Livro de Actas*. (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

⁹⁴ PELO Telegrapho. *O Município*. Jardim do Seridó, 18 de jul. de 1919, p. 1.

informações entre as localidades, principalmente quando as distâncias que separavam as estações eram pequenas, quanto mais as de longas distâncias. A falta de manutenção dos equipamentos técnicos era apontada como principal fator apresentado pelo autor do editorial encaminhado ao Departamento da Administração Pública Federal do Telégrafo, no sentido de garantir o tráfego telegráfico na cidade. O autor exigia reparos dos materiais que acionavam a regular movimentação da comunicação, pois, “se estes nossos justos reparos não forem ouvidos, certamente, dentro em pouco, nos veremos privados desse único benefício que a União já construiu em nosso meio”⁹⁵.

Dessa forma, os apelos para melhorar o serviço de telégrafo constituíam uma forma de chamar a atenção dos poderes públicos para com os benefícios que esta via de comunicação rápida trazia para a cidade. O telégrafo, assim como as estradas de rodagens, os correios, os automóveis, seriam ações que inseriam a cidade no caminho da “civilização”, por possibilitar entrar em sintonia com o restante do mundo.

Essas foram transformações que afetaram o cotidiano da população e que modificaram o seu *modus vivendi*, sendo, por isso, recepcionados de forma diferenciada pelos sujeitos envolvidos. Assim, a chegada destes símbolos de progresso gerou ansiedade e preocupações, significando soluções e problemas, mostrando a cidade como um palco de transformações, de vivências, de desejos e interesses diversos. Desta maneira, constitui um “espaço praticado”, como define Michel de Certeau⁹⁶.

Este capítulo permitiu perceber que a cidade de Jardim do Seridó não estava isolada do restante do país, mas almejava estar integrada, por meio das construções das estradas de rodagens abertas no espaço do município, nos anos de 1918 – 1919, com outras localidades, recebendo diariamente a visita de pessoas, ideias e mercadorias vindas de diversas cidades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, mostrando que a cidade estava marcada por “corpos em movimentos”⁹⁷, como diria Richard Sennett. Este movimento entre as populações de

⁹⁵ PELO Telegrapho. *Op. Cit.*

⁹⁶ CERTEAU, Michel de. Práticas de Espaço. In.: *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*, pp. 169 – 217.

⁹⁷ SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*, 2006.

diversos centros urbanos permitia a chegada, na cidade de Jardim do Seridó, de ideias como “progresso” e “civilização”, que possibilitavam às elites dirigentes transformar os espaços públicos dessa cidade, em sintonia com as mudanças urbanas em voga nas principais cidades brasileiras, como será evidenciado no capítulo seguinte.

Capítulo Segundo:
A Construção dos Espaços Públicos
em Jardim do Seridó: a “Veneza
Seridoense”.

Segundo Capítulo

A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM JARDIM DO SERIDÓ: a “Veneza Seridoense”.

A cidade de Jardim do Seridó estava passando por um processo de transformação em sua estrutura urbana, nas primeiras décadas do século XX. Estradas, ponte, coreto, açougue, remodelação do mercado, construção do grupo escolar, nomeação, numeração, arborização e calçamentos de ruas, iluminação elétrica, telégrafo, clube social e limpeza das residências e prédios públicos, são exemplos das modificações realizadas nos espaços jardinenses. O jornal quinzenal *O Município – órgão independente e noticioso*, ressaltava, em 21 de setembro de 1918, as mudanças e transformações dos espaços da cidade:

Sabem todos os Jardinenses que o nosso Município caminha a passos largos pela estrada do progresso e que só os indivíduos incontentáveis e pessimistas, que, aliás, são nullidades inoffensivas que não podem apagar a nossa evolução. [...]. Além desta cidade, o Município conta mais quatro localidades importantes e em todas ellas faz-se sentir o influxo da acção de seus filhos no afan de tornal-as civilisadas e prosperas⁹⁸.

Diante do contexto de transformação apontado pelo jornal, algumas problemáticas começaram a povoar as nossas reflexões: Em que consiste este ideal de “progresso” e “civilização”? Como estes discursos conseguiram circular por esta cidade? Quais as transformações nos espaços resultaram deste processo?

Pelas páginas do jornal *O Município* vamos acompanhar a construção de algumas obras públicas executadas pela Intendência Municipal, órgão executivo, legislativo e até judiciário, criado após a proclamação da República no Brasil, em substituição às Câmaras de Vereadores, tendo como recorte espacial a cidade de Jardim do Seridó nas primeiras décadas do século XX, pretendendo perceber a

⁹⁸ APELLO ao povo Jardinense. *O Município*. Jardim do Seridó, 21 de set. 1918, p. 01.

edificação de diversos prédios públicos no período da administração do farmacêutico Heráclio Pires Fernandes, que governou a cidade de 1917 a 1930.

A construção destas obras públicas era divulgada pela imprensa local, sendo o jornal *O Município*, o meio de divulgação das ações da administração e de onde os letrados propagavam os seus desejos e ideais. As transformações urbanas eram veiculadas pela imprensa através das ideias de “progresso”, “desenvolvimento” e “civilização”. Estas representações são encontradas ainda nas documentações da Intendência Municipal, como as *Atas das Sessões*, os *Livros de Leis e Decretos* e o *Livro de Multas*, bem como nas atas do *Grêmio Litterario e Recreativo Jardimense*, que compõem cenários de uma cidade atualizada com as transformações do tempo.

No Brasil, as primeiras administrações republicanas acontecem concomitantemente à inserção nas administrações públicas dos “médicos-higienistas”, que propunham uma “gestão científica da sociedade”, capaz de conduzir o país ao “caminho da civilização”. Para Sidney Chalhoub, estes novos personagens que entraram em cena na gestão pública, composta por médicos e engenheiros, imaginavam “que haveria uma forma ‘científica’ – isto é, ‘neutra’, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes”⁹⁹. Os estudos desse autor sobre as reformas urbanas no Rio de Janeiro, voltados para a análise da eliminação dos cortiços e das atitudes intransigentes das autoridades nestas ações, permite pensar uma intervenção social sem fronteiras.

Esses administradores tinham como objetivo conduzir o Brasil ao “verdadeiro”, à “civilização”, à “ordem” e ao “progresso”. Uma vasta produção historiográfica brasileira situa este processo, sobretudo, no âmbito das grandes cidades, exclusivamente nas capitais localizadas no litoral¹⁰⁰, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre ou Natal. No entanto, como Gilmar Arruda afirma, a marcha da modernidade seguiu também os caminhos e estradas dos sertões. Para

⁹⁹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, p. 35.

¹⁰⁰ A exemplo dos trabalhos de RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*, 1985; DAMÁSIO, Cláudia Pilla. *A construção e a imagem: cidade-progresso em Porto Alegre na virada do século*. In: PESAVENTO, Sandra J.; SOUZA, Célia (Orgs.). *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário*, 1997; SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque a era do rádio*, 1999 e ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*, 2004.

este autor, “é válido dizer que o processo de introjeção de valores burgueses ou liberais, como as representações de tempo e de propriedade, não se limitava ao espaço das grandes cidades, e caminhava no sentido de abranger todo o espaço do nacional”¹⁰¹. A marcha deste processo iria ser incorporada aos espaços do sertão e seus habitantes, como os estudos sobre Campina Grande na Paraíba e Caicó no Rio Grande do Norte¹⁰² nos possibilitam perceber.

Em Jardim do Seridó, no recorte temporal de 1917 a 1930, a administração pública local foi confiada a Heráclio Pires Fernandes, formado pela Escola de Farmácia do Recife, nos primeiros anos do século XX. Com base na documentação mais antiga à qual tivemos acesso, o adjetivo “farmaceutico” já acompanhava o nome de Heráclio Pires, em 1914, quando o mesmo criou, juntamente com a mocidade local, o “Grêmio Litterario e Recreativo Jardimense”. A ata de fundação da sociedade literária e recreativa apresenta a profissão de farmacêutico ao lado do seu nome, o que possibilita perceber que ele já havia concluído os estudos acadêmicos nas primeiras décadas do século XX. Como estudante em Recife, capital de Pernambuco, o jovem Heráclio Pires entrou em contato com as ideias e influências artísticas, políticas e arquitetônicas que circulavam na capital pernambucana.

Para o historiador Raimundo Arrais, a cidade do Recife, a partir da administração de Francisco do Rego Barros, à frente do governo provincial entre 1837 e 1844, vivenciava uma “era de prosperidade”, proporcionada pelas exportações de açúcar, permitindo que fosse colocado em prática um arrojado e acelerado projeto urbanístico, sendo seguido por outros administradores. Para este autor,

a maior cidade da província de Pernambuco, capital desde 1827, o Recife mergulhará progressivamente nas relações do mundo capitalista, que têm seu núcleo nos aglomerados urbanos que

¹⁰¹ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre história e a memória*, p. 193.

¹⁰² Existem estudos que localizam a experiência da modernidade em cidades do sertão paraibano, a exemplo dos trabalhos de SOUZA, Fábio Gutemberg Bezerra de. *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945*, 2001; NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. *Campina Grande: cenários de Sedução*. DANTAS, Eugenia; BURITI, Iranilson (orgs.). *Cidade e Regiões: múltiplas histórias*, 2005; bem como o sertão do Rio Grande do Norte: ANDRADE, Juciene Batista Félix. *Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução*, 2007.

crecem de maneira fabulosa a partir da Revolução Industrial. Desses centros do capitalismo mundial, as elites recifenses absorvem com ansiedade as ideias, os valores e os objetos que emanam do mundo criado pela burguesia, para com eles construírem sua imagem¹⁰³.

Tomando as emblemáticas cidades de Londres e Paris como fontes radiantes de ideias, valores e objetos que emanam do mundo criado pela burguesia, Recife é investida de novos equipamentos urbanos, que transformam a fisionomia da cidade e os comportamentos dos seus habitantes, rompendo com os vínculos coloniais, onde, “em sua materialidade, o lugar público foi objeto do esforço de administradores e médicos, que se empenhavam em convertê-lo em meio de instrução e ensinamento dos novos costumes de civilidade, de ordem pública, de salubridade”¹⁰⁴. As transformações nos espaços da cidade do Recife propagaram nas décadas seguintes, assumindo uma nova roupagem no início do século XX, reconstruindo as imagens da cidade, não apenas nas produções literárias, mas, também, em nível físico, na medida em que deram sentido e visibilidade às intervenções político-estratégicas nos espaços físicos¹⁰⁵.

Este contexto de transformação dos espaços urbanos em Recife continuava acontecendo na época em que Heráclio Pires Fernandes freqüentava os bancos da Escola de Farmácia daquela cidade, sendo a experiência da modernidade vivenciada por aquele jardinense. Desse modo, Heráclio Pires recebeu influência, tanto pelas vivências quanto pelo conhecimento científico de sua formação acadêmica como “Membro da Academia Physica – Chimica Italiana e de diversas associações científicas”, conforme os anúncios publicitários da “Drogaria e Pharmacia Pires” no Jornal *O Município*. Segundo Raimundo Arrais, médicos e farmacêuticos fundaram a Sociedade de Medicina de Pernambuco, cujo objetivo “era coadjuvar a administração da província, em todos os assuntos concernentes à saúde pública”¹⁰⁶. Neste sentido, tornava-se cada vez mais comum no país que médicos e outros cientistas assumissem um papel importante nas decisões da

¹⁰³ ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*, p. 12.

¹⁰⁴ ARRAIS, Raimundo. *Op. Cit.* p. 13.

¹⁰⁵ ARRAES, Marcos Alexandre. Primeiros enunciados de modernidade: o discurso do moderno no Recife nas décadas iniciais do século XX, In.: *Emblemas: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais*, p. 105.

¹⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 250.

administração pública. Sendo assim a gestão de Heráclio Pires estava calcada na preocupação com a saúde pública, resultante de sua formação acadêmica.

Para Sidney Chalhoub, no regime republicano os “médicos-higienistas” atingiram o auge de sua influência política, inclusive muitos deles chegaram a assumir o cargo de presidentes das Intendências Municipais, a exemplo do médico Candido Barata Ribeiro na Capital Federal, que colocou em prática a sua opinião histórica do tipo de habitação coletiva que eram os cortiços¹⁰⁷. Esta discussão permite pensar a atuação de profissionais provenientes de outros campos do conhecimento científico, atuando sobre a cidade, como no caso do farmacêutico Heráclio Pires Fernandes para o contexto de Jardim do Seridó, eleito presidente da Intendência Municipal a partir de 1917.

A sua administração tinha por lema “moralidade e justiça” e como princípio “o bem-estar colectivo e a integração do Município, que é uma cellula da federação, nos verdadeiros princípios republicanos, e é o que dirão os nossos munícipes que os quiserem fazer justiça”¹⁰⁸. As ações do governo visavam implantar na cidade de Jardim do Seridó “largos gestos de ambicionados progressos”¹⁰⁹. Heráclio Pires conseguiu se reeleger sucessivamente de 1917 a 1930, quando foi deposto pela Revolução.

Durante o longo espaço de tempo em que governou essa cidade, foi posto em prática um inédito processo de urbanização em voga nas principais cidades brasileiras, porém resignificado de acordo com a especificidade do contexto local. A cidade vai ganhando novos contornos, pinceladas modernas e, com isto, se transforma em palco de novas sensibilidades/sociabilidades. Modificações que foram chegando e transformando os ares da cidade. Uma nova paisagem, conforme observa Marshall Berman¹¹⁰, era construída nos espaços urbanos; sendo a cidade um “lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenção, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é, ao mesmo tempo, a maquinaria e o herói da modernidade¹¹¹”.

¹⁰⁷ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*, p. 50.

¹⁰⁸ RELATÓRIO. *O Município*. Jardim do Seridó, 09 de fev. 1918, p. 1.

¹⁰⁹ RELATÓRIO. *Op. Cit.*

¹¹⁰ BERMAN, Marshall. *Todo que é sólido desmancha no ar*, 2007.

¹¹¹ CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*, p. 174.

Buscando construir uma cidade que seduzia, a administração local, investe na construção de diversos novos espaços públicos. Essas obras eram divulgadas pela imprensa local, a partir de enunciados do tipo: “promover o desenvolvimento e a civilização”. O objetivo era inserir a cidade de Jardim do Seridó na estrada do progresso. Para tanto, a administração investe na edificação de prédios públicos com novas estruturas físicas, em substituição a antigas edificações. Um exemplo dessas inovações foi a construção do Açougue Público, destinado à comercialização de carnes nos dias de feiras livres. Em Jardim do Seridó, existia um antigo prédio que servia de açougue, porém, de acordo com o jornal *O Município*,

O edifício onde funciona, actualmente, o nosso açougue público, servindo para a venda da carne nos dias de feira, constitue um verdadeiro terror para quantos teem necessidade de frequental-o, muito principalmente para os que são obrigados a permanecer alli por algumas horas, pois, além das suas péssimas condições de asseio e falta de hygiene, a temperatura eleva-se extraordinariamente no seu interior, devido a aglomeração de feirantes, ao accumulo de mercadorias e a falta de ventilação. Torna-se, pois, urgente, a aquisição de um prédio que satisfaça melhor as necessidades do público ante o progressivo desenvolvimento do nosso commercio e este é o desejo do *actual chefe do executivo municipal, conhecedor, mais que todos, dos inconvenientes* do pequeno cubículo da travessa 7 de setembro, que serve de açougue público¹¹².

O chefe do Executivo Municipal é apresentado como conhecedor dos problemas descritos na crônica, em virtude de sua formação acadêmica em farmácia. O discurso da higienização dos espaços era propagado no Brasil através dos chamados “médicos-higienistas”, conforme os estudos de Sidney Chalhoub. Em Jardim do Seridó, as ideias higienistas circulavam através da atuação do próprio chefe da municipalidade. Heráclio Pires atuou no sentido de dotar os espaços jardinenses de equipamentos urbanos, zelando pela saúde pública e moldando a cidade aos ditames da modernidade. Neste sentido, os espaços com pouca ventilação, favorecendo a proliferação de imundícies, eram substituídos por novos espaços, higiênicos e ordenados.

¹¹² OBRAS publicas. *O Município*. Jardim do Seridó, 06 de jun. 1919, p. 1. [grifos nossos].

Iranilson Buriti de Oliveira observa que as principais cidades brasileiras instauravam, a partir da emergência republicana, um movimento médico-higienista, onde as autoridades governantes começaram a enunciar discursos preocupados com a higiene da família, do ambiente, com a limpeza dos prédios, com a iluminação elétrica, drenagem de pântanos, aterro sanitário, arborização de parques e jardins, objetivando a melhoria do fluxo de ar, sitiada pelos problemas urbanos¹¹³. Embora a historiografia brasileira tenha privilegiado os espaços das grandes cidades nesta abordagem, estas experiências foram vivenciadas por algumas cidades do sertão, a exemplo da pequena cidade de Jardim do Seridó, onde as transformações urbanas realizadas nas primeiras décadas do século XX, divulgadas pela imprensa, visavam atualizar a cidade, em consonância com os desejos do mundo moderno.

O redator da matéria do jornal *O Município*, além de descrever para os seus contemporâneos a crítica situação em que se encontrava o prédio que servia de Açougue Público, procurava introjetar na população leitora novos valores como higiene, progresso e desenvolvimento; bem como justificava a necessidade de se construir um novo edifício de “melhores condições de asseio e amplamente banhado pela luz e ar”, para melhorar a conservação dos alimentos e dar maior conforto aos vendedores de carnes e à população que freqüentava aquele espaço.

Raimundo Arrais, estudando as transformações urbanas do Recife do século XIX, apontou que as condições naturais iam se tornando cada vez mais hostis à vida humana, à medida que a cidade crescia, aliada ao aumento do número de pessoas ocupando um mesmo espaço cercado. Objetivando conhecer os problemas de salubridade da cidade, médicos e farmacêuticos da Sociedade de Medicina de Pernambuco detectaram, na Teoria dos Miasmas, a principal explicação das doenças.

Esses higienistas “desenvolveram ações visando gerir os fluxos do ar da cidade, assegurando as condições para impelir os miasmas danosos para longe da aglomeração”¹¹⁴. Deste modo, a edificação do novo Açougue Público de Jardim do Seridó, empreendida na gestão de Heráclio Pires, “conhecedor, mais que todos, dos

¹¹³ OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Fora da Higiene Não Há Salvação: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. *MNEME – Revista de Humanidades*, 2003. Disponível em <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme07/002-p.pdf>. Acesso em: 07/04/2011.

¹¹⁴ ARRAIS, Raimundo. *Op. Cit.* p. 369.

inconvenientes do pequeno cubículo da travessa 7 de setembro”, se insere no princípio de salubridade em sua arquitetura, devendo o novo prédio ser “amplamente banhado pela luz e ar”, conforme observou um cronista do jornal.

Para este cronista de 1919,

Nos meios pequenos como o nosso, onde a feira constitue um dos meios importantes locais de convivência, sobretudo da sociedade rural que a ella afflue, presurosa, para o intercambio de suas mercadorias, achamos que a municipalidade tem o dever de cercar do maximo conforto aos seus contribuintes, proporcionando-lhes todas as facilidades possíveis em seus negócios¹¹⁵.

A construção de um novo Açougue em substituição ao antigo prédio da Travessa Sete de Setembro envolvia questão de salubridade do espaço, como: localização, dimensão, proporção, ordenamento e estética da rua. Estas condições eram debatidas nas sessões da Intendência Municipal, que analisava a escolha de um local apropriado para a construção, topograficamente plano e que fosse localizado nas proximidades do Mercado Público, onde era realizada a feira livre, sendo a venda de carne um alongamento do comércio local.

Em frente ao Mercado Público existia um grande espaço aberto, denominado Praça Municipal e a Intendência havia decretado a abertura de uma rua cortando longitudinalmente a referida praça. A imprensa local questionou a diminuição do referido espaço, porém apontou como local para ser construído o novo Açougue. Um cronista afirmou que:

em thése, somos contrários ao estreitamento das ruas e praças públicas, entretanto, em um caso especialíssimo como o nosso, sem dispormos de terrenos planos para construcção, máxime junto ao mercado público onde, todos procuram se agglomerar, applaudimos a decretação da nova rua e apontamos o terreno vago que na mesma ainda existe, para n'elle ser construído o açougue público¹¹⁶.

¹¹⁵ OBRAS públicas. *O Município*. Jardim do Seridó, 06 de jun. 1919, p. 1.

¹¹⁶ OBRAS públicas. *Op. Cit.*

A edificação de um novo prédio para comercialização de carnes estava calcada nos novos valores que serviam de pilares ao discurso da modernidade. Segundo Gilmar Arruda, “a civilização dos costumes, o refinamento de atitudes e a higienização e estética das ruas correspondem a um movimento que pode ser localizado no final do século passado [XIX] e início deste [XX], chamado de ‘esforço para atualizar o Brasil diante do mundo’”¹¹⁷. Desse modo, a construção do novo Açougue Público observava as necessidades, como: higiene, comodidade, ventilação, amplidão e embelezamento da cidade. Vejamos uma matéria de um cronista contemporâneo à edificação:

Tivemos ocasião de visitar, esta semana, o importante prédio que está sendo construído na praça do mercado desta cidade pela Intendência Municipal, destinado á serventia de açougue público, e verificamos que, de facto, trata-se de uma edificação capaz de honrar a nossa urbs. O prédio em construção, é um espaçoso edifício medindo cerca de 20 metros por 8, todo armado em columnas, de sólida construção e com as acomodações precisas para as necessidades locais¹¹⁸.

Analisando esta narrativa, observamos a presença de dois enunciados utilizados na construção de uma nova cidade: o embelezamento “capaz de honrar nossa urbs” e a amplidão dos espaços “medindo cerca de 20 metros por 8”. Além disso, as edificações prezavam pelo caráter majestoso e pela durabilidade. O processo de urbanização buscava construir uma cidade que seduzia. Deste modo, as crônicas dos jornais apresentavam as edificações das obras públicas como uma forma de embelezamento dos espaços urbanos, onde os jardinenses se tornariam orgulhosos e honrados de habitarem aqueles espaços e receberem os visitantes de outras localidades.

A imagem fotográfica abaixo possibilita visualizar a dimensão das transformações urbanas pelas quais passou a cidade de Jardim do Seridó no início do século XX, sendo o novo prédio do Açougue Público, inaugurado em 1919, um dos sinais de progresso e civilização edificado pela municipalidade.

¹¹⁷ ARRUDA, Gilmar. *Op. Cit*, p. 203.

¹¹⁸ OBRAS públicas. *O Município*. Jardim do Seridó, 06 de jun. 1919, p. 1.

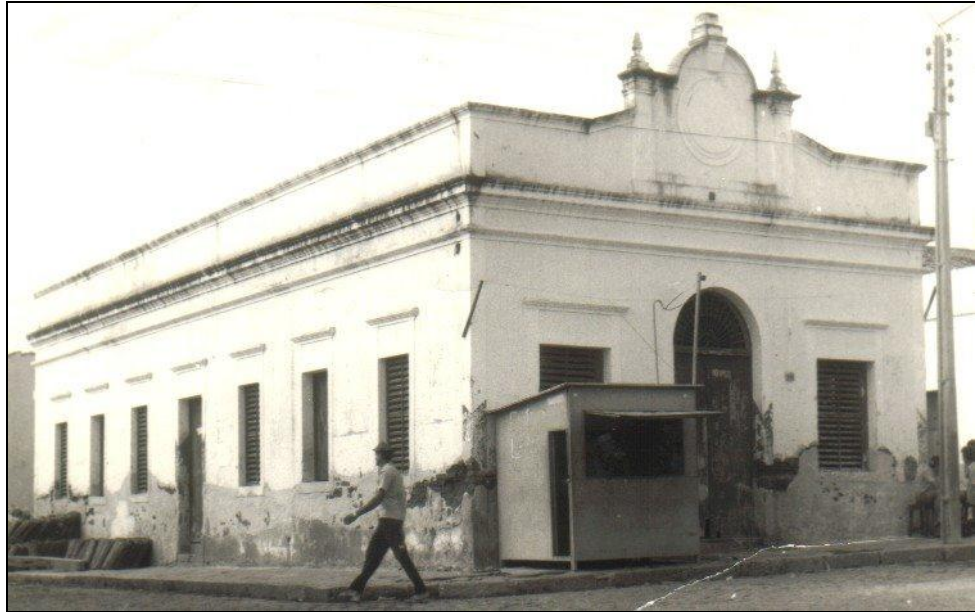


FIGURA 02: Açougue Público edificado em 1919, com destaque para as diversas janelas ao longo de toda a estrutura, favorecendo a circulação de ar e evitando tornar o ambiente quente.
 FOTO: Photo Pires, [19--]
 FONTE: Acervo particular do autor.

O novo Açougue Público de 1919 foi construído segundo os modernos parâmetros de edificação, sendo todo armado com colunas sólidas. Além disto, era constituído de diversas janelas, possibilitando a livre circulação de luz e ar, proporcionando uma melhor conservação dos alimentos ali comercializados. Sua edificação se inseria na lógica dos melhoramentos urbanos promovidos pelo farmacêutico Heráclio Pires, no objetivo de legitimar o título de “Veneza Seridoense” atribuído à cidade de Jardim do Seridó, conforme é apresentada nas crônicas jornalísticas.

Segundo Evaneide Maria de Mélo, “o privilégio fisiográfico incrustou Jardim do Seridó numa disposição entre os rios (Seridó, Cobra e Acauã) e isso contribuiu para que a cidade fosse denominada simbolicamente de “Veneza Seridoense”¹¹⁹. Podemos ainda acrescentar que a designação da cidade de Jardim do Seridó como “Veneza Seridoense” acontecia sempre quando se tratava de atualizar a cidade no discurso moderno, empreendido pelo Chefe da Intendência, Heráclio Pires Fernandes, que morou no Recife, durante o período em que esta cidade vivenciou os contrastes da modernidade, através das transformações

¹¹⁹ MÉLO, Evaneide Maria de. *A Paisagem em Foco: leituras fotográficas de Jardim do Seridó-RN*, p. 14.

artísticas, políticas e arquitetônicas que circulavam na capital pernambucana, a “Veneza Brasileira”, conforme apontam os estudos de Raimundo Arrais¹²⁰.

O ideal de modernidade, radiante nas capitais brasileiras, seguia também os caminhos e estradas do sertão, chegando inclusive à pequena e distante dos grandes centros, cidade de Jardim do Seridó. Nesta, um processo de urbanização foi posto em prática para atender às necessidades da sociedade, seja através da construção de outros prédios, como o Açougue Público, seja pela remodelação de edifícios já existentes, a exemplo do Mercado Municipal. A proposta da administração era atualizar os espaços com novos prédios e outras funções.

Na cidade de Jardim do Seridó, o antigo edifício que servia de Mercado Público precisava ser ampliado e remodelado no início do século XX. O Mercado foi construído por Joaquim Araripe, então prefeito municipal, em 25 de novembro de 1874, contando, porém, com uma estrutura muito pequena¹²¹. Destinado à comercialização de diversos gêneros alimentícios e utensílios domésticos, o Mercado aglomerava um grande número de pessoas, sobretudo nos dias de sábado, quando eram realizadas as feiras livres da localidade, atraindo não só a população urbana, mas também pessoas de outras cidades e sítios da região. Regina Coelli Gomes Nascimento, ao estudar o processo de modernização no contexto da cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, do início do século XX, observa que, nos dias de feiras, a cidade se transformava numa grande festa, recebendo, além dos feirantes e funcionários da administração da feira, os fregueses, os balaieiros, os carregadores, os cantadores, os emboladores de coco, os mendigos e as prostitutas, cada um contribuindo, à sua maneira, para a agitação pela qual passava a cidade naqueles dias¹²².

Embora esta leitura se refira ao espaço da cidade de Campina Grande, localizada no Agreste paraibano, ela serve para se entender também o contexto de transformação e de agitação pelo qual passava Jardim do Seridó, nos dias de feira livre, proveniente do intenso movimento de pessoas da cidade, do campo e de outras localidades, que se dirigiam ao Mercado, munidos de objetivos múltiplos. Nos

¹²⁰ ARRAIS, Raimundo. *Op. Cit.*

¹²¹ AZEVEDO, José Nilton de. *Op. Cit.* p. 156.

¹²² NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. Campina Grande: Cenários de Sedução. In: DANTAS, Eugenia; BURITI, Iranilson (orgs.). *Cidade e Regiões: múltiplas histórias*, p. 68.

dias de feira a cidade recebia muitos visitantes. José Nilton de Azevedo observa que, ao virem à cidade, a maior parte das pessoas procuravam o comércio, para comprar ou vender, uma parte vinha só para se distrair ou o prazer de ver o movimento da rua, uns de boa fé iam à igreja; outros para as casas de jogos; já outros se juntavam para conversar e beber cachaça¹²³.

Nos dias de feira, o Mercado é transformado em um ambiente de diversas práticas, sendo um ponto de convergência de distintos interesses e desejos por parte dos seus frequentadores. Por ser utilizado por diversas pessoas, a administração pública o via como um espaço propício para a proliferação de imundícies que poderiam colocar em risco a saúde da população. A remodelação do Mercado passou a ser uma prioridade da gestão a partir de 1917, sendo que,

Conforme o edital publicado na coluna competente, o senhor Presidente da Intendência está no propósito de levar avante a remodelação do nosso mercado público, para o que, acha-se esse serviço em concurrencia. O pequeno número de artistas de que dispomos acha-se empregado em outras obras, sendo grande o número de construções, actualmente, nesta cidade, eloqüente attestado do nosso progresso.

Assim como este, outros serviços públicos de menor importância tem sido preteridos pela falta absoluta de artistas competentes entre nós.

Mais que isto, apelamos para o Sr. Presidente da Intendência e confiamos em que S.S. redobrará de esforços no sentido de levar avante a reconstrução do nosso mercado público *substituindo o velho casarão de aspecto colonial* que ahi está, por um edifício de melhor aspecto, capaz de não desmentir as nossas tradições de “Veneza do Seridó”¹²⁴.

Desta crônica, podemos observar uma tentativa de monumentalização da cidade de Jardim do Seridó, aliada ao discurso da modernidade, propagada pelo cronista do jornal noticioso e formador de opinião *O Município*. Uma cidade que estava caminhando pela estrada do “progresso”, atestada pela falta de artistas, operários e carpinteiros, devido ao “grande número de construcções”. O espaço

¹²³ AZEVEDO, José Nilton de. *Op. Cit.* p. 156.

¹²⁴ OBRAS públicas. *O Município*. Jardim do Seridó, 06 de jun. 1919, p. 1 [grifos nossos].

urbano jardinense estava sendo moldado através de novas construções que passavam a fazer parte da sociedade, construções essas exigidas pelo refinamento dos costumes e valores, pela higiene e pela estética das ruas, “capaz de não desmentir as nossas tradições de ‘Veneza do Seridó’”.

A Veneza Seridoense, espaço de transformações, vai sendo elaborada pela administração pública, através das influências modernas, que tentavam apagar as marcas do velho, substituindo por novos edifícios. A administração procurava primar pelos princípios da higienização, sendo os novos espaços edificados numa forma de integração com as transformações de seu tempo, tomando como modelo as modificações que estavam sendo implantadas em outros centros, principalmente, a cidade de Recife, onde parte dos jardinenses mantinha relações comerciais.

Porém, a afirmação dos ideais de adiantamento e civilização almejados pela elite intelectual e propagados pelo jornal *O Município* não abria mão de elementos tradicionais. Estes, ao contrário, atuavam como legitimadores das transformações urbanas empreendidas pela municipalidade. Deste modo, as páginas jornalísticas, ao exaltarem a necessidade de remodelar o Mercado Público, justificavam tais ações como forma de “não desmentir as nossas tradições de ‘Veneza Seridoense’”, mostrando, com isto, que o ideal deste grupo era pautado pela ambivalência entre o moderno e o tradicional. Embora possa parecer contraditório, a historiografia brasileira tem apresentado a tentativa de convivência harmoniosa entre estes dois termos, como uma marca específica do mundo moderno no Brasil¹²⁵.

Neste sentido, a preocupação com a atualização do tempo presente, incorporando-lhes as novidades que circulavam nas cidades mais importantes do país, não se achava desvinculada da necessidade de legitimação das tradições, sendo as transformações urbanas uma forma de referenciar o elemento tradicional de caracterização da cidade como “Veneza Seridoense”, sendo este título utilizado nas reformas realizadas por Heráclio Pires, como, na remodelação do Mercado Público. Na imagem fotográfica abaixo, podemos visualizar o Mercado após a remodelação em 1920.

¹²⁵ MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo Revisitado. In.: *Estudos Históricas*, p. 238.



FIGURA 03: Mercado Público remodelado em 1920 fotografado pelo Studio Photo Pires.
FOTO: Photo Pires, 1920.
FONTE: Acervo particular do autor.

A imagem fotográfica acima mostra os detalhes das reformas urbanas realizadas na cidade de Jardim do Seridó, no início do século XX. O “remodelamento” consistiu em aumentar o espaço e abrir novas portas e janelas. Como era divulgado pela imprensa, serviu para tornar o Mercado um espaço limpo, ventilado e amplo, possibilitando a circulação de muitas pessoas em um único espaço, o que se pode identificar através da austeridade geométrica de suas linhas arquitetônicas, em perfeita consonância com a funcionalidade e a higienização pretendidas. Produzida pelo Studio Photo Pires, de propriedade de Heráclio Pires Fernandes, a fotografia assumia a impressão em papel das transformações por ele realizadas no espaço urbano.

Segundo Maria Inez Turazzi, as reformas urbanas realizadas nas primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro, então capital federal, foram acompanhadas de documentos visuais, tomando-se a imagem fotográfica como um recurso privilegiado para a representação visual da cidade, um registro dos

“melhoramentos urbanos” e, com eles, os sinais de “progresso e civilização”¹²⁶. Em Jardim do Seridó este período da história foi captado pelas câmeras fotográficas do próprio presidente da Intendência, que registrava os detalhes dos novos traçados urbanos, como o “remodelamento” do Mercado Público.

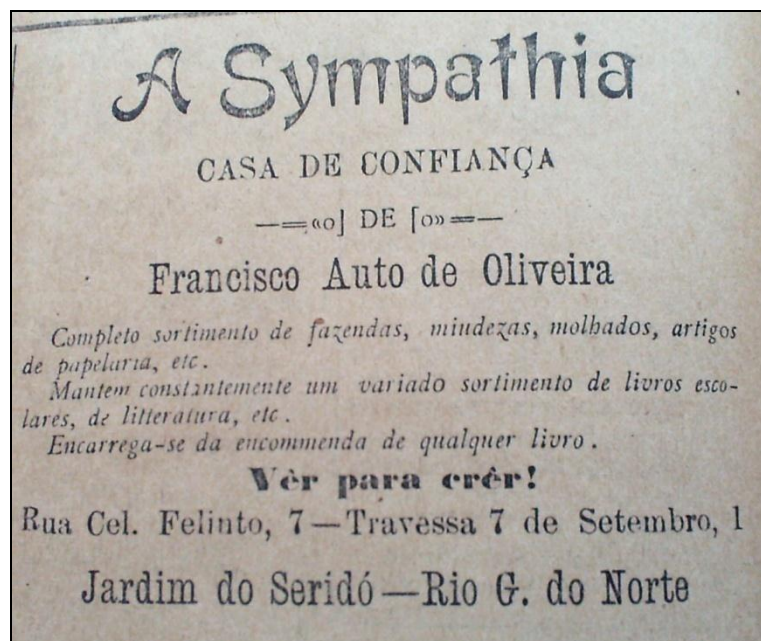
O prédio era um local central, para onde convergia um número significativo da população, com objetivos diversificados: comprar, vender, conversar, beber, comer, ou mesmo, somente para olhar, passear. O espaço onde diversos sujeitos, homens, mulheres, velhos, jovens e crianças circulavam, emergia como uma preocupação pertinente à administração de Heráclio Pires. Nesse contexto, podemos entender a quantidade de portas e janelas presentes neste prédio, permitindo uma maior circulação de ar e evitando tornar o ambiente úmido, propício à proliferação de fungos nos alimentos ali comercializados, além de garantir a manutenção do fluxo de pessoas.

O Mercado constituía o centro de um emaranhado de pequenas casas comerciais e lojas que se espalhavam pelas ruas vizinhas. Com base nas propagandas comerciais, divulgadas no jornal *O Município*, é possível perceber a localização dos estabelecimentos de comércio da cidade no início do século XX. A cidade de Jardim do Seridó dispunha de um comércio bastante diversificado, onde se encontrava a “*Drograria e Pharmacia Pires*: grande e variado sortimento de drogas, productos chimicos e especialidades pharmaceuticas, homeopathias e especificos diversos”, na rua Coronel Felinto, nº 4, a Loja “*João Baptista de Mello*: completo sortimento de seccos e molhados”, localizada na Travessa Cel. José Thomaz, número 5, onde se encontrava também a “*Casa Seridó de Antonio José & Filho*: completo sortimento de ferragens, miudezas, calçados, molhados, chapeos, chapéos de sol, etc”, nº 1. Nesta mesma travessa, número 6, havia a “*Casa Garapú, de José Theodoro*”, onde o cliente poderia adquirir uma “variedade de seccos e molhados e perfumaria”. Enquanto que na Rua do Comércio encontrava-se “*A Primavera, de Pedro Cypriano de Medeiros*: grande e importante stock de tecidos, ferragens, quinquilharias, miudezas, chapéos, calçados, perfumarias, chapeos de Sol, molhados etc”, a “*Sapataria Oliveira, de Elias S. de Oliveira*: executa com máxima presteza e segurança qualquer encommenda conccernente á arte, como

¹²⁶ Ver TURAZZI, Inez Maria. Paisagem Construída: Fotografia e memória dos “melhoramentos urbanos” na cidade do Rio de Janeiro. In. *Revista Varia História*, pp. 65 – 78.

sejam: botas, polainas, botinas, cothurnos, sandálias, etc. Preços módicos”; Os “*Vinhos de Tito Silva & Com.*: são os melhores! Agente Geral no Seridó – Pedro Cypriano de Medeiros”.

Nessas propagandas publicadas no jornal *O Município*, podemos perceber tanto a localização das casas comerciais, quanto os discursos de sedução de uma cidade sintonizada com os novos tempos, apontando para uma miscelânea de novos objetos que passaram a fazer parte do consumo da população. Nas propagandas das casas comerciais, encontramos a incorporação de mercadorias disponíveis para a aquisição, bem como o anúncio de um catálogo de outras opções que os consumidores poderiam encomendar a “preços módicos”, mostrando a disposição para a procura de um público abrangente de clientes. No anúncio da loja *A Sympathia*, de Francisco Auto de Oliveira, há referência a aspecto importante da relação consumidor / vendedor, através da construção de uma imagem da loja como uma “casa de confiança”, onde o público poderia depositar segurança e crédito na aquisição dos seus produtos, que variavam de fazendas, miudezas, molhados e artigos de perfumarias a livros escolares e literatura em geral. Um sortimento de mercadorias que os clientes deveriam freqüentar a loja para “ver pra crer”, numa alusão aos benefícios, segurança e confiança para quem se tornava cliente da casa comercial.



Município.

FIGURA 04: Anúncio da loja comercial *A Sympathia* publicada no jornal *O Município*.
FONTE: *O Município*, de 17 de jan. 1918.



FIGURA 05: Anúncio comercial da Sapataria Oliveira.
 FONTE: O Município, de 10 de mar. 1918.

No Jornal *O Município*, encontramos ainda anúncios de drogaria, com um estoque de diversos remédios e produtos químicos utilizados na cura dos mais variados males; lojas de tecidos, miudezas, papelarias, consultório dentário, calçados, ferragens, miudezas, bebidas, alfaiataria “especialista em confecção de roupas pelos mais modernos figurinos” e uma infinidade de outros produtos. Além deste comércio, existia um agente correspondente do Banco do Brasil, que “empresta dinheiro a preços módicos, sob garantia, aceita a confiança de títulos e faz quaesquer transações”.

Esses anúncios divulgavam diversos assuntos, desde a propaganda das lojas, à multiplicidade de produtos comercializados, a economia dos preços, a confiabilidade dos clientes e a presteza nos serviços. Nessas propagandas, podemos observar ainda uma diversidade de artigos que instigava a sedução da população leitora a entrar em sintonia com a moda, através da aquisição de novos produtos divulgados pela imprensa. Os leitores eram induzidos a consumir produtos, muitas vezes supérfluos, mas que estavam sendo agregados aos valores de uso da cidade, a exemplo das botas, polainas, botinas e coturnos, encontrados na Sapataria Oliveira, ou do “variado sortimento de fantasias da moda, brins de linho, cretones, chilas, calçados, chapéus e outros artigos de gosto”, vendidos aos “preços ao

alcance de todos”, na Loja Estrella de Luiz Gomes. Estas publicidades não se restringiam apenas aos objetos divulgados, mas focalizava também nos serviços que as lojas poderiam oferecer ao público, através da encomenda de produtos de outras localidades.

Estudando os consumos nas ruas do Recife, nas primeiras décadas do século XX, Iranilson Buriti de Oliveira observa que as ruas são territórios desejados por homens, mulheres, ricos e pobres, trabalhadores e vagabundos, senhoras moralistas e meliantes, homens de negócios e pedintes. Um aparelho circulatório de andantes, de negociantes, em territórios nos quais circulam memórias e economias simbólicas, as ruas são a geografia de desejos e de perversões, territórios de consumo e de formação de identidades e cultura histórica¹²⁷.

Em Jardim do Seridó, para facilitar a localização dessas lojas, a Intendência Municipal teve a preocupação de nomear e numerar cada rua, tendo em vista o crescimento urbano pelo qual passava a cidade nas primeiras décadas do século XX. Para o presidente da municipalidade,

Um dos meus primeiros cuidados ao assumir o governo do município, foi sanar essa grande falta que se resentiam as ruas e prédios de nossa cidade, sem denominação e sem numeração, originando dificuldades que bem se compreendem em uma cidade que conta mais de quatrocentas habitações no perímetro urbano.

Logo que se me ofereceu oportunidade, de acordo com a lei número 37 de 16 de julho de 1917 mandei executar esse serviço pelo pintor João Estevam, cujo serviço correspondeu á nossa expectativa¹²⁸.

A nomeação e numeração das ruas e avenidas surgia como uma necessidade inerente à cidade, “tendo em consideração o progressivo aumento da mesma”¹²⁹, bem como o objetivo de facilitar a divulgação dos atrativos comerciais

¹²⁷ OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Temp(l)os de Consumo: memória, territorialidades e cultura históricas nas ruas recifenses dos anos 20 (Século XX). In. *Revista Saeculum – Revista de História*, 2007.

¹²⁸ DENOMINAÇÃO das ruas. *O Município*. Jardim do Seridó, 30 de mar. 1918, p. 1.

¹²⁹ Lei n. 37 de 16 de julho de 1917. In. *Livro de Decretos e Leis da Intendência Municipal (1891-1920)*. p. 55.

pela imprensa. Através da Lei nº 37, de 16 de julho de 1917, o presidente da Intendência denominou as ruas, travessas, prédios e praças da cidade de Jardim do Seridó: Rua da Conceição, Rua Doutor Fernandes, Rua 13 de Maio, Rua Doutor Pedro Velho, Rua da Matriz, Rua Padre Justino, Rua Major João Alves, Rua Cel. Felinto, Rua do Comércio, Rua Barão Rio Branco, Rua Frei Miguelinho, Alto da Boa Vista, Travessa Cel. Ildfonso, Travessa Ferreira Chaves, Travessa Tavares de Lira, Travessa Cel. José Thomaz, Travessa Sete de Setembro e Praça Municipal.

O processo de nomeação das ruas e numeração das residências constituía uma tarefa fundamental para a administração pública, funcionando como uma importante ferramenta que permitia o conhecimento minucioso do espaço e da população, facilitando as atividades comerciais e o recolhimento dos tributos municipais que possibilitavam o processo de reordenamento urbano.

A preocupação com a arrecadação de impostos, fruto da coleta fiscal advinda dos produtos mais consumidos pela população, influenciava em todas as propostas estruturais que Heráclio Pires projetava na remodelação dos espaços da cidade de Jardim do Seridó. A título de exemplo, o orçamento da receita do município de Jardim do Seridó para o exercício de 1918, calculada em dezoito contos de reis (18:000\$000), era arrecadada entre os estabelecimentos comerciais da cidade e dos distritos municipais. Variando as porcentagens dos impostos de acordo com o tipo de atividade explorada, observamos que a arrecadação era realizada entre os negociantes que possuíam estabelecimentos comerciais de primeira, segunda e terceira classe, bem como pequenos estabelecimentos, vulgarmente conhecidos por bodegas, armazém de compra e venda em grosso, de cereais, estivas, queijo e outros artigos. Além destes, a Intendência recolhia os impostos dos mascates de fazendas de outros municípios, negociantes de jóias de ouro, prata, cobre, ferro e outros metais, ambulantes de calçados, chapéus, fogos de artifícios, obras de folhas de flandres, de marcenaria e outras artes, ambulantes de fazenda, miudezas e outros artigos, não estabelecidos em nenhuma localidade vizinha e nem coletados, como: mascates, cosmorama, cinema e carrossel, por cada dia que funcionassem no município. A receita municipal era formada ainda pelo recolhimento de impostos dos estabelecimentos de beneficiar algodão, bilhares ou casas que explorassem jogos lícitos, curtumes, fotografias, padarias, os que exercessem a profissão de médico, dentista, advogado, farmacêutico, farmácia,

escritório de tabelião, hotéis com hospedaria, pequenos cafés, os espetáculos públicos de companhias acrobáticas, eqüestres, dramáticas e outras, engenhos de fabricar rapaduras e outros produtos da cana de açúcar, casas que retalham aguardente em qualquer parte, com exceção dos estabelecimentos comerciais, os que exercerem ofício ou arte no município, fazendo dele profissão.

Era esta a receita da Intendência Municipal que possibilitava os “melhoramentos” nos espaços públicos de Jardim do Seridó. Para atender aos princípios do remodelamento interno da cidade, diversos elementos são construídos, objetivando constituir a cidade pelas vias estruturantes do urbano moderno. Segundo José Nilton de Azevedo, “Dr. Heráclio Pires foi pioneiro na região do Seridó, em fazer calçamento com lajes e arborizar a cidade com fícus benjamim”¹³⁰. Assim, o embelezamento da cidade não ficou restrito aos prédios públicos; ele foi deslocado também para as vias de circulação das pessoas. As ruas e avenidas se transformaram em objeto da atuação do poder administrativo. Nas imagens fotográficas seguintes, observamos a arborização da cidade.



FIGURA 06: Detalhe da antiga Rua Padre Justino, hoje Cel. Felinto Elísio. Nesta imagem podemos observar o processo de arborização empreendida pela Intendência Municipal.

FOTO: Photo Pires, 19[--].

FONTE: Acervo particular do autor.

¹³⁰ AZEVEDO, José Nilton de. *Op. Cit.* p. 89.



FIGURA 07: Rua Dr. Fernandes, em frente à residência de Heráclio Pires, sobrado à direita. Vejamos o plantio de “Ficus Benjamin” distribuído ao longo da extensão da rua.

FOTO: Photo Pires, 192[-].

FONTE: Acervo particular do autor.

Podemos perceber nestas fotografias o olhar seletivo do fotógrafo, registrando aspectos específicos do progresso da cidade, com destaque para as fachadas das residências de estilo arquitetônico moderno e as ruas arborizadas com os “ficus benjamim” plantadas ordenadamente ao longo da extensão das ruas. A cidade aparece vazia de público, para dar destaque a arborização e as transformações nos espaços efetuadas pela Intendência. A arborização das cidades assume uma significativa importância no contexto de reformas urbanas do início do século XX. Segundo Regina Horta Duarte, “a nova urbe deveria afigurar-se como moderna, racional, construída em linhas e ângulos retos, com largas avenidas, parques e praças e uma ampla arborização”¹³¹. Embora esta preocupação apontada pela autora constituísse uma análise do contexto da cidade de Belo Horizonte do século XX, pode também ser observada na especificidade de Jardim do Seridó, onde a Intendência Municipal dotou as ruas e avenidas de um vasto plantio de “ficus benjamim”. São imagens das ruas esvaziadas dos sujeitos populares, prezando pela parte material das transformações urbanas e pelo embelezamento da cidade.

¹³¹ DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*, 2005.

As antigas árvores existentes na cidade foram todas substituídas por um projeto racional de arborização, distribuindo ordenadamente os espaços ocupados por cada planta, como foi possível perceber nas fotografias 06 e 07. As ações da administração pública se estendiam pelas “artérias e veias”, parafraseando Richard Sennet¹³², de diversas formas: a arborização, a iluminação, o telégrafo, a limpeza das residências, o destino do lixo. São ações que tornaram a vida urbana cada vez mais complexa, exigindo novas formas de comportamento.

A limpeza das ruas e avenidas passou a ser outra prioridade da Intendência Municipal. No relatório de prestação de contas da primeira etapa da administração de Heráclio Pires, a limpeza pública foi apontada como “um dos mais importantes serviços públicos, para elle tive sempre as vistas voltadas”. E concluiu que,

A lei número 35 de 7 de Maio de 1917, creou um serviço de limpeza pública permanente nesta cidade, serviço que está a cargo do cidadão Pedro Gomes de Souza, nomeado por portaria de 9 do mesmo mez.

O aspecto agradável e a impressão de asseio que se nota nas ruas de nossa cidade, dizem bem do zelo deste funcionário, que se tem esforçado por cumprir seu dever¹³³.

Além de exaltar o cuidado e o zelo demonstrados pelo funcionário nomeado para a função de promover a limpeza pública da cidade, o Chefe do Executivo apresenta em seu relatório as novas formas de comportamento que os cidadãos deveriam observar na urbe. Manter a cidade com um “aspecto agradável e a impressão de asseio” significava remover todo o lixo que estivesse distribuído pelas vias públicas do perímetro urbano.

A lei número 37, de 7 de maio de 1917, que criou um serviço de limpeza pública permanente, apresentava os cuidados que o encarregado da higiene das ruas deveria observar, o que compreendia “conservar aseiado e varrido de todo o lixo ou qualquer immundice, todo o perímetro urbano d’esta cidade”, conforme determinava o inciso 1º da referida lei. Isto significava a conservação de todas as

¹³² SENNET, Richard. *Carne e Pedra*, p. 220.

¹³³ RELATORIO. *O Município*. Jardim do Seridó, 30 de mar. 1919, p. 1.

vias públicas, como: ruas, praças, travessas, estradas e vielas que estavam localizadas no perímetro urbano, “inclusive o asseio do actual Mercado e açougue público, o qual será regulado pela presente lei”.

O cidadão Pedro Gomes de Souza, nomeado para a função de limpeza pública, percorria cotidianamente as ruas e avenidas, no intuito de fazer a remoção de todo o lixo urbano, sejam aqueles depositados nas vias públicas, sejam aqueles provenientes das casas de famílias, estabelecimentos comerciais e habitações particulares. Além da conservação da limpeza, o novo contratado pela Intendência Municipal deveria “fazer o aterramento das barrocas ou escavações feitas pelas águas pluviais, removendo quaesquer accidentes [...] afim de aplinar quanto possível a superfície do terreno”¹³⁴.

A criação deste serviço de limpeza pública se insere no ideal de higiene propagado no Brasil nas primeiras décadas do século XX. O objetivo deste processo era purificar a cidade de quaisquer tipos de “immundices”. Em função deste objetivo, a classe política brasileira do início do século passado atuou de forma autoritária e exclusiva, detectando nas camadas pobres o foco do desenvolvimento de doenças contagiosas, que deveriam ser varridas dos centros urbanos e até mesmo exterminadas. No Rio de Janeiro, em nome de um projeto modernizador e higienizador dos espaços, as camadas populares foram retiradas do centro, gerando resistências por parte dessas populações. Estes fatores contribuíram para a eclosão da “Revolta da Vacina”, conforme os estudos de Sidney Chalhoub¹³⁵.

Alinhar a população urbana aos novos padrões de comportamento só foi possível devido a um processo de disciplinarização, o que causava desconforto na vida das pessoas, obrigando-as a se adaptarem às novas tecnologias. A criação do serviço de limpeza significava que a população deveria obedecer aos locais determinados pela Intendência Municipal para a colocação do lixo, bem como observar os dias em que o encarregado deste serviço passava para recolhê-los.

O não cumprimento dessas determinações gerava multas, estipuladas por valores entre cinco a vinte mil reis, dependendo da gravidade do caso. A multa

¹³⁴ Lei n. 35 de 7 de maio de 1917. In. *Livro de Decretos e Leis da Intendência Municipal (1891-1920)*. p. 52.

¹³⁵ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit*, p. 50.

poderia ser aplicada tanto ao encarregado da limpeza, caso deixasse de obedecer às determinações da legislação, quanto aos proprietários de prédios encavados no perímetro urbano os quais, inclusive, deveriam proceder à “limpeza e remoção do lixo proveniente de suas obras logo que os trabalhos das mesmas forem paralisadas ou concluídas”.

Com base no Livro Termo de Multas (1882/1940) da Intendência Municipal de Jardim do Seridó, é possível perceber que, apesar das punições impostas pela administração, multando os sujeitos que feriam o Código de Posturas da cidade, depositando lixo nos espaços públicos, alguns indivíduos foram responsabilizados por estas práticas ilegais, o que mostra a dificuldade da população de se adaptar às novas regras de comportamento.

A criação do serviço de limpeza urbana permanente e a obrigatoriedade de conservação das ruas de forma asseada, não se concretizou somente em termos de legislação. Vale apontar para a permanência de práticas anteriores a esta postura, por parte de alguns moradores da cidade, colocando em cena o trabalho do fiscal do distrito da cidade, o senhor Maximino Cavalcante d’Albuquerque.

Em uma de suas andanças pelas ruas e avenidas da cidade, o referido fiscal detectou que, no dia 22 de maio de 1917, o comerciante Raymundo de Azevedo Moraes, havia infringido as disposições do artigo 4º da Lei de criação do serviço de limpeza, “pelo facto de ter o mesmo jogado um caixão de lixo no becco do mercado d’esta Cidade, lado sul¹³⁶”. Diante dessa infração, o fiscal compareceu à Secretaria do Governo Municipal e declarou haver imposto uma multa no valor de três mil reis (3\$000) ao cidadão.

A cidade estava passando por um processo de higienização e inovação, por parte da administração pública. Essas mudanças encontravam resistência por parte de alguns dos seus moradores, pois a atuação da Intendência Municipal perante a ação da limpeza dos espaços causava transformações no cotidiano da população. Em Jardim do Seridó, foi criada uma postura para manter limpas e conservadas as fachadas das residências localizadas no perímetro urbano da cidade e dos distritos municipais, obrigação esta imposta aos proprietários, conforme determinava a legislação em vigor. O artigo 10 do Código de Postura previa que

¹³⁶ LIVRO de multas da Intendência Municipal (1882-1940).

todas as residências localizadas na cidade deveriam passar por uma operação de limpeza de suas fachadas, durante o mês de novembro, período que antecede as festividades de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Município. Em 13 de julho de 1918, o jornal *O Município* publicou em sua edição de número 31 o seguinte edital:

O cidadão Pharmaceutico Heráclio Pires Fernandes, Presidente da Intendência Municipal da Cidade do Jardim, na forma da Lei etc.

Faço saber aos senhores proprietários de prédios encravados no perímetro urbano desta cidade e povoações do município, que de acordo com o que determina o art. 10 Cap. II do Código de Posturas desta municipalidade, fica marcado o prazo até o dia 30 de Novembro do corrente anno para que os referidos senhores proprietários de prédios ou seus inquilinos procedam à limpeza dos mesmos, de acordo com a lei e sob pena de multa¹³⁷.

Podemos observar neste artigo do Código de Posturas um nítido processo de envolvimento com a proposta de higienização dos espaços da cidade penetrando nas mentes dos administradores de Jardim do Seridó, no período de 1917 a 1930. A limpeza de todas as edificações que integravam o perímetro urbano da cidade estava associada à ideia de higienização dos espaços físicos que se propagavam nos grandes centros urbanos, guardadas as devidas proporções. Estes princípios impulsionavam os desejos de que era preciso limpar, separar, arruar, calcular, higienizar e embelezar a cidade, tornando os espaços públicos objetos de sedução, capazes de legitimar o título de “Veneza Seridoense”, tão propagado nas crônicas dos jornais.

Esse processo de desodorização dos espaços públicos, calcados em normas de higiene ditadas por médicos e sanitaristas fora incorporado pelos administradores de centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Natal e várias outras capitais brasileiras, conforme apontam diversos estudos historiográficos. Porém, essa transformação do urbano não ficou circunscrita às

¹³⁷ INTENDÊNCIA municipal. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de jul. 1918, p. 2.

capitais, mas, como aponta Gilmar Arruda, seguiu também os caminhos e estradas dos sertões.

A pequena cidade de Jardim do Seridó, localizada no sertão do Rio Grande do Norte, também vivenciou os indícios da chegada do “progresso”, sendo que seus administradores buscaram inspiração de higiene, moral e racionalidade para ordenar os espaços urbanos. Quanto à limpeza, a preocupação básica era a de impedir a concentração de imundícies e promover o embelezamento das ruas e casas. Para tanto, foi implantado o serviço de Limpeza Pública.

Esse cuidado diário com a higiene das casas era complementado pelo embelezamento anual das fachadas das residências, cujos procedimentos deveriam “constar de caiação e pinturas das frentes e respectivos muros, quando estes forem encravados em ruas e travessas, sendo os proprietários os responsáveis pelas placas das numerações dos prédios, as quais deverão ser collocadas no lugar conveniente¹³⁸”. Esses serviços consistiam na manutenção do asseio e agradabilidade visual das espacialidades jardinenses.

O Código de Posturas, que determinava a limpeza das residências urbanas, refere-se à interferência da administração na vida da população da cidade. Assim, tanto a Intendência quanto os moradores deveriam zelar pelos espaços públicos, torná-los objetos de desejo, de racionalidade, de progresso, de higiene e, sobretudo, de sedução. Aqueles que não se enquadravam neste mundo de desejo proposto pelos administradores, estavam infringindo a legislação local e, portanto, deveriam passar pela repressão com multas. Sobre este assunto, o jornal O Município esclarecia a população que,

Aqueles que se estribarem neste facto para olvidarem a determinação legal, terão de verificar depois que a lei não é vontade de cada um, e que a Intendência, pelo facto de não ter feito ainda a remodelação de um prédio este de sua propriedade não tem perdido a faculdade de impor multas a quem quer que seja pela infração do seu código de posturas¹³⁹.

¹³⁸ INTENDÊNCIA municipal. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de jul. 1918, p. 2.

¹³⁹ REPAROS. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de mar. De 1918, p. 2.

No entanto, apesar dos inúmeros apelos de observância do Código de Posturas, alertando para as multas a serem impostas àqueles que deixavam de cumprir a limpeza das residências, inclusive “aqueles que fizeram o serviço de modo incompleto, deixando de fazer a pintura das portas e janelas, como alguns costumam¹⁴⁰, diversos proprietários de prédios urbanos deixavam de cumprir a exigência da legislação municipal.

Estes procedimentos são chamados por Michel de Certeau de “multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos¹⁴¹”. São operações minúsculas para escaparem dos códigos de disciplina, empreendida pelos praticantes ordinários da cidade, que, sem sair do espaço onde vivem, com suas leis, buscam tirar proveitos das ocasiões inusitadas. Para o redator do jornal *O Município*, estes usuários que resistiam ao Código de Posturas, deixando de efetuar a limpeza das fachadas das residências eram vistos como:

Meia dusia de indivíduos pynhonicos e insidiosos, [que] andam a apregoar que não farao a limpeza reclamada pela Intendência porque esta ainda não fez ainda a caiação e pintura do mercado público da cidade, e que se a Intendência não limpar o mercado, também elles não limparão a frente de suas habitações e nem também poderão ser multados uma vez que a Intendência deixou, também de observar a sua lei.

Não sei bem se isto é praxe ou doutrina, porém, estou a apostar em como não é uma e nem outra cousa e nem tão pouco vem da legislação municipal; parece-me, antes, concepções de cérebros doentios¹⁴².

Mais do que a enunciação de ações praticadas por indivíduos “insidiosos” ou “cérebros doentios”, podemos perceber as táticas de resistências aos decretos de limpeza das fachadas das residências localizadas no perímetro urbano, por parte dos moradores da cidade. Nota-se que a aplicação de tais posturas não se concretizava sem contestações. São nessas práticas sutis de reclamar, de espalhar, que não vão pintar as suas casas porque a Intendência não estava também cumprindo o seu papel em repintar os prédios de sua responsabilidade, que os sujeitos encontravam situações que permitiam descumprir a legislação municipal.

¹⁴⁰ LIMPEZA PÚBLICA. *O Município*. Jardim do Seridó, 8 de mar. De 1918, p. 2.

¹⁴¹ CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*, p. 102.

¹⁴² REPAROS. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de mar. De 1918, p. 2.

O Livro de Termos de Multas traz diversas situações de inobservância das disposições do Código de Posturas, por parte de indivíduos que deixaram de proceder à limpeza anual em prédios encravados no perímetro urbano da cidade e dos distritos municipais. Nas “correições” empreendidas pelos fiscais, após o prazo estipulado pela Intendência para o ano de 1918, foram multados na importância de vinte mil reis (20\$000), os seguintes cidadãos: Antônio Romão, proprietário de um prédio na Travessa Tavares de Lyra, dessa cidade, José Avelino Bezerra e Francisco Valentim Dantas, responsáveis por prédios na Rua São Sebastião, Firmino Chrispin d’Azevedo e Joaquim Galvincto d’Azevedo, da Rua Nova e Paulino Valentim de Maria, da Rua Major Felix, todos da Povoação de Parelhas. No Povoado do Espírito Santo, foram multados os senhores Joaquim Claudio da Fonseca, Apollinario Pereira da Costa, Joaquim Estanislau de Medeiros e Antônio Alves da Fonseca.

Aliado a este cuidadoso trabalho de embelezamento dos espaços urbanos, marcados pela arborização e pintura anual das fachadas das residências e prédios encravados em seu perímetro, as ruas e avenidas ganharam, posteriormente, iluminação elétrica, serviço que dependia de grandes somas de recursos financeiros dos cofres municipais. O Conselho de Intendência, presidido por Heráclio Pires Fernandes e contando com a presença dos senhores Intendentes Laurentino Bezerra Neto, João Medeiros e Francisco Cunha, “faltando sem causa participada” os demais membros do Conselho, reuniu-se em sessão extraordinária, no dia 15 de maio de 1923, para:

O fim especial de tratar-se do contracto de iluminação pública desta Cidade, que apesar de ser achar devidamente autorizado pelas despozições do paragrapho 9º da Lei Orçamentaria em vigor, não queria fazer qualquer contracto sem ser devidamente discutido pelos Snrs. Edis, tratando-se de um serviço de alta importância e de grande despendio para o município como será o serviço de iluminação pública desta Cidade¹⁴³.

A criação do serviço de iluminação elétrica a diesel da cidade, apesar dos altos custos de instalação da empresa, montagem dos equipamentos e manutenção,

¹⁴³ Acta de uma sessão extraordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas – 1922*. Jardim do Seridó, 15 de mai. de 1923.

representava um benefício de grande valia, ocupando o centro das discussões do Conselho de Intendência, a partir da segunda década do século XX. Desde a sessão extraordinária de 15 de maio de 1923, passando pelas sessões ordinárias seguintes, a questão da luz elétrica ganha destaque como um dos principais “melhoramentos” a ser colocado em prática pela Intendência Municipal.

Encontrar contratante que melhor vantagem oferecesse constituía uma função que envolvia os membros do Conselho de Intendência no ousado projeto de iluminar os espaços públicos e as residências particulares da elite jardinense, interessada na implantação desta benfeitoria. O Conselho dotou o seu presidente de plenos poderes para realizar o contrato de iluminação.

O contrato de iluminação elétrica foi firmado entre a Intendência Municipal e o senhor Antônio Sabino de Oliveira, ficando este responsável pela montagem na cidade de uma empresa de iluminação, instalando todos os equipamentos necessários para iluminar os espaços públicos e colocando em funcionamento este serviço de utilidade para a vida urbana noturna.

Com base no Relatório apresentado pelo chefe do executivo, por ocasião da abertura dos trabalhos do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó, em 22 de janeiro de 1924, “a luz electrica desta Cidade estava funcionando, sendo pago mensalmente pelos cofres da Intendência”¹⁴⁴. Porém, em sessão de 24 de julho de 1924, o senhor presidente trouxe ao conhecimento do referido Conselho que “o contractante da empresa de luz electrica desde 15 de junho ultimo não havia podido continuar a fornecer a luz por motivos imprevistos”¹⁴⁵.

Embora a documentação não deixe claro os motivos imprevistos que levaram o senhor Antônio Sabino de Oliveira a suspender o contrato com a Intendência Municipal, a suspensão no fornecimento de iluminação elétrica, conforme estava previsto no contrato, trazia como conseqüência para o contratante o pagamento da dívida, seja em materiais, seja em serviços, além de possibilitar ao chefe do executivo a substituição por um novo fornecedor, podendo ser a própria Intendência ou uma empresa particular. Em sessão ordinária de 20 de março de

¹⁴⁴ Acta da 1ª Sessão da 1ª Ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas* – 1922. Jardim do Seridó, 22 de jan. de 1924.

¹⁴⁵ Acta da 1ª Sessão da 4ª Ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas* – 1922. Jardim do Seridó, 24 de jul. de 1924.

1925, o Conselho da Intendência formou uma comissão composta pelos senhores Intendentes Francisco Cunha e João Medeiros, com o fim de,

Entrar em um accordo na liquidação do serviço de luz eléctrica desta Cidade com o Snr. Antônio Sabino de Oliveira, o qual era dividido ao município a importância de 16:000\$000, conforme promissórias assignadas pelo empresario e pelo seu fiador, pelo que, a comissão aceitou a proposta de receber todo o serviço da empresa, inclusive dynamo, algumas installações particulares ainda não pagas e bem assim o material ainda não utilizado para saldo das duas promissórias de (2:000\$000) dois contos de reis¹⁴⁶.

Todos estes materiais passaram a fazer parte do patrimônio municipal, devido à suspensão do contrato com o senhor Antônio Sabino de Oliveira. Enquanto isso, a Intendência negociava a formalização de um novo contrato para o fornecimento de iluminação eléctrica, serviço que estava sob a responsabilidade da Intendência Municipal até a assinatura de um novo contrato. Na sessão extraordinária de 18 de junho de 1925, o senhor Presidente, Heráclio Pires Fernandes, “expôs as bases principaes da proposta verbal do Snr. Julio Ramalho, mediante as quaês este senhor se propõe a manter nesta Cidade uma Empresa de luz eléctrica, ficando com o direito de explorar essa industria e a obrigação de fornecer luz pública e particular¹⁴⁷.”

Deste modo, foi elaborado um novo contrato entre a Intendência Municipal e o senhor Julio Ramalho, que instalou uma nova empresa de iluminação eléctrica na cidade, a exemplo da empresa que este mesmo senhor tinha na cidade de Macaiba, no Rio Grande do Norte. Pelo novo contrato, a empresa fornecedora de iluminação eléctrica pública e particular atuava diariamente, das 17 às 24 horas, no mínimo, “ficando a Intendência com a faculdade de prolongar a illuminação pública nos dias que lhe convier”¹⁴⁸. A cidade de Jardim do Seridó dispunha de serviço de iluminação noturna de modo satisfatório até zero hora, excetuando os dias de festas ou outras ocasiões especiais, quando a iluminação continuava ligada até o dia amanhecer.

¹⁴⁶ Acta da 1ª Sessão da 2ª Ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas – 1922*. Jardim do Seridó, 20 de mar. de 1925.

¹⁴⁷ Acta da Sessão Extraordinária da Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas – 1922*. Jardim do Seridó, 18 de jun. de 1925.

¹⁴⁸ Idem.

Este serviço constituía mais um sinal de “melhoramento” instalado na cidade. Estas conquistas materiais buscavam adequar o urbano jardinense em sintonia com os discursos de modernidade que ecoavam de diversas cidades brasileiras, independentemente do porte. A instalação de “novidades” era exaltada pela imprensa como símbolos do “progresso”, denunciadoras dos níveis de “civildade” de uma determinada localidade.

Um cronista do *Jornal das Moças*, da vizinha cidade norte-rio-grandense de Caicó, apresentou as transformações nas ruas e avenidas de Jardim do Seridó como um modelo a ser copiado pelas demais cidades da região:

Justiça seja feita, essa ancia do progresso se há evidenciado não só aqui mas em todas as cidades do Seridó, dentre as quais se destaca, pelo grande e justifico zelo, em que é tido o serviço de limpeza pública e pela excellencia da sua iluminação elétrica, a vizinha cidade de Jardim do Seridó.

Quem quer que passe por aquella cidade nota logo ao primeiro golpe de vista o cuidado em que é tido ali o asseio público. Rara é a casa que não tem bem limpa sua fachada, não se encontrando difficilmente calçadas desatijolladas ou assymetricas. Isso deve servir-nos de exemplo¹⁴⁹.

Jardim do Seridó aparece, nas palavras do cronista Renato Dantas, como uma cidade atualizada no contexto de modernização que estava acontecendo nas principais cidades brasileiras do início do século XX, com destaque para o zelo demonstrado pela higienização dos espaços públicos e pela excelência da iluminação elétrica. Estas benfeitorias que modificavam as ruas e avenidas são apresentadas como símbolos do “progresso” que adentrava as cidades do sertão. A crônica chama a atenção para o nível de desenvolvimento material, presente no traçado urbano, nas calçadas simétricas, no asseio das fachadas das residências e na limpeza pública. Estas características davam à cidade jardinense um lugar de destaque entre as demais cidades da região, como um exemplo a ser seguido.

¹⁴⁹ DANTAS, Renato. (Sem título). *Jornal das Moças*. Caicó, 11 de abr. de 1926, p. 1.

A construção de uma cidade avançada passava pela existência de telégrafos, usina elétrica, prédios públicos amplos, limpos e iluminados, mas, também, por uma infra-estrutura educacional de qualidade. Para a administração pública de Jardim do Seridó, a falta de instrução emergia, a partir de 1917, como um empecilho ao “progresso”. Com base no relatório do presidente da Intendência Municipal, Heráclio Pires, expressando-se acerca da “instrução primária”, lemos na edição de 10 de março de 1918:

Ao assumir o governo do Município, foi dos meus primeiros cuidados lançar as vistas para a instrução primaria, que tem sido, ultimamente, objeto das mais sérias cogitações por parte dos governos bem inspirados. Porque, só os que não teem preocupações pelo futuro da pátria e os que são incapazes de sentir e de calcular a intensidade e as conseqüências desse lamentável e vergonhoso estado de analfabetismo em que jazemos, não se sentem aterrorizados ante a desoladora proporção de analfabetos averiguada pelas estatísticas officiaes¹⁵⁰.

Podemos observar que, ao final da década de 1910 e início da de 1920, a instrução pública constitui um dos discursos prioritários dos administradores “bem inspirados”. Uma das preocupações era a existência de “estatísticas officiaes”, que apresentavam altos índices de “analfabetos”, sendo que a proporção “em nosso Estado é de 79,6 por cento, d’onde se conclue que de cada 100 indivíduos, apenas 20 se contam capazes de se communicarem por meio da leitura e da escripta”¹⁵¹.

Nesta situação, “lamentável e vergonhosa”, era necessário não somente disseminar a instrução pública em todos os distritos e localidades do município de Jardim do Seridó, mas, também, dotar as escolas de um ambiente limpo e saudável, além de introduzir novos métodos de ensino, com bons professores e salários dignos.

A cidade dos desejos, presente nas crônicas dos jornais e nas documentações da burocracia administrativa tinha o setor educacional como um dos

¹⁵⁰ RELATÓRIO. *O Município*. Jardim do Seridó, 10 de mar. 1918, p. 1.

¹⁵¹ RELATÓRIO. *Op. Cit.* p. 1.

pilares de sustentação do discurso de integração aos caminhos do “progresso” e da “civilização”.

Em 1917, quando Heráclio Pires assumiu a administração pública local, o município contava com apenas três escolas primárias, “sendo uma na Povoação de Parelhas, uma na de Espírito Santo e outra na de Periquito, [...] com uma matrícula total de 84 alunos e uma frequência média de 65”¹⁵². Na sede do município, funcionava uma escola de instrução primária, onde a senhora Dona Thereza Benigna da Cunha ministrava aulas, custeada pelos cofres municipais. Além disso, existia o Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, que “funcionava em um prédio de antiga construção, situado à margem do riacho da usina e dentro do perímetro urbano”¹⁵³.

O Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, que funcionava desde 1912, pertencia ao Governo Estadual, especificamente à Diretoria Geral de Instrução Pública. Em 1918, este estabelecimento de ensino encontrava-se “sob a competente direção dos professores diplomados Aprígio Câmara e D. Maria da Penha”¹⁵⁴. No entanto, apesar dos modernos métodos de ensino adotados, o número de matrículas não correspondia às expectativas do Estado e do Município, que custeava as aulas. Segundo o presidente da Intendência, a conseqüência disto,

É este lastimável e criminoso indiferentismo do nosso povo em se tratando da instrução, principalmente quando – como acontece nos grupos escolares – os métodos de ensino moderno manda banir os erros da rotina.

Verdadeiro “preconceito da palmatória”, os que não estão na altura de apreender as vantagens dos métodos intuitivos do ensino moderno, não concordam que se possa metter sciencia na cabeça de uma criança sem o auxílio do azourrage do mestre-escola¹⁵⁵.

Esta narrativa possibilita diversas análises acerca da educação nas décadas iniciais do século XX. A existência de um grupo escolar implantando

¹⁵² RELATÓRIO. *Op. Cit.*, p. 1

¹⁵³ AZEVEDO, José Nilton de. *Op. Cit.* p. 180.

¹⁵⁴ CONTINUAÇÃO do relatório. *O Município*. Jardim do Seridó, 10 de mar. 1918, p. 1.

¹⁵⁵ CONTINUAÇÃO do relatório. *Op. Cit.*

modernos métodos de ensino, capaz de moldar os alunos através dos valores burgueses como: higiene, saúde e educação, transformando o alunado em cidadãos dignos para representar a pátria¹⁵⁶, não era vista com bons olhos por uma parte significativa da população, existindo resistências aos métodos instrutivos, que haviam abolido o uso da palmatória.

A instrução pública, um dos discursos mais divulgados pelas autoridades do início do século XX, encontrava resistências por parte de alguns pais que não queriam matricular os filhos nos grupos escolares. Para eles, era impossível se fazer educação “sem o auxílio do azourrage do mestre-escola”. O resultado era a existência de diversas vagas estabelecidas pela Diretoria Geral de Instrução Pública, “entretanto, a matrícula em nosso mais importante gynnasio de instrução pública, não foi muito além de 50 e a freqüência orçillou entre 30 e 40 educandos”¹⁵⁷.

Segundo José Nilton de Azevedo, o prédio onde funcionavam as aulas de instrução pública do Governo do Estado era uma antiga construção que “tanto se deteriorou que não mais puderam continuar as aulas”¹⁵⁸. Esse ambiente educacional não condizia mais com as necessidades da moderna educação propagada pelos presidentes do Estado, desde os anos iniciais da década de 1920, pois, segundo constatou Iranilson Buriti, a proposta que circulavam nesta época por parte dos administradores era de que, tal como a casa e a igreja, a escola deveria ser, também, uma imagem positiva dos colégios, como extensão da própria casa¹⁵⁹. Esta aliança entre casa, igreja e escola constituía o ideal da educação brasileira do início do século XX. Assentada no saber médico-higienista, as escolas deveriam ser esquadrihadas, medidas e avaliadas, possuindo uma geografia onde as noções de saúde, doença e higiene fossem não somente divulgadas, através dos seus professores, mas estivessem presentes na estrutura física dos colégios.

Este discurso pode ser depreendido dos diversos requerimentos encaminhados pelo presidente da Intendência Municipal à Diretoria Geral de

¹⁵⁶ Sobre a Educação Pública nesta época, ver: OLIVEIRA, Iranilson Buriti. Há Va(r)gas na Escola: o discurso higienista e a limpeza da infância escolar nos anos 20 e 30. In: DANTAS, Eugenia; BURITI, Iranilson (orgs.). *Cidade e Regiões: múltiplas histórias*, p. 43.

¹⁵⁷ CONTINUAÇÃO do relatório. *Op. Cit.* 1918, p. 1.

¹⁵⁸ AZEVEDO, José Nilton de. *Op. Cit.* p. 180.

¹⁵⁹ OLIVEIRA, Iranilson Buriti. Há Va(r)gas na Escola: o discurso higienista e a limpeza da infância escolar nos anos 20 e 30. In: DANTAS, Eugenia; BURITI, Iranilson (orgs.). *Cidade e Regiões: múltiplas histórias*, p. 43.

Instrução Pública, pedindo a edificação de um novo prédio para o Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”.

O novo prédio do Grupo Escolar foi construído dentro de uma nova proposta para a educação do Rio Grande do Norte, empreendida pelo presidente do Estado, José Augusto Bezerra de Medeiros¹⁶⁰. Neste sentido, várias cidades do interior foram beneficiadas com a construção de diversos grupos escolares, cujas estruturas físicas eram amplas, ventiladas e higienizadas, a exemplo do que podemos observar na fotografia número 08:



FIGURA 08: Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, inaugurado em 1928.
FOTO: Photo Pires, [192-].
FONTE: Acervo particular do autor.

Construído a partir da relação entre saber médico e educação, o Grupo Escolar “Antônio de Azevedo” emergia como um ambiente propício para serem ministradas aulas aos filhos das famílias mais abastadas, assumindo um caráter voltado para a educação moral e cívica, pois, somente num ambiente educacional “limpo, bem alimentado, bem educado, longe da sujeira da rua, da fedentina da bagaceira, das molecagens nos rios e touceiras, o menino ia sendo moldado para se

¹⁶⁰ Uma análise aprofundada a respeito das pautas modernizadoras do governo José Augusto, principalmente nas áreas de educação e saúde, pode ser consultada em ARAÚJO, Marta Maria de. As pautas modernizadoras do governo de José Augusto. In.: *José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militantes*. p. 125-166.

tornar um homem digno de ser cidadão e patriota, de honrar o nome de Deus, da família e da nação”¹⁶¹.

O imponente Grupo Escolar “Antônio de Azevedo” dotava o espaço urbano de uma arquitetura moderna, sendo o imaginário do “progresso” e do “desenvolvimento” penetrado nas mentes dos administradores da pequena e distante dos grandes centros, Jardim do Seridó. Impulsionada pelos desejos de se construir espaços de sedução, a geografia urbana ganha novos atributos, monumentos, equipamentos e discursos que a legitimavam como uma cidade moderna, como a Veneza Seridoense, onde velhos cenários cediam lugar às outras construções, emprestando ares de “inovação” e de “refinamento”. Uma nova estética tomava conta das ruas e dos prédios, aquela que prezava pelo embelezamento.

Enquanto administrador, Heráclio Pires buscou projetar os espaços urbanos, materializando uma arquitetura cidadina constituída não somente de casas, igrejas, mas também de prédios públicos amplos e grandiosos, a exemplo do Açougue, do Mercado remodelado, do Grupo Escolar “Antônio de Azevedo” e implantando um emaranhado de práticas que buscavam compor o espaço citadino de forma cada vez mais conectada com os padrões da modernidade.

Desse modo, a criação de espaços de sociabilidades surgia como uma necessidade aclamada por uma parte da população urbana, ansiosa por novos espaços e práticas destinadas à diversão e à recreação. Esses espaços sociais congregavam uma parcela significativa da sociedade, que compartilhava os mesmos desejos e anseios. O “Gremio Litterário e Recreativo Jardimense”, fundado em 13 de maio de 1914, era um estabelecimento destinado à sociabilidade na cidade.

Motivada pelo jovem Heráclio Pires Fernandes, a mocidade jardimense, dentre seus componentes: Lecarião José da Silva, Francisco Auto de Oliveira, Francisco Thelemon da Cunha, Antônio Antídio de Azevedo, João Antônio Finizola, Raimundo Azevedo Morais, João Antônio de Medeiros e José Theodoro de Araújo, figuraram como fundadores do novo Clube Social da cidade, que tinha por objetivo o

¹⁶¹ OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Op. Cit.* p. 65.

“soerguimento de nossa terra do marasmo em que ella tem jazido, sob o ponto de vista litterario e recreativo”¹⁶².

Participaram no início desta sociedade recreativa apenas rapazes, embora os senhores de idade avançada também pudessem participar em ocasiões esporádicas. Com relação às moças e senhoras, só entravam nas noites de “soirés” e dramas. Posteriormente, elas foram admitidas a freqüentar as reuniões da associação, com direito a voto e participação nos debates. Para serem admitidos no Grêmio, os jovens deveriam ser indicados por um membro mais antigo, serem aceitos pelos demais participantes e pagarem a contribuição de 2 mil réis de mensalidade, além de 5 mil réis de entrada, pagas de uma vez só. Estas contribuições cobradas a cada membro demonstram que não era todo mundo que poderia participar da associação, mas apenas uma parcela da sociedade.

O Grêmio constituía um espaço de diversão da alta sociedade jardinense, uma vez que o acesso era exclusivo da população que poderia pagar o seu ingresso. Assim, o clube recreativo reunia uma parcela privilegiada dos membros da sociedade que compartilhavam do mesmo convívio, abstendo-se da convivência com as camadas menos favorecidas material e intelectualmente.

Muitos dos rapazes que frequentavam as reuniões e festas sociais e culturais do Grêmio encaminharam-se, posteriormente, para a política, substituindo os velhos coronéis do tempo do Império. Esta nova geração de políticos assumia a posição republicana por formação. O idealizador e presidente do *Grêmio Litterario e Recreativo Jardinense*, Heráclio Pires Fernandes, assumiu, em 1917, a presidência da Intendência Municipal de Jardim do Seridó, permanecendo no cargo até 1930. O 1º vice-presidente da associação recreativa, o senhor Lecarião José da Silva, também militou na política, na segunda década do século XX, sendo eleito Intendente. A lista de Intendentes que formavam o Conselho Municipal é, toda ela, composta por antigos membros do Clube Social criado em 1914.

O *Grêmio Litterario e Recreativo Jardinense* funcionava em um prédio alugado ao valor de 10 mil réis, pertencente aos sócios efetivos José Theodoro de Araújo e João Antônio de Medeiros. O prédio foi adaptado através de um traçado de

¹⁶² Acta da reunião dos sócios fundadores do Grêmio Litterario e Recreativo Jardinense. *Livro de Actas do Grêmio Litterario e Recreativo Jardinense (1914 – 1917)*.

plano elaborado pelo presidente Heráclio Pires Fernandes e compreendia uma biblioteca, onde poderiam ser encontradas as seguintes obras: uma coleção da revista “Fon – Fon”, uma coleção da revista “O Malho”, um exemplar do livro “Dom Casmurro”, “Esahú e Jacob”, “Quincas Borba”, “Memorial de Ayres”, “Mares e Campos”, “Iaiá Garcia”, “O Guarany”, “Iracema”, História do Brasil, antiga, em 3 volumes, além de uma coleção completa da “Bibliotheca Internacional”¹⁶³. O prédio possuía ainda uma sala de honra para reuniões e sala de diversão. Porém, as festas e comemorações especiais eram realizadas no Salão de Honra do Paço Municipal, prédio onde funcionava a Intendência Municipal e a Cadeia Pública.

Esta sociedade se reunia, mensalmente, de forma ordinária, e em ocasiões especiais para comemorações, como o Dia da Libertação dos Escravos, Proclamação da República, Descobrimento da América, Dia da Independência, dentre outras. Além disto, diariamente promovia aulas de Inglês e Francês para os sócios efetivos, ensinadas pelo professor Gilberto Cunha.

Os espaços do Grêmio eram utilizados para diversas práticas, tais como: a recreação, com diversão para a mocidade, sobretudo quando da realização das festas, geralmente regadas a copos abundantes de cerveja, passando pela leitura diária de um bom livro da biblioteca, a troca de conhecimento e informação e até jogos de diversão. A implantação deste espaço de sociabilidade, para uma parcela da sociedade, significava, um avanço, do ponto de vista recreativo e literário; uma forma de erguer a cultura da cidade, diante do “marasmo em que ella tem jazido”. Seus freqüentadores acreditavam que estavam caminhando em direção ao “progresso” intelectual.

O *Gremio Litterario e Recreativo Jardimense* atuou como principal aglutinador cultural e intelectual da cidade de Jardim do Seridó, no período de 1914 até 1917, quando encerrou suas atividades e foi desfeita a estrutura material da associação. Este estabelecimento recreativo foi mantido até 1917, quando já se iniciava uma expansão da vida social para outras atividades e práticas. Em 1919, a alta sociedade jardimense se reunia, por volta das 19 horas da segunda-feira, dia 23

¹⁶³ Actas da sétima sessão de assembléia geral do “Gremio Litterario Recreativo Jardimense”. In.: *Op. Cit.*

de junho, para a fundação de uma nova associação que renovaria a cultura local. Tratava-se da inauguração da Banda Musical “Euterpe Jardinense”.

Segundo o jornal *O Município*, a fundação desta sociedade musical aconteceu no salão de honra da Intendência Municipal e foi prestigiada pelos “socios effectivos da referida Banda Musical e grande número de pessoas de destaque em nosso meio social, com suas exm.as famílias”¹⁶⁴. O evento iniciou às 19 horas e se prolongou até as 24 horas, tendo os jovens cavalheiros improvisado uma “soirée”, ao som da Banda Musical que ora se organizava na cidade.

A diretoria da nova sociedade musical foi confiada a Heráclio Pires Fernandes, que assumiu a Presidência, Pedro Isidro como Secretário e José do Patrocínio como Tesoureiro. À frente da Banda ficou o professor João Aprígio, mestre da música e, como seu imediato substituto, o moço José do Patrocínio, como contra-mestre. O jornal *O Município*, em edição de 27 de junho de 1919, elencou diversos elogios à nova iniciativa da mocidade local:

Fazemos votos pelo progresso do feliz empreendimento da mocidade de nossa terra e aplaudimos a patriótica e desinteressada iniciativa dos que souberam levar avante a feliz ideia, salientando o esforço do Revmo Vigário da Freguesia e a boa vontade dos illustres cavalheiros João Aprígio e José do Patrocínio, a quem devemos, em grande parte, o importante melhoramento que é a reorganização da Banda Musical “Euterpe Jardinense”¹⁶⁵.

O autor da matéria acima se regozija com a feliz iniciativa da mocidade jardinense em reorganizar a Banda Musical da cidade. Em Jardim do Seridó, existiu, no passado, uma antiga organização musical, denominada *Sociedade Musical da Villa Conceição*, criada em 1858. Porém, nas primeiras décadas do século XX, esta sociedade musical não atuava mais. Os jovens cavalheiros da cidade, de 1919, mobilizaram a vida social com diversas atividades recreativas. A existência de uma sociedade musical significava animação, não somente das festas religiosas, mas da vida social, com a realização de “soirées” e festas dançantes em outras ocasiões, para além do calendário religioso.

¹⁶⁴ BANDA Musical Euterpe Jardinense. *O Município*. Jardim do Seridó, 27 de jun. 1919, p. 1.

¹⁶⁵ BANDA Musical Euterpe Jardinense. *Op. Cit.*

A Banda Musical “Euterpe Jardinense” animava os eventos cívicos e as festas sociais patrocinadas pela Intendência Municipal. Aqueles jovens acreditavam estarem dando um novo passo rumo ao caminho do “progresso” e dos padrões de elegância. Os bailes animados pela referida banda prezavam por um repertório, cujos ritmos diferem, consideravelmente, das tradicionais sanfonas e violas que animavam as festas das camadas pobres. Os ritmos da nova sociedade musical eram constituídos de valsas, dobrados e marchas, enquanto que os populares se divertiam com os “sambas”¹⁶⁶, sinônimo de festa do povo.

A Banda costumava-se apresentar no salão de honra da Intendência Municipal, onde eram realizadas as festas dançantes para a alta sociedade jardinense. Mas, a associação musical também participava de eventos nos espaços públicos, como as procissões religiosas e os desfiles cívicos. Nesses eventos, todas as pessoas poderiam participar, desde os intendentess, o clero e as demais autoridades civis e militares, até o povo simples, mendigos e passantes, que encontravam sempre disposição para se fazerem presentes.

A partir do final da década de 1920, os eventos sociais na cidade de Jardim do Seridó, antes realizados em espaços fechados, ganham as dimensões das ruas. Em 1922, a Intendência Municipal elaborou uma extensa programação de Comemoração do 1º Centenário da Independência Política da Nação Brasileira. A programação cívica obedeceu às seguintes festividades:

6 horas da manha hasteamento solenne da bandeira nacional na fachada do edifício desta Intendência, acompanhado pelo hynno nacional executado e cantado pela Banda Musical e pelos alunos das escolas municipaes, com assistência da força pública e povo em geral, fazendo-se ouvir por esta ocasião diversos oradores populares, seguindo-se outros festejos. Às 15 horas, reunião extraordinária da Intendência Municipal commemorativa da data, e telegramma congratulatória ao Ex.mo Governador do Estado. Às 17 horas passeiata cívica popular e arriamento da Bandeira com as formalidades do estylo¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Ver: ARRAIS, Raimundo. *Recife, Cultura e Confrontos: as camadas urbanas na campanha Salvacionista de 1911*, 1998.

¹⁶⁷ Acta da Sessão Extraordinário da Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas - 1922*. Jardim do Seridó, 07 de set. de 1922.

Embora a Sessão Extraordinária da Intendência tenha acontecido em um espaço fechado, reunindo um número reduzido de convidados e obedecendo às formalidades exigidas para a ocasião, as demais atividades comemorativas foram desenvolvidas no espaço público, tais como: as ruas por onde passaram o desfile cívico e o adro da sede da Intendência. A programação chama a atenção pelo envolvimento da população, independente das condições sociais, inclusive a passeata cívica tinha um caráter popular, envolvendo os alunos das escolas municipais e a população em geral.

A inserção do povo na sociabilidade da cidade, conforme observado na programação de Comemoração do Centenário da Independência do Brasil, pode ser constatada ainda pela ideia surgida neste evento de ser construído um Coreto como marca desta festividade e como novo espaço de sociabilidade para a população. Na ata da Sessão Extraordinária, o presidente da Intendência Heráclio Pires Fernandes declarou que:

Desejava tomar a iniciativa de construção de uma obra material que perpetuasse a participação do Governo Municipal nos festejos do primeiro Centenário da Independência, ficando resolvido a construção de um coreto em uma das praças desta Cidade, como para comemorar a referida data¹⁶⁸.

Mais do que uma obra material, o coreto significava para a população um local de diversão que embelezava o espaço público jardinense, ao lado da arborização, da iluminação elétrica e da limpeza anual das fachadas das residências. O novo local de sociabilidade da cidade foi edificado ao lado da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em frente ao Açougue Público, bem como diante do Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”.

Local central, para onde convergiam diversas práticas de socialização, o coreto era palco de múltiplos interesses e desejos. Diversos eventos eram realizados neste local, desde os desfiles cívicos, passando pelos atos políticos e religiosos, até os encontros sociais e culturais. Para os homens e as mulheres que vivenciaram e visitaram a cidade de Jardim do Seridó, entre os anos de 1917 a

¹⁶⁸ Idem.

1930, o coreto era um espaço que reunia os mais variados sujeitos e uma multiplicidade de práticas e prazeres. Era um sinal de elegância ser fotografado no coreto, conforme as imagens seguintes:



coreto.

FIGURA 09: Mulheres posando para o fotografo nas escadarias do

FOTO: Photo Pires, [192-].

FONTE: Acervo particular do autor.



FIGURA 10: Mulheres posando para foto, tendo ao fundo o Coreto.
FOTO: Photo Pires, [192-].
FONTE: Acervo particular do autor.

De acordo com as imagens acima, observamos que, para serem fotografadas no coreto, as mulheres se preparavam, colocando a melhor roupa, as mais novas encontradas no comércio, os sapados mais elegantes e com os cabelos cuidadosamente penteados. Possivelmente se escolhia as tardes de domingo, quando a mocidade se “arrumava” para passear na Praça principal da cidade, aproveitando a ocasião para posar diante de uma câmera fotográfica.

Segundo José Nilton de Azevedo, o coreto era “muito bonito, onde a banda tocava e havia danças. Este coreto era torneado em madeira, contendo vidros de várias cores. Circundando-o, existiam pequenos canteiros em forma de polígono estrelado, cheios de plantas”¹⁶⁹. Nessa ótica, o coreto constituía um espaço de desejo e sedução, pela sua configuração bastante peculiar. Em ocasiões festivas, servia de palco para as retretas da Banda de Música “Euterpe Jardinense”, para a finalização de procissões, os desfiles cívicos das escolas custeadas pelo Município e pelo Estado, bem como local de danças e diversão da população.

¹⁶⁹ AZEVEDO, José Nilton de. *Op. Cit.* p. 196.

Neste capítulo, a análise das transformações urbanas da cidade de Jardim do Seridó, nas duas primeiras décadas do século XX, possibilitou perceber os caminhos trilhados na construção de espaços públicos que emergiram a partir de novas necessidades. A edificação do Açougue para comercialização de carnes, a remodelação do Mercado onde eram realizadas as feiras, a criação do novo prédio do Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, bem como a arborização, limpeza e iluminação das ruas e das residências, são fatos alicerçados em enunciados como higiene e estética. Seus idealizadores acreditavam estarem conduzindo a cidade rumo ao “progresso” e à “civilização”.

Percebemos nas crônicas do jornal *O Município* uma tentativa de tornar o espaço citadino objeto de sedução, onde Jardim do Seridó seria reconhecida como a “Veneza Seridoense”. Ideais como “progresso”, “desenvolvimento” e “civilização” estavam presentes nas crônicas das ações administrativas; uma forma de seduzir os leitores. Não só a cidade era construída para seduzir, com a chegada dos signos do progresso, mas as ruas e as lojas comerciais também apresentavam produtos que passaram a fazer parte do suprimento das novas necessidades de uma parcela da sociedade, desejosa dos ideais de “progresso” e modernização. Os espaços públicos estavam passando por um processo de transformação, porém as mudanças foram observadas de forma ambígua pela população, como será analisado no próximo capítulo.

Capítulo Terceiro:
**Entre o Novo e o Velho: A construção
de uma outra Jardim do Seridó nas
crônicas jornalísticas**

Terceiro Capítulo

ENTRE O NOVO E O VELHO: a construção de uma outra Jardim do Seridó nas crônicas jornalísticas

No Brasil, as décadas iniciais do século XX foram marcadas pelas mudanças efetivadas em diversos ramos da vida cotidiana. Na área política, tivemos a substituição do Império pela República e a mudança na forma administrativa e política. Porém, se na capital brasileira a população não teve participação no movimento que culminou com a proclamação da República¹⁷⁰, menos ainda ocorreu no restante do país. Em Jardim do Seridó, para se ter uma ideia, os senhores vereadores “eleitos” no período Imperial, só aderiram ao movimento que estava acontecendo no país, em 1º de dezembro de 1889, quando, em sessão extraordinária, o presidente Remígio Álvares da Nóbrega, convocou os demais vereadores com:

O fim de communicar a transformação publica por que passou o paiz, no dia 15 de Novembro passado e que parecendo-lhe que o Município participava dos sentimentos de que se achava possuido elle Presidente, propunha que na presente acta se declarasse que o Município adheria a forma de Governo Republicano¹⁷¹.

Constituída pelos senhores vereadores: Remígio Álvares da Nóbrega, presidente do legislativo, José Barbosa Teixeira, José Isaias de Medeiros, Manoel Francisco de Azevedo, Manoel Francisco dos Santos e Antônio Manoel do Nascimento, a Câmara Municipal de Jardim do Seridó, às 3 horas da tarde, recebeu em seu “Paço”, local onde eram realizadas as sessões, também chamada de Casa de Câmara e Cadeia Pública, o senhor juiz de direito da Comarca Dr. Manoel José Fernandes,

¹⁷⁰ Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi, 1987.*

¹⁷¹ Acta da Sessão Extraordinária de 1º de dezembro de 1889. Livro de Actas da Câmara Municipal de Jardim do Seridó. 1889, p. 81v.

O q.l. exibindo um telegrama datado de 17 de Novembro próximo passado, disse que havia recebido comunicado de haver sido organizado um Governo provisório da Republica do Estado do Rio Grande do Norte, na pessoa do Ex.mo presidente Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, e que portanto communicava esse acontecimento ao qual adheria, digo adheria a nova forma de Governo e proclamava o Governo Republicano, depois do que disse algumas palavras congratulatorias concluído por dois vivas a República do que foi entusiasticamente applaudido¹⁷².

A República foi proclamada na cidade de Jardim do Seridó quinze dias depois, em sessão promovida pelos vereadores, contando com a presença de mais 29 cidadãos jardinenses, que compareceram ao ato público, assinando a ata da sessão extraordinária. Apesar da não participação da grande maioria da população nas questões políticas que culminaram com a proclamação da Republica, seja em nível da capital federal ou mesmo nas cidades do interior, o novo governo trouxe mudanças e transformações que afetaram a vida cotidiana da população.

Neste capítulo, investigaremos os conflitos e ambiguidades que o processo de transformação dos espaços públicos provocou no cotidiano das pessoas, no início do século XX, tendo sido marcado por inúmeras mudanças políticas, arquitetônicas e econômicas. A República substituiu as Câmaras de Vereadores pelas Intendências Municipais. Mais do que mudanças de nomes, a nova instituição municipal implantou um sistema de atuação mais próximo da população. Para Renato Marinho Brandão Santos, a Intendência:

foi uma instituição constituída no início do regime republicano, acompanhando um movimento que se inicia nesse país com a queda da Monarquia, o qual derruba as antigas Câmaras Municipais, de acordo com o discurso republicano, e institui os Conselhos de Intendência, norteados, ao menos em tese, pelo princípio da autonomia municipal expresso na primeira constituição republicana, de 1891¹⁷³.

¹⁷² Acta da Sessão Extraordinária de 1º de dezembro de 1889. *Livro de Actas da Câmara Municipal de Jardim do Seridó - 1889*, p. 81v.

¹⁷³ SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Natal, Outra Cidade!:* O papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929), p. 10.

Assim como na área política, a economia também apresentou mudanças, nas primeiras décadas do século XX. A região Seridó vivenciou um momento de crescimento proveniente da produção algodoeira que se consolidou como uma importante atividade, embora as secas de 1915 e 1919 tenham promovido um período de “flagelo” para as populações pobres. No plano estadual, a administração pública estava nas mãos do sistema político do Seridó, liderado pelos governadores José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, representantes da oligarquia algodoeira e porta-vozes de uma política de beneficiamento da classe produtora¹⁷⁴.

Inserida nesse contexto, Jardim do Seridó, a partir de 1917, era administrada pelo farmacêutico Heráclio Pires Fernandes, que transformou os espaços públicos através de toda uma diversidade de construção de estradas, ponte, coreto, açougue, remodelação do mercado, construção do grupo escolar, nomeação, numeração, arborização e calçamentos de ruas e logradouros públicos, iluminação elétrica, limpeza das residências e prédios públicos. A cidade passa também a contar com um comércio diversificado, clube dançante, banda de música, correios, telégrafo e automóveis.

No período de 1917 a 1919, circulou em Jardim do Seridó o jornal *O Município*, que era apresentado como “independente e noticioso”, embora atuasse como porta-voz da administração municipal, divulgando e justificando as ações da Intendência em suas várias áreas de atuação. Este jornal pode ser identificado como Republicano e preocupado em apresentar a cidade como inserida no processo de modernização em voga nas principais cidades brasileiras. As transformações nos espaços públicos da cidade de Jardim do Seridó eram divulgadas como símbolos do “progresso” e “civilização” no sertão e a cidade seria conhecida como a “Veneza Seridoense”.

Através da coluna “*Cartas de um velho*”, do jornal *O Município*, podemos observar uma outra leitura acerca das novidades do tempo presente que estavam se processando na cidade de Jardim do Seridó e em seus distritos municipais. Escrita por um autor anônimo, pseudo-denominado Caetano Zacarias, essas cartas

¹⁷⁴ MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A Penúltima Versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*, 2005 e LINDOSO, José A. Spinelli. *Da Oligarquia Maranhão à Política do Seridó: o Rio Grande do Norte na Velha República*, 1992.

relatavam cenas de um cotidiano em mutação e podem ser encaradas como um gênero literário que trazia informações sobre o cotidiano da cidade, muito próximo à crônica jornalística. Para Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto, a crônica jornalística é marcada pela junção entre a linguagem literária e a coloquial, onde o cronista da vida urbana se atém a refletir em torno de cenas cotidianas banais, redimensionando as experiências, seu próprio *lócus* e as pessoas que o rodeiam, dotando-as daquilo que de mais humano possam carregar¹⁷⁵.

As cartas de Caetano Zacarias são escritas em uma linguagem matuta, num estilo coloquial, onde o autor relata as transformações urbanas e as ideias que circulavam entre a população citadiana. Essas cenas são descritas de forma cômica e risível. Um personagem conservador e tradicionalista, mas sensível às novidades e às mudanças que estavam acontecendo em Jardim do Seridó e região. Sua escrita se caracteriza com o que Antônio Candido diz com relação às crônicas jornalísticas “(...) perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão¹⁷⁶”. Assim, as cartas são memórias e experiências de cenas que circulavam pelas ruas e praças da cidade. Em algumas delas, eram uma leitura das mudanças políticas da República, com suas leis e decretos afetando o cotidiano do povo, como escreveu Caetano Zacarias em uma das suas cartas:

Desde a maldita hora em que inventaram esta tal de república no nosso Brazil velho, que os homens parece que perderam a cabeça de verdade, pois, a gente vê cada uma que fica se benzendo. Ou os homens perderam a cabeça, ou então quem está governando é esta rapazeada nova de bigode rapado que é gente da minha quizila¹⁷⁷.

Assim como a República, outras mudanças também foram alvo das críticas deste autor, como: a velocidade dos transportes motorizados, o telégrafo como forma de comunicação, as posturas criadas pela Intendência, a chegada da Comarca, dentre outras. Acompanhar a sensibilidade deste escritor de cartas em perceber o contexto de mudanças e transformações nos espaços públicos da cidade

¹⁷⁵ SOBRINHO NETO, Joachin de Melo. *Uma outra face da Belle époque carioca: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto*, 2010.

¹⁷⁶ CANDIDO, Antônio [et. al.]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, p. 12.

¹⁷⁷ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 06 de junho de 1918, p. 3.

de Jardim do Seridó consiste no objetivo do presente capítulo. Uma análise da construção de uma outra cidade, para além daquela pensada, planejada e edificada pela Intendência Municipal e pela elite intelectual jardinense.

Caetano Zacarias utiliza a carta como forma de comunicação, num tempo em que o telégrafo, recurso implantado em Jardim do Seridó desde 1916, atuava como meio de circulação e divulgação dos acontecimentos. Nessas cartas, endereçadas à redação do jornal *O Município*, encontramos o relato das viagens empreendidas pelo personagem Caetano Zacarias, que se apresentava como um velho, matuto e semi-analfabeto. O autor recompõe, em forma de crônica, as viagens às diversas localidades que formavam o município de Jardim do Seridó, que, nas primeiras décadas do século XX, abrangia também os distritos municipais de Parelhas, Periquito (atual Equador), Santana (hoje, do Seridó), Espírito Santo (atual Ouro Branco) e São José da Bonita (hoje, do Seridó).

As cartas de Caetano Zacarias constituem relatos das transformações, bem como as reações às mudanças, onde o próprio autor se apresenta como um sujeito tradicionalista, que resistia às inovações da construção dos espaços públicos jardinenses. Como um exemplo das resistências às mudanças, a cidade de Jardim do Seridó aparece nas cartas do velho Caetano com a antiga denominação de Conceição do Azevedo, nome pelo qual a cidade era conhecida desde a sua fundação até a emancipação política, em 1858, quando passou a ser denominada de Villa do Jardim e, posteriormente, cidade de Jardim do Seridó.

Caetano Zacarias cria um personagem que encarna uma espécie de “oposição” às mudanças. Uma “oposição” preocupada com assuntos banais e que se conforma perante as determinações da Intendência. Mais do que uma cidade transformada em sua materialidade urbana, concreta, visual, real, suas cartas constituem o reduto de uma sensibilidade em representar a cidade através de uma escrita matuta, conservadora, tradicional. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, as crônicas são capazes de construir “cidades imaginárias”, que a representavam, no todo ou em parte, fosse ainda pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitavam. Para esta autora,

tais representações foram e são capazes de até mesmo se imporem como as “verdadeiras”, as “reais”, as “concretas” cidades em que vivemos. Afinal, que chamamos de “mundo real” é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma¹⁷⁸.

Mais do que formadas por pedra, tijolos e cal, as cidades concretas, presentes nas crônicas jornalísticas, corresponderam a outras tantas “cidades invisíveis¹⁷⁹”, conforme aponta Italo Calvino. Para Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto, “o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos¹⁸⁰”.

Nesta óptica, pensamos as cartas de Caetano Zacarias como construtoras de “cidades imaginárias”, uma outra Jardim do Seridó. Tais narrativas, mesmo comprometidas com os relatos históricos, problemas políticos, as relações sociais, os acontecimentos do dia-a-dia e uma infinidade de assuntos que faziam parte do cotidiano urbano, eram escritas em uma linguagem extremamente popular, mas que prendia a atenção do leitor. Geralmente são relatos de viagens, acontecimentos concretos que ganhavam uma linguagem cômica de um personagem preso aos costumes e tradições. Elas permitiam compreender a cidade a partir de uma outra lógica, para além da realidade desejada pelos governantes.

As viagens empreendidas por Caetano Zacarias são narradas de forma hilariante, caracterizando os espaços, apontando para as diferenças entre as localidades, os seus aspectos cotidianos, as artes de fazer dos seus moradores e as ideias que circulavam entre as populações. Assuntos como a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial foram destaques nas “Cartas de um Velho”, primordialmente a convocação da população para o alistamento militar.

Em Jardim do Seridó, a Junta de Alistamento Militar que convocava os jovens para servir ao Exército Brasileiro, representado pelo 4º Batalhão de Caçadores da capital do Estado, era presidida pelo Intendente Heráclio Pires

¹⁷⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In.: *Revista Brasileira de História*, 2007.

¹⁷⁹ CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*, 1990.

¹⁸⁰ SOBRINHO NETO, Joachin de Melo. *Op. Cit.*, 2010.

Fernandes. O jornal *O Município* publicava mensalmente a relação dos sorteados que deveriam se apresentar no serviço militar, seja através dos editais de convocação com a lista dos nomes dos jovens, seja através de crônicas que relatavam a importância do chamado da nação.

Segundo José Murilo de Carvalho, as Forças Armadas passaram por um processo de transformação nas formas de ingresso na vida militar, durante o contexto da República Velha, antes confiada à Guarda Nacional, cujo critério de ingresso era a origem social dos oficiais. Para este autor, somente a partir de 1918 é que foi institucionalizada a lei do sorteio militar. A partir de então, integrantes de diversas classes sociais circularam pelas duas Forças, modificando gradativamente seu nível social¹⁸¹.

Com o título *Aos Sorteados*, a edição de número 16, de 28 de fevereiro de 1918, apresentava aos jovens jardinenses o significado em preencher os quadros do Exército Brasileiro. “Ide! Atendei ao chamado da Nação, que foi feito pelo Sorteio Militar, e preenchei os claros de nosso glorioso Exército!”. A crônica de Arthur Ribeiro constitui uma narrativa acerca do sentimento de partida destes jovens que deixavam a terra natal para servir a uma causa coletiva, a pátria. Mesmo perante o sentimento de despedida, de incertezas, de lágrimas derramadas pela cidade, pelas mães, pelas noivas, o autor conclama: “parti sem hesitações e sem desânimos Mocidade brilhante de minha terra!”, pois “ide representar esta nossa amada e inesquecível greba terráquea de recordações tão cara para vós, no seio do Exército e nos centros cultos da alta sociedade de nosso paiz¹⁸²”.

O alistamento militar é narrado nas Cartas do velho Caetano a partir de outros referenciais, como o temor provocado entre os jovens. Para este cronista, a divulgação da convocação militar provocava o medo na rapaziada, levando-os a fugirem para as serras e povoações mais distantes, sobretudo, porque circulava a notícia da participação do Brasil na guerra:

¹⁸¹ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*, 2005.

¹⁸² RIBEIRO, Arthur. *Aos Sorteados. O Município. Jardim do Seridó*, 28 de fevereiro de 1918, p. 3.

Mudando de assumpto, peço que mande me dizer que história de sorteio é uma que anda por aqui se dizendo que os rapazes vão ser rifados a moda bode, para irem para a guerra.

Já tem muito rapaz amoitado nestes pés de serra, e aqui há poucos dias estourou um moço vindo das bandas do Pôço do Negro e parecendo que andava a procura de uma loca de pedra mais escondida para ir passar uma temporada mais descansado, que a coisa na Conceição estava feia de verdade.

Disse mais o Governo do nosso Rio Grande tinha pegado em guerra com o Japão e queria 500 homens para arrazar aquelles amarells e que na Conceição já estavam fazendo um rapa na rapazeada para este fim¹⁸³.

As notícias de convocação do alistamento militar eram divulgadas através da imprensa local, sendo os boatos da guerra registrados por Caetano Zacarias, de forma distorcida, ou, pelo menos, esta era a leitura que o personagem das crônicas fazia dos últimos acontecimentos que mobilizavam a população jardimense. As notícias da guerra eram divulgadas entre os habitantes de Jardim do Seridó através de um outro sentido, em virtude das distâncias e das precárias comunicações. Como um personagem astucioso, o velho autor de cartas desconfiava de tudo, inclusive das notícias da participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, pois “fiquei logo de orelha em pé com esta história a qual me parece não esta certa, pois, apesar de estar meio esquecido, penso que esse tal de Japão ainda fica para lá do Piahy”. Se para Caetano Zacarias a história da guerra era conversa mentirosa em virtude da localização geográfica do Japão ser para “lá do Piahy”, quanto mais se ele soubesse que o Japão era outro país e estava localizado em outro continente.

Diferente das crônicas que estimulavam a rapaziada a procurar o serviço do alistamento militar no município, preenchendo o número das fileiras do Exército a participar da guerra, defendendo a pátria, o cronista Caetano relata a situação de fuga de alguns sujeitos pelos sítios e fazendas, a fugir desta convocação. Para ele, “se quiserem brigar venham cá e não eu que vá para fora dos meus pastos acordar o diabo que está dormindo¹⁸⁴”.

Interessante o processo de “falseamento” e “distorção” da realidade promovido pelo velho autor de cartas, apontando para o excesso imaginativo popular na divulgação das informações, recriando outros espaços e dotando as notícias de

¹⁸³ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 28 de fevereiro de 1918, p. 2.

¹⁸⁴ CARTAS DE UM VELHO. *Op. Cit.*

elementos poéticos e ficcionais. Essas cartas se aproximam das crônicas desenvolvidas no Brasil pela imprensa jornalística nas décadas iniciais do século XX, cujo objetivo não era a mera reprodução dos fatos, mas a criação irônica dos mesmos. Para Regina Rossetti e Herom Vargas, este estilo narrativo “usa recursos próprios da literatura para expressar-se: diálogos, alegorias, versos, personagens típicos, metáforas, analogias¹⁸⁵. E acrescenta, “a crônica é um olhar diferente e fragmentário do real que não ambiciona a totalidade dos fatos, como uma fotografia do real que capta poeticamente o instante, dando a ele uma dimensão de eternidade¹⁸⁶”.

É no sentido da recriação que o velho Caetano vai narrando os acontecimentos e as ideias que circulavam entre os jardimense, acerca das notícias da guerra e de outras informações vindas do exterior. Vejamos:

Andam dizendo aqui que os taes Allemão inventaram uma lei que todo homem tem de cazar com quantas mulheres quizer, mesmo já sendo casado, e que a tal lei improhíbe casamento de moço com moça, que os rapazes casam com as velhas e as moças tem de se agüentar com os velhos, ou então ficam solteiras. Agora é que é chegada a ocasião de comadre Maria Paulina se aproveitar e embarcar nesta canoa. Dizem que esta lei é dos Allemão, mas, aqui estão cochichando que ella vem também para nós, e por isto o povo está pegando fogo e as mulheres estão asselerando o Filipe¹⁸⁷.

O autor chama a atenção para a posição de desconhecimento por parte da população, mostrando que eles estavam alheios ao que se passa no mundo. O autor cria ironicamente acontecimentos banais acerca das leis e vivências dos outros países. E aponta para o temor causado por essas histórias cotidianas entre os populares, principalmente entre as mulheres. Inclusive a esposa do personagem, a Maricota, “já me intimou que se eu tivesse o desaforo de botar outro rabo de saia dentro de casa, a desgraça estava feita e satanaz vira mulambo¹⁸⁸”. O destaque dado por estas histórias nas crônicas mostra a liberdade de criação de fatos efetuada por este cronista. Criando e recriando histórias banais, este autor

¹⁸⁵ ROSSETTI, Regina & VARGAS, Herom. A recriação da realidade na crônica jornalística brasileira. In: *UNlrevista*, p. 7.

¹⁸⁶ ROSSETTI, Regina & VARGAS, Herom. *Op. Cit.*

¹⁸⁷ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 21 de setembro de 1918, p. 2.

¹⁸⁸ CARTAS DE UM VELHO. *Op. Cit.*

apresenta o contexto de uma sociedade curiosa em saber como eram os outros países, os outros estados e as outras cidades. Inventando espaços e exagerando em suas descrições, este autor faz surgir imagens de lugares imaginários, diferentes¹⁸⁹.

Seja lugares distantes ou mesmo próximos, as crônicas constroem metaforicamente as cidades, os povoados, as ruas e as ideias que circulavam no urbano. Na edição de número 13, de 26 de janeiro de 1918, o jornal *O Município* publicou na coluna “Cartas de um Velho”, um relato da viagem do autor ao distrito municipal de São José da Bonita, ligado à administração de Jardim do Seridó. Como já foi apontado, o espaço que correspondia a esse município era muito extenso, sendo criados pela Intendência os distritos municipais com o objetivo de facilitar a “marcha da arrecadação e da administração municipal”, conforme o Decreto de Número 34, de 20 de março de 1917. Para cada um dos distritos, era nomeado um Procurador, “pessoa de imediata confiança do Presidente da Intendência, e que obedecerá em tudo à legislação municipal¹⁹⁰”. O procurador era responsável por proceder à arrecadação de todos os impostos municipais no distrito de sua jurisdição e nas épocas determinadas pela Intendência, prestando conta pelas quantias arrecadadas e pelos quais responderia perante os tribunais, em caso de retenção e/ou de desvio.

O município de Jardim do Seridó teve o seu espaço dividido em quatro distritos, no início do ano de 1917: o da cidade, que tinha como procurador dos impostos o cidadão Horácio O. de Oliveira Azevedo, o de Parelhas, que tinha o senhor Joaquim Francisco de Araújo no cargo de arrecadação de impostos, o de Espírito Santo, arrecadado por Abnon Alves da Nóbrega e o de Periquito, com Francisco Rozendo Bulcão. A povoação de São José da Bonita, sede do quinto distrito, só foi instalada em novembro de 1917, com a criação de uma feira-livre. Em

¹⁸⁹ Uma discussão sobre cidades imaginárias pode ser encontrada na obra de Ítalo Calvino “Cidades Invisíveis”. Nesse texto, são descritas cenas da visita do viajante Marco Polo ao império mongol de Kublai Khan, ansioso em conhecer todo o seu reino, Polo descreve minuciosamente para o imperador as cidades por onde teria passado. São cidades, muralhas, bichos, brejos, cachoeiras, estatuas, cristais e uma profusão de elementos imaginários. Extrapolando fatos possíveis e imaginários, as narrativas de Marco Polo permitem a Ítalo Calvino despertar para a possibilidade de criação imaginária das cidades, para além de suas estruturas materiais. CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*, 1990.

¹⁹⁰ ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL SEVERINO RAMOS DE AZEVEDO. Livro nº 17: Leis e Decretos. Jardim do Seridó. 1891-1920.

carta de 26 de janeiro de 1918, Caetano Zacarias narra a viagem empreendida à nova povoação, relatando a questão do comércio, da feira livre e dos nomes das ruas da localidade, que ensaiava os primeiros passos na construção dos seus espaços públicos.

Quaisquer detalhes, por mais banais que fossem, constituíam fonte de informação para a criação das narrativas, embora muitas das informações dissessem respeito à realidade observada. Suas crônicas recompõem esses espaços de forma irônica e criativa, reconstruindo em forma de crônicas as experiências do dia-a-dia. Embora sendo um personagem com características conservadoras, estava atento às mudanças que estavam acontecendo na cidade de Jardim do Seridó e nos seus distritos municipais. Para Caetano Zacarias, a recém-criada povoação de São José apresentava características que chamavam a atenção das pessoas que a visitavam. Um dos aspectos específicos da povoação estava vinculado às formas de prisão, os nomes da feira e das ruas da localidade, narradas nos seguintes termos:

Outra cousa engraçada que vi lá, é o tronco que serve de prisão. Disem que quando o cabra toma aguardente fora da conta e começa a cuspir grosso, fallar difícil e diser desaforo, o remédio é só pegar no tronco e sacudir água fria em cima até a gata miar. Deus te livre!
 Outra cousa que me arripiou, é o nome de “fogosa” da feira. Fogósa não é nome que se diga, pois, até me parece que não é palavra lá muito aprovada...
 Os nomes das ruas são de arripiar cabelo, como rua do purgatório, rua da pá virada e outros mais.
 [...] Afinal, ao sahir fiz uma falla ao povo e mudei o nome das ruas para rua do Acary, a de seu Quinca Filippe, e rua do Caicó, a de Chico Pedro, e estes nomes tem que ser respeitados, e quem tiver coragem que se metta a mudal-os, pois, não estou disposto a dar risco para ninguém apagar¹⁹¹.

No contexto da administração de Heráclio Pires, marcada pelo discurso da modernização dos espaços urbanos, o nome das cidades, logradouros públicos e demais localidades deveriam estar em sintonia com as transformações do tempo presente, atualizados com o discurso moderno. Foi na gestão deste farmacêutico que as ruas e prédios da cidade de Jardim do Seridó receberam denominação e

¹⁹¹ CARTAS DE UM VELHO. In.: *O Município*. Jardim do Seridó, 26 de janeiro de 1918, p. 2.

numeração, através da Lei Nº 37, de 16 de julho de 1917. Heráclio Pires ainda renomeou os distritos de Periquito para Equador, pela Lei Nº 50, de 9 de maio de 1923 e de Espírito Santo para Ouro Branco, pela Lei Nº 43, de 10 de maio de 1920. Na crônica supracitada, percebemos um Caetano muito próximo ao discurso da administração, renomeando as ruas da povoação de São José, substituindo os nomes populares de Fogosa, Purgatório e Pá Virada, por denominações atualizadas com o tempo presente.

Nas primeiras décadas do século XX, a povoação de São José contava com poucos dias de fundação, com algumas edificações, uma feira livre realizada aos domingos, inaugurada em 04 de novembro de 1917 e um comércio em crescimento. Outro detalhe que chamou a atenção do autor das cartas era a “animação do povo, porque não se paga imposto nem tem fiscal para aborrecer”. Porém, esta situação estava começando a se modificar e o próprio Caetano Zacarias aproveitou esta viagem para examinar a povoação e apresentar ao presidente da Intendência notícias que poderiam beneficiar a administração pública, pois “seu Heraques, naquella leseira delle, assim mesmo, vai furando bem pois, o que elle quer é armar alli mais uma arapuca para pegar vintém para a intendência delle fazer figuração”.

Caetano apresenta em uma linguagem matuta o contexto de transformação da povoação de São José da Bonita em distrito municipal ligado à administração de Heráclio Pires Fernandes, que figura nas cartas com a denominação de “Seu Heraques”, numa referência à forma como os populares, de maneira estropiada, pronunciavam o nome do presidente da Intendência. A criação do distrito significava para o autor das cartas a implantação de impostos para a administração municipal poder realizar as construções e aparecer, enquanto uma instituição executora de obras.

Nota-se uma espécie de “oposição” cômica, através das falas do velho Caetano, ou pelo menos, esse era um estilo literário que fingia criticar as ações da Intendência Municipal. No jornal *O Município* há uma clara separação entre a linguagem séria do discurso da situação, apontando as transformações na estrutura da administração de Heráclio Pires Fernandes, com a construção de novas obras

arquitetônicas e demais ações da Intendência e a criação de uma pseudo-oposição presente nas falas banais do velho Caetano.

Para os redatores do referido jornal, a criação deste distrito municipal era uma solicitação dos próprios moradores das margens do rio São José. Segundo Heráclio Pires Fernandes, a ideia de criação de uma feira, passo importante para o crescimento da população, era uma necessidade e uma promessa dos governos antecessores, a qual ele estava colocando em prática, construindo uma latada em um local estrategicamente planejada para esse fim, com o objetivo de promover semanalmente, aos domingos, a feira livre¹⁹².

Após percorrer as estradas que ligavam a sede do município ao distrito de São José, passando pelos sítios e fazendas que o autor vai citando, juntamente com as histórias vivenciadas, Caetano Zacarias finalmente chegou à povoação de São José da Bonita, mas o principal atrativo da localidade, a feira, já havia terminado. Porém, as aventuras deste personagem estavam apenas começando. Tendo que matar a fome que o afligia, Caetano procura um hotel para almoçar. Lá, “o dono me admitiu que alli se pagava adiantado para não ter indigestão”. Esta informação aponta para as relações comerciais praticadas na localidade, no sentido de evitar que alguém se alimentasse e saísse sem efetuar o pagamento, sobretudo, com relação às pessoas estranhas. Caetano compara o local onde almoçou com o hotel de Biloca Panelada “onde comi uma vez para nunca mais”. Talvez esteja aí mais uma justificativa para o pagamento adiantado. O certo é que foi neste ambiente em que ele se alimentou de feijão, com corredor de boi e rapadura. Na sobremesa, se fartou de bananas, café e ainda mastigou “uns dois mil reis de bolo pé de moleque”, numa referência à culinária regional.

O objetivo da empreitada era comercializar “corrimboques”, (espécie de vasilha, feito de chifres de boi, utilizado para guardar fumo, pólvora, dentre outros produtos de consumo) na feira de São José. Vejamos a façanha vivenciada pelo velho Caetano:

¹⁹² POVOAÇÃO de São José. *O Município*. Jardim do Seridó, 6 de abril de 1918, p. 1.

Andava com os ditos [corrimboques] na mão quando chegou um pardavasco e prendeu todos, dizendo que era inspetor e que aquilo era arma proibida, porque os corrimboques tinham uma ponta comprida e fina, que assim costume faze-los porque a ponta serve para descoser surrão, esgravatar dentes e outras coisas e, nunca me empataram de vende-los nas outras feiras¹⁹³.

A proibição da comercialização dos “corrimboques” nas feiras, mais do que a aparência do objeto com uma “arma proibida”, estava relacionada às novas práticas comerciais que se estabeleciam com a criação da feira na povoação, quando foram nomeados fiscais que cobravam impostos para a Intendência Municipal. A função do inspetor era coibir quaisquer relações comerciais ilegais. Nesta crônica, Caetano aponta que as determinações da Intendência com relação à arrecadação dos impostos estavam sendo cumpridas pelo inspetor da feira, proibindo os vendedores ambulantes que não queriam proceder ao pagamento. Sua posição é de conformismo, com relação às determinações, pois “como a lei da terra é esta, calei-me”.

As feiras são, para o autor das cartas, um espaço propício às insurreições, às sedições. Por ser um local onde circulam diversas pessoas, as feiras constituem um palco para brigas e tumultos. Em uma publicação de setembro de 1918, o velho Caetano relembra o episódio do “quebra-quilo” que aconteceu em Jardim do Seridó, em 1875. O “quebra-quilo” constituiu uma revolta relacionada ao estabelecimento do sistema métrico decimal francês, em substituição aos antigos pesos e medidas utilizados nas transações comerciais. Para Matheus Silveira Guimaraes, “apesar de ter-se iniciado na pequena vila de Fagundes, próximo a Campina Grande, o movimento logo se espalhou por outras vilas e cidades, a ponto de atingir até outras províncias, como: Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte¹⁹⁴”.

O velho cronista utiliza-se do episódio da revolta do “quebra-quilo” para enfatizar a vitalidade dos homens do passado, que, para ele, não tinham medo das

¹⁹³ CARTAS DE UM VELHO. O *Município*. Jardim do Seridó, 21 de setembro de 1918, p. 2.

¹⁹⁴ Consultar GUIMARÃES, Matheus Silveira. O Homem deixou de ser a medida das coisas: o movimento do quebra-quilos na Paraíba (1874-1875). In. *Anphu*. Anais. Para este autor, “o movimento não tinha um líder. Havia sim grupos armados que invadiam cidades e vilarejos, quebrando os novos pesos e medidas, queimando arquivos, arrombando cadeias, libertando presos e enfrentando, algumas vezes, a polícia”.

autoridades, das leis e da justiça, resolvendo os problemas com as próprias mãos. Vejamos:

N'aquele tempo os homens tinham o sangue quente e quando inventaram o tal de kilo na Conceição, meu primo Alexandre mata-onça, do Joazeiro, que só a cara fazia cachorro suar, tão feia que era, reuniu o seu povo e entrou na Conceição velha tudo debaixo do cangaço e arrazou o que foi de peso de ferro que achou na feira e nos balcões.

[...] quando a tropa entrou na rua tinha uma força de linha e a frente estava um tal de Zé Rufino, que era o Juiz. Como doutor é bicho fraco para morrer que só galinha sura, quando o cujo viu a armação do pessoal e olhou para a bôcca dos bacamartes e viu o mantimento dentro, deu-lhe uma oira tão forte que só tornou no outro dia depois que lhe entupiram as ventas com dentes de alho e esfregaram as orelhas com cuspe de fumo.

Quando o tal doutor acordou, já o serviço estava feito e num instante elle achou um artigo na lei que absorveu todos, sem precisar de citação e nem de advogado¹⁹⁵.

Este episódio demonstra como as relações comerciais estavam passando por um momento de transformação na cidade, dentro de padrões modernizadores, que interferiam no cotidiano da população. As antigas medições dos produtos comercializados nas feiras estavam sendo substituídas pelos pesos, causando desconfiância na população acostumada com as antigas medidas. Neste sentido, as modificações dos velhos costumes pelos quais os vendedores e compradores estavam habituados a utilizar chamavam a atenção de Caetano Zacarias, mostrando, com isto, o viés conservador deste autor ao apresentar o elogio aos homens do passado, que faziam justiça com as próprias mãos.

As novas relações comerciais estabelecidas pela Intendência Municipal eram destaques constantes nas cartas do velho Caetano, sendo a feira um local onde aconteciam diversas resistências envolvendo os administradores, comerciantes e compradores, afinal, quaisquer modificações em suas formas de realização afetavam um número significativo de pessoas. Acontece que a implantação da República no Brasil e a criação das Intendências nas cidades

¹⁹⁵ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 21 de setembro de 1918, p. 2.

trouxeram como conseqüência novas formas de atuação para com as vivências urbanas, alvo das leis e posturas que disciplinavam as suas execuções.

As Intendências, que tinham atuações tanto executivas quanto legislativas e até judiciárias, disciplinavam os espaços públicos, através de posturas como a limpeza anual dos caminhos e estradas, a criação de impostos e multas e a nomeação de fiscais que observavam o cumprimento das leis. A legislação era uma prerrogativa de autonomia de cada Intendência, que poderia criar as suas próprias leis e posturas, desde que fossem aprovadas pelos seus membros. Para Renato Marinho Brandão Santos, o poder legislativo era uma das atribuições dos Conselhos de Intendência e a lei estadual dava a essa instituição liberdade para criar leis, sem a necessidade de que sua validade fosse confirmada por outros poderes, situação diferente da que ocorria nos tempos imperiais¹⁹⁶.

Com base nesta prerrogativa, Heráclio Pires Fernandes, expressou no relatório do primeiro ano da gestão que “ao assumir o Governo do Município, inteirar-me como era de meu dever, da sua legislação, e comparal-a com a dos Municípios do Estado¹⁹⁷”. Deste modo, a partir de 1917, a Intendência da cidade de Jardim do Seridó elaborou diversas leis e posturas que disciplinavam as vivências cidadinas, afetando diretamente o cotidiano da população.

Estas novas legislações atuavam em forma de resoluções, decretos e editais que definiam o que era permitido ou proibido de ser realizado pela população nos espaços públicos. Aqueles que não se adequavam às novas regras de comportamento eram multados, seja através do pagamento em valores financeiros, seja através da prisão dos infratores.

As cartas de Caetano Zacarias lançam um olhar crítico e cômico ao novo contexto de atuação da Intendência Municipal. Ganha destaque nestas cartas a forma como a administração atuava sobre os espaços públicos, através de leis e posturas. O autor apresenta o modo como as novas legislações afetavam o cotidiano da população jardinense. Em carta de 04 de julho de 1919, o mesmo autor apresenta a sua insatisfação perante as novas legislações que estavam sendo criadas, no sentido de disciplinar os espaços públicos, “ora, isto até parece

¹⁹⁶ SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Op. Cit.* p. 38.

¹⁹⁷ LEGISLAÇÃO DAS COMMUNAS. *O Município*. Jardim do Seridó, 30 de abril de 1918, p. 1.

brincadeira destes homens, porque este negócio de posturas me parece mais coisa de galinha de que de justiça¹⁹⁸.

Caetano apresentava as queixas com as inúmeras posturas que estavam sendo estabelecidas pela Intendência Municipal e que tornavam a vida urbana regida pela legislação da administração pública. Com base no livro 17 - “Decretos e Leis” - da Intendência de Jardim do Seridó, é possível traçar um perfil desta instituição nos diversos campos de atuação: a Lei nº 33, de 8 de março de 1917, regulariza a criação da Guarda Municipal para fazer cumprir as ordens emanadas do Presidente e do Conselho e auxiliar aos fiscais e demais empregados do município nas diligências que lhes forem ordenadas como polícia municipal. A Lei nº 34, de 20 de março, decreta a divisão do município em quatro procuradorias, com nomeação de procuradores responsáveis pela arrecadação dos impostos municipais, atuando com o “máximo zelo e atividade tendo em consideração a defesa dos interesses do município”. A Lei nº 35, de 7 de maio, implantou um serviço de limpeza pública permanente, conservando asseado e varrido todo o lixo ou imundices encontradas no perímetro urbano, sob pena de multa de 2 a 5 mil reis para os infratores. Pela Lei nº 36, de 7 de maio de 1917, foi dividido o município em distritos; pela Lei nº 37, de 16 de julho de 1917, a Intendência denominou e numerou as ruas e prédios da cidade, “tendo em consideração o progressivo aumento da mesma”, não esquecendo de apresentar no artigo 5º que “todo aquelle indeviduo que arrancar, borrar ou danificar as placas da numeração ou denominação das ruas e prédios, será multado em dez ou vinte mil reis (10\$000 á 20\$000) ou cinco á dez dias de prisão”.

A lei nº 38, de 16 de julho de 1917, determinava que fosse proibido a qualquer pessoa deixar abertas porteiras, denominadas – porteiras de bater – assentadas nas estradas públicas, em cercados particulares e roçados e que tais porteiras deviam ter dez palmos de larguras, no mínimo. Leis orçamentárias das receitas e despesas da Intendência; leis que regulamentam o patrimônio do município, do aforamento das terras urbanas, das mudanças de nomes dos distritos, da criação de novas ruas, da limpeza dos prédios encravados no perímetro urbano

¹⁹⁸ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 4 de julho de 1919, p. 04.

da cidade e povoações do município, da limpeza das estradas e caminhos de trânsito, dentre outras.

Eram tantas leis e posturas que o autor das cartas, que se diz morador da Povoação do Periquito, desconfiava se elas tinham sido criadas pela Intendência Municipal de Jardim do Seridó ou se era invenção do fiscal do distrito, Francisco Rozendo Bulcão, afinal, estavam sendo criadas legislações para os mais variados aspectos da vida cidadina.

Pela parte que me toca, não quero saber se as taes leis vieram dos homens do governo da Conceição ou foi mesmo da cabeça do meu compadre [fiscal], e vou respeitando o que ellas mandam fazer, certo de que, se ellas são da cachola delle mesmo, pode diser que são melhores de que as taes leis feitas pelos doutores que a gente mastiga e engole em caco sem entender¹⁹⁹.

Caetano Zacarias, apesar de estranhar algumas leis e posturas, afirma o dever em obedecer e cumprir as determinações. Portanto, mesmo apontando para profusão de leis criadas pela Intendência, no sentido de disciplinar as vivências cotidianas, este cronista não assume o papel de uma oposição, nem incita a sedição. É importante atentar para a função conformista do autor em reconhecer tais resoluções como boas e que devem ser obedecidas.

Como portador dos principais assuntos que estavam circulando entre os moradores da redondeza, o autor das cartas, em determinadas situações, assume uma posição crítica e, em outras, aponta para os benefícios que as legislações traziam para a população urbana. Vejamos sua posição a favor das posturas, nesta carta de 30 de março de 1918:

Sr. Redactor

Já que tão grande honra mim já dão, venho contar os acontecimentos novos daqui, e para falar com franqueza, a coisa aqui pelo Periquito vai de serra arriba.

Se tomar o freio no dente, pretendo descoser as orelhas de muita coisa que esta fora dos eixos, pois, recebo denuncia todos os dias e

¹⁹⁹ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 3 de março de 1918, p. 02.

até do nosso professor me fiseram um enredo que elle tem faiado uns dias de escola.

O nosso fiscal aqui é seu Zé Agripino, que hoje é meu compadre e tomou aos peitos endireitar esta terrinha, e assim, de vês em quando aprega um edital as portas da latada da feira disendo o rijume que a gente tem de seguir²⁰⁰.

A nomeação de fiscais em todos os distritos municipais foi uma estratégia do presidente da Intendência Heráclio Pires Fernandes, para garantir que as determinações estivessem sendo cumpridas em todo o vasto espaço que correspondia ao município de Jardim do Seridó. Para cada distrito, institucionalizado pela legislação municipal, foram nomeados fiscais que, além de responsáveis pela coleta dos impostos, atuavam no sentido de observar e fazer cumprir as determinações da Intendência. Segundo o chefe da municipalidade, “a criação de novas povoações nos pontos mais afastados e populosos das circunscrições municipaes, é medida que secundará a formação de outros núcleos de actividade administrativa, sempre proveitosa ao progresso em geral e ao desenvolvimento material, comercial e intellectual das populações vicinaes²⁰¹”.

O certo é que estavam sendo criadas legislações para disciplinar as diversas ações que deveriam ser cumpridas nos espaços públicos da sede da cidade e nos distritos municipais e os procuradores atuavam como fiscais dos cumprimentos das resoluções da gestão municipal. Estas posturas eram afixadas nas portas dos locais de maior circulação da população, para o conhecimento de todos, como nas latadas onde eram realizadas as feiras livres, nas diversas povoações que formavam o município de Jardim do Seridó. Na crônica de 30 de março de 1918, o velho Caetano aponta para as novas regras de comportamentos a serem observadas pelos habitantes para com os espaços públicos da cidade e distritos municipais. São resoluções sobre os trajés dos homens, sobre o consumo de bebidas alcoólicas, o uso de esporas, a criação de animais nas vias públicas. Observemos como o cronista analisa estas recomendações.

²⁰⁰ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 30 de março de 1918, p. 3.

²⁰¹ POVOAÇÃO de São José do Seridó. *O Município*. Jardim do Seridó. 06 de abril de 1918, p. 1.

Ainda há poucos dias o fiscal apregou uma lei dizendo que era improprio andar na rua de palito sem camisa ou de camisa sem palito, menos se estiver de ceroula. Esta é uma lei muito boa, que serve para civilizar a nossa terra para não ser como na Conceição que é um lugar grande mais eu nunca fui a feira lá que não visse compadre Abilio e seu Joaquim Soares das Marecas gritando na rua com a camisa por fora das calças, á moda uns mijão. Mas, no dia que eu for e levar o meu Zambéca satanaz vira mulambo mais elles tem de passar o panno ou por bem ou por mal.

Meu compadre apregou outra lei dizendo que quem tomasse aguardente fora da conta, era obrigado a ir curtir em sua casa, que a cabeça do povo não era curtume; apregou outra improprio andar na feira de espora, dizendo que feira não é barriga de jumento que precisa se catucar de vês em quando. Apregou agora uma lei nova dizendo que era improprio a criação de porcos, suínos, leitões, porcas, porquinho e porcalhões, na rua, sobre pena de mandar torrar todos, salvo os que forem ferrados e andarem de chocalho.

Acho que estas leis são até boas porque a nossa terra antes vai ficando civilizada, mas algumas pessoas tem arrepunado, dizendo que as taes leis são da cachola delle mesmo²⁰².

Estas posturas buscavam disciplinar os espaços públicos da cidade e dos distritos municipais com novas regras de comportamento que deveriam ser observadas pela população²⁰³. Elas eram vistas pelo cronista como formas de civilizar a população, o que mostra o velho Caetano como inserido nas regras modernizadoras da população, tão propagadas nas matérias do jornal *O Município*, conforme foi apontado no segundo capítulo desta dissertação. Neste sentido, as vivências urbanas ganhavam novas formas de comportamento como as maneiras de se vestirem e de se comportarem nas vias públicas.

Observa-se nestas posturas que a cidade, nas primeiras décadas do século XX, estava sendo construída em oposição ao mundo rural. Deste modo, a vida cidadina é disciplinada através da legislação municipal, coibindo práticas e costumes tradicionais e populares como: andar sem camisa, embriagar-se pelas ruas, soltar animais. A cidade edificada por estas posturas é construída em oposição ao estilo de vida rural, seja através das formas de vestimentas, seja na observância dos comportamentos. As vias públicas da cidade eram pensadas como espaços limpos, higiênicos e embelezados, livres da presença de imundices e de animais.

²⁰² CARTAS de um velho. *O Município*. Jardim do Seridó. 30 de março de 1918, p. 02

²⁰³ Uma discussão sobre os comportamentos e costumes nas sociedades modernas, consultar: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*, 1994.

Como um personagem astucioso, Caetano Zacarias não poupava palavras em suas cartas para elogiar o trabalho dos fiscais responsáveis pelo cumprimento das novas posturas, ao mesmo tempo em que denunciava as ações que não estavam sendo executadas a contento, como desejava o presidente da Intendência, “seu Heraques”, numa referência a Heráclio Pires Fernandes. Em carta de 20 de março de 1918, o autor apresenta uma denúncia contra o fiscal da Povoação do Espírito Santo, hoje Ouro Branco. Vejamos:

Agora mesmo, chegou um sujeito sacana das bandas do Espírito-Santo, dizendo que vinha fazer uma queixa a elle que não tinha fé no fiscal de lá que era molleque do seu Gelaso. A queixa é contra um corredor de seu Paulino Teteo e outro de Antônio Lorindo da Raposa, que são tão estreitos que indo uma carga e vindo outra, uma tem de voltar, e além de apertados, fiseram com o lado do ramo para o lado da estrada de modo que até morreu um jegue estrepado nas varas. Além disto, as estradas n’aquella redondesa não foram tratadas como manda a lei, como lá esta uma de seu Saturnino Roque que não foi roçada²⁰⁴.

Nesta denúncia, estão contidos os principais pontos relacionados à questão dos caminhos e estradas do município de Jardim do Seridó, alvo da atuação da Intendência, conforme foi discutido no primeiro capítulo desta dissertação. As estradas eram fiscalizadas pelos funcionários da administração pública, para evitar que fossem estreitadas, modificadas ou interrompidas. Além disso, era função dos proprietários dos sítios e fazendas por onde passavam as estradas públicas efetuar a limpeza anual. Na carta de 07 de julho de 1918, encontramos referência a esta postura, que vinha preocupando os moradores das comunidades rurais por onde passavam as estradas.

Aqui agora apareceu uma lei nova que seu Burcão apregou na porta da latada da feira, dizendo que quem tiver estradas ou caminhos em suas terras é obrigado a mandar destocar tudo até o fim do mez de Agosto, arrancando os velames e entupindo as barrocas, se não o cabra tem de pagar uma multa grande e ver a intendência mandar fazer o serviço por conta do dono da terra.

²⁰⁴ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de março de 1918.

Tendo o Zumbéca andado na Conceição, onde foi recolher o dinheiro de uns barbatão que descobriu no poder de um bargado lá do riacho da mucurana, ouviu mesmo seu Heraques dizer que este negocio de estrada este anno cabra tem de chiar como correira no fogo, e que ia desengongar a subida da serra dos quintos, as estradas do Espirito-Santo e uns suvacos de serra lá para as bandas das Parelhas, que não se pode andar nellas com tanto garrancho que tem. Disse mais que elle tinha dito que a estrada que não se limpasse e nem tivesse quem fallasse por ella, elle ia denunciar ao Governo como terreno devoluto, e o dono da terra perdia o direito de posse porque não a tratava²⁰⁵.

O Velho Caetano apresenta detalhes das formas de como as posturas municipais encontravam resistências por parte da população afetada pelas novas legislações criadas pela Intendência para disciplinar os espaços públicos. As determinações nem sempre eram recebidas com bom grado por parte dos moradores, apesar das multas previstas. Caetano Zacarias então utilizava o seu espaço mensal como autor de cartas do jornal *O Município* para apontar as formas astuciosas de burlar a legislação tanto por parte dos fiscais em não realizarem as “correições” a contento, quanto dos moradores que não limpavam as estradas, “como a de seu Saturnino Roque, que não foi roçada”.

Como descrições de viagens, o velho Caetano buscava recompor, em forma narrativa, algumas ações de descumprimento às determinações da Intendência. Percorrendo sítios, fazendas, povoações, distritos e a cidade, através de relatos, o autor denuncia as coisas erradas, apontando os problemas e clamando por solução. Tomando como referência as resoluções da Intendência, o cronista as reinterpreta e busca perceber se elas estão sendo colocadas em prática no cotidiano da população.

Um exemplo destas crônicas denunciativas diz respeito à análise da resolução de número 38, de 16 de julho de 1917, que proibia qualquer pessoa deixar abertas porteiros assentadas nas estradas públicas, em cercados particulares e roçados, pagando uma multa no valor de 10 mil reis ou cinco dias de prisão. Esta multa poderia ser imputada pelos fiscais municipais ou por qualquer cidadão no ato da infração, na presença de duas testemunhas. Ainda conforme esta resolução, as porteiros deveriam ter 10 palmos de largura, por 10 de altura, no mínimo. No relato

²⁰⁵ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 7 de julho de 1918.

da viagem à povoação de São José, em 1918, encontramos informações deste contexto relacionado às porteiras. Nelas, o cronista assume o lugar de observador do cumprimento desta determinações no dia-a-dia da população:

Na passagem do rio Caman, esturiei com duas porteiras que tem lá e quis abrir de um azar, mas, como gato escaldado de água fria tem medo, apenas dexei as duas geringonças escancaradas, tomei nota e jurei dar uma denuncia dellas a seu Ananias, fiscal da terra do finado André Targino, que é cabra que não bota água a pinto e nem faz careta a cego²⁰⁶.

Nestas cartas, o velho Caetano assume a posição de denunciante dos sujeitos que não obedeciam às posturas municipais referentes ao tamanho das porteiras. Na crônica de 20 de fevereiro, o autor retoma as aventuras da viagem, desta vez para denunciar as cercas dos currais de gado que existiam ao longo dos caminhos e estradas que ligavam a sede do município à povoação de São José.

Ao sahir da casa do Moraes, andei revendo umas cercas de seu Sarviano Meira e fiquei onça com ellas, pois aquilo não tem fundamento, e até mim contaram que o homem fica zangado com quem faz cerca boa no sítio delle, e entrança o esqueleto de bicho. Vou tomar minhas alturas e se seu Sarviano não cuidar naquellas ramadas, voltarei lá mais seu Zé Agripino fiscal, que é cabra que engeita pirú por carregado²⁰⁷.

Observar o cumprimento das posturas era função dos fiscais, sendo desempenhada também pelo autor das cartas em forma de crônica. Nestas correspondências publicadas pela imprensa local, o autor caracteriza os fiscais da Intendência como: Seu Ananias, “cabra que não faz careta a cego”, Seu Zé Agripino, “cabra que engeita pirú por carregado”, o finado Manoel Ursulino, “cabra que não se fasia magoça delle”. Estas descrições metafóricas visavam caracterizar o trabalho desenvolvido pelos fiscais que desempenhavam a sua função a contento, sempre

²⁰⁶ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 26 de janeiro de 1918, p. 3.

²⁰⁷ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de fevereiro de 1918, p. 3.

apresentando ao chefe da Intendência a imposição das multas aos sujeitos que descumpriam as obrigações.

De identidade não revelada, o autor anônimo fazia uma leitura popular dos principais assuntos que circulavam entre os jardinenses, inclusive do próprio chefe da Intendência e proprietário do jornal *O Município*. Em uma carta de 30 de maio de 1919, o velho Caetano reclama do editor do jornal, que não estava publicando os nomes de algumas pessoas que estavam fazendo aniversário e/ou daqueles que visitavam a tipografia onde era confeccionado o jornal, conforme era costume registrar os nomes dos visitantes na coluna Noticioso.

Esta semana chegou-me aqui uma queixa contra o mestre encarregado de fazer o seu jornal, que está ficando muito descuidado, pois, tem muita gente que faz annos e elle não botá o preto no branco, e também muitos vão lá visitar a entrosa de fazer o jornal, e elle se esquece de diser.

Elle deve saber que muita gente quer è ver o nome em lettra redonda, e por isto não deve deixar de botar o nome dos amigos todos no jornal, não se esquecendo de dar uma patente a cada um, que é cousa que não custa dinheiro²⁰⁸.

A crítica supracitada se refere à publicação da coluna “Noticioso”, do jornal *O Município*, que registrava semanalmente as comemorações natalícias dos jardinenses, os casamentos e as pessoas que visitavam o espaço urbano de Jardim do Seridó. No entanto, para o autor das crônicas, muitos nomes acabavam sendo esquecidos pelo redator da coluna, o que causava constrangimento em alguns. Mas, em carta de 7 de julho de 1918, Caetano foi mais enfático em sua crítica ao chefe da Intendência, sobretudo, em virtude da criação de novas leis e posturas. Vejamos:

Bem me disse o meu compadre Antonio Aquilino quando fez aquella falla ao povo pedindo votos, que ninguém se illudisse com aquelle moço para tomar conta do nosso governo que elle tinha de fazer muito negro gritar por S. Pedro depois de arrependido, pois, todo homem sizudo assim, tem as manhas encobertas.

Compadre Aquilino disse na fallação, que a não ser seu Chico Procópio o presidente, que antes fosse mesmo o curuné, velho

²⁰⁸ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 30 de maio de 1919, p. 2.

Felinto, que a gente ia se ajeitando com elle e não aborrecia tanto o povo com estas leis novas e outras exigências²⁰⁹.

Nos escritos de Caetano Zacarias, fica claro que, em nenhum momento, estas cartas atingiam diretamente à administração, nem ao chefe do executivo, mas se constitui como um estilo literário que registrava, de forma popular e hilariante, as ações da Intendência Municipal. Escritas com uma linguagem matuta, as “Cartas de um Velho” trazia informações sobre os mais variados assuntos, desde temas tradicionais, passando por questões complexas como o discurso de “civilizar” os comportamentos da população citadina. Um leque de informações sobre as notícias que circulavam entre os jardinenses podem ser extraídas dessas cartas. São temáticas que estavam sendo comentadas entre os populares. Boatos que eram passados de boca em boca e que mobilizavam a opinião pública, ao ponto de figurarem nas páginas da imprensa local, não por falta de manchetes mais importantes, mas porque ajudavam a construir um público de leitores que faziam uma outra leitura da sociedade. Enfim, temáticas que estavam sendo debatidas pela população, pois diziam respeito às realidades mais imediatas, como: a guerra, as posturas e leis, as eleições, a instalação da Comarca e as secas.

Da realidade imediata, o autor encontra fragmentos de informações que permitem compor as suas cartas. Nessas crônicas urbanas, encontramos acontecimentos da história local, metamorfoseada através de uma linguagem literária, cômica, poética e ficcional. Por meio dessas cartas, um personagem fala das mudanças que se processavam no cotidiano dos moradores do município de Jardim do Seridó. Desfilam por essas narrativas nomes de pessoas que estavam à frente da administração, seja como intendentes, seja como funcionários públicos, com destaque para os fiscais, que atuavam diretamente com a população.

A cidade é reconstruída nestas cartas através de outros pilares discursivos, para além da cidade concreta, pensada, sonhada e edificada pela Intendência que, através de leis, decretos, posturas e resoluções, buscavam disciplinar a vida urbana. Além da administração pública, o processo de regularização das atividades dos cidadãos jardinenses, a partir de 1919, ganhava uma outra instituição disciplinadora. Tratava-se da reinstalação da Comarca de

²⁰⁹ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 7 de julho de 1918, p. 2.

Jardim do Seridó que, embora tenha sido criada em 1873, tinha sido suprimida em 1892, retornando em novembro de 1919, com a posse do Dr. Manoel Benício de Melo Filho²¹⁰.

A restauração da Comarca, com a atuação de juízes e promotores regulamentando a vida cotidiana da população é analisada a partir de outros elementos temáticos, como “as queixas contra certos abusos que estão se dando ahi²¹¹”. Estes “abusos” que o narrador apresenta dizem respeito à observância das leis, a punir, através da justiça, os indivíduos que iam de encontro à ordem estabelecida. Caetano apresenta os costumes tradicionais que eram postos em prática pela população, mas que estavam sendo barrados pelo poder judiciário da localidade, causando desgosto entre os moradores, pois “estão dizendo que a justiça da Conceição está ficando pior de que a caridade da arara²¹²”.

Na carta de 26 de dezembro de 1919, o velho cronista elenca um conjunto de notícias sobre os costumes diários de alguns cidadãos, “homens da marca velha”, conforme o autor, que estavam sendo privados de certas “liberdades”. Observemos:

Disse o tal moço que a justiça na Conceição, esta embulhando o Delegado, o Juiz, a Intendência, está ficando uma coisa impossível pior de que seu Paulinho para cobrar imposto de feira, que a gente não tem mais liberdade, e as coisas são mais apertadas de que nos outros lugares.

Disse mais que as vezes quer andar de pistola na rua, botar uma faca na cintura ou carregar um cacete bom na mão e não pode, que tem um bando de soldado gostador de simportar com vida aléia, que vão logo chamando a gente para ir conversar com o tenente, e basta um amigo tirar um dia para fazer um forguedo, tomar aguardente e cuspir grosso na cara dos outros para ir para a cadeia. E pior é que quando o amigo afróxa o breque mais um pouquinho e dá uns tiros na rua ou aplica as obras de misericórdia em um cabra ruim, ahi cai nas unhas do Juiz e o processo é certo²¹³.

As práticas tradicionais de andar armado de pistola, faca ou cacete e de fazer justiça com as próprias mãos estavam sendo coibidas pela presença do poder

²¹⁰ AZEVEDO, José Nilton de. *Um Passo a Mais na História de Jardim do Seridó*, p. 50.

²¹¹ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 26 de dezembro de 1919, p. 3.

²¹² CARTAS DE UM VELHO. *Op. Cit.*

²¹³ Idem.

judiciário. Maria Sylvia de Carvalho Franco aponta estas práticas tradicionais como “o código do Sertão”, que se caracteriza como comportamentos que refletem o modo típico de viver e fazer justiça das populações brasileiras moradoras das pequenas comunidades. As formas de comportamento dessas comunidades são marcadas pelos princípios de solidariedade e vínculos familiares que possibilitam a complementaridade entre os membros da comunidade, na resolução dos seus problemas²¹⁴. A restauração da Comarca significava uma mudança desse contexto. A instalação da Comarca constituiu a implantação de uma instituição pública que julgava e punia os delitos cometidos com base em Códigos de Leis, que atuavam quaisquer cidadãos, independentemente de sua condição social.

A atividade forense diferia consideravelmente dos hábitos tradicionais, tendo por base o princípio da isonomia, o qual sentencia que “todos são iguais perante a lei”, conforme previa a primeira Constituição republicana de 1891. Caetano observa este princípio de forma diferente.

Pela parte que me toca, acho que desde que inventaram esta tal de república que disseram que a gente ia ter liberdade de fazer o que quisesse, e se não é assim, então isto não é república e nem nada, e se a justiça da Conceição está tão izata que não se pode mais nem fazer um forguêdo na rua, então ella está apertando demais os parafusos, que nunca ouvi dizer que fosse improibido se dar tiro na rua, correr, gritar e bater nas portas a meia noite, que isto até é uma caçapada de gente moça e não tem que soldado vir se metter no que não é da conta d'elle²¹⁵.

A Constituição republicana trouxe algumas mudanças com relação à prática jurídica, ao extinguir os privilégios de nascimento, desconhecendo os foros de nobreza e extinguindo as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliários e de conselho²¹⁶. Este novo contexto, previsto pela nova Constituição e colocado em prática pela Comarca recém-instalada, vai de encontro às regalias do período anterior, demonstrando mais uma mudança que estava sendo praticada na cidade de Jardim do Seridó.

²¹⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, 1997, p. 23.

²¹⁵ CARTAS DE UM VELHO. *O Município. Jardim do Seridó*, 26 de dezembro de 1919, p. 3.

²¹⁶ BALEEIRO, Oliomar. *Constituições Brasileiras: 1891*, p. 97.

Atento às novas feições de comportamento que os cidadãos devem assumir nos espaços públicos, o cronista aguça o leitor a perceber que “a coisa ahi está de tal forma que ainda mesmo o camarada sendo de boa família, ainda sendo filho de capitão, a justiça não tem atenção, e é só fazer um esperneque e está com o soldado nos cós²¹⁷”. Caetano estranha as novas regras de comportamento, diferentes das que eram praticadas pelos sujeitos populares do passado. Neste sentido, a crônica do autor assume uma característica memorialística, de perceber a existência de tempos diferentes, de sentimento de perda de um passado onde se tinha liberdade de atuação, de poder fazer a justiça com as próprias mãos e não ser punido por isto. A crônica é construída através da recordação de um personagem que viveu em outro tempo, o passado, que difere do tempo presente, a recordação, como aponta Sandra Jatahy Pensavento²¹⁸.

Como registro do cotidiano e das sensibilidades das transformações do tempo presente, Caetano Zacarias recompõe em suas narrativas aquilo que chamava a atenção e que preocupava os homens do seu tempo. A reinstalação da Comarca põe em cena regras de comportamento que deveriam ser seguidas pelos cidadãos. A Comarca é analisada nas cartas do velho Caetano como uma instituição que buscava fortemente moldar a sociedade aos seus preceitos, visando atingir os vícios tradicionais. A vida urbana diferia do mundo rural e, dessa forma, a justiça atuava qualquer deslize cometido, como: atirar na rua, correr, dirigir, gritar e acordar a população. Enfático em suas narrativas, o cronista apresenta detalhes das mudanças que estas leis causaram no cotidiano da população:

Ainda a pouco dias, só porque um amigo tomou um esquete e andava na rua a meia noite com um bando de rapaz num tal de atamove, berrando e gritando e o bicho fazendo ginasca por cima das pedras, sem ter morrido ninguém, quando deram fé os soldados estavam nos cós fazendo a continuança e tal maquinista do atamove teve de ir dormir no sobrado grande aonde os soldados moram, é só não foi o pessoal todo, porque os recursos entenderam que se Deus

²¹⁷ CARTAS DE UM VELHO. *Op. Cit.*

²¹⁸ Para esta autora, a crônica, tal como a literatura, a pintura, é uma fonte documental que permite perceber o real desta ou daquela forma e deve ser entendida através do seu potencial criador. As crônicas jornalísticas memorialísticas assinalam uma diferença entre o tema/objeto da recordação e o tempo da narrativa. Ver. PENSAVENTO, Sandra J. *Crônica: fronteira da narrativa história*, 2004.

não tivesse feito o homem para comer, em vez das pernas elles haviam de ser era raiz, como os pés de mato²¹⁹.

Todos estes temas estavam sendo modificados nas primeiras décadas do século XX e, portanto, Caetano Zacarias colocava a sua pincelada de humor no trato das questões, por mais complexas que fossem. Nessa crônica, o autor chama a atenção para a tentativa de permanência de práticas tradicionais que fugiam às normas jurídicas, como dirigir embriagado. Esses vícios eram barrados pelos policiais, cujo ofício era preservar a ordem pública dos infortúnios cometidos por indivíduos embriagados. Além disso, a crônica atenta para a utilização dos transportes motorizados no cotidiano jardimense, primordialmente pelos filhos abastados do lugar. Porém, a utilização dos automóveis requeria regras que deveriam ser observadas, diferente do contexto descrito na carta, onde a rapazeada saía dirigindo bêbada pelas ruas da cidade.

Como um personagem que já vivenciou diversos acontecimentos, em virtude da idade, o velho Caetano se espanta com as transformações do tempo presente e não economizava espaço para relatar o seu pensamento, a sua leitura da realidade. As transformações políticas, econômicas e sociais que foram implantadas com a República figuram como elementos chaves para a composição das suas cartas. O trabalho de Elias Thomé Saliba constitui-se numa importante contribuição para o esforço de releitura das décadas iniciais do século XX, através das crônicas humorísticas. Para este autor, embora as representações humorísticas brasileiras não tenham sido iniciadas com a República, foi nesta época que elas se intensificaram e ganharam novas dimensões. A desilusão republicana, a aceitação deste estilo literário e o desenvolvimento da imprensa favoreceram a produção humorística²²⁰.

Na carta de 10 de março de 1918, o redator narra a realização de uma eleição republicana que deveria acontecer na cidade de Jardim do Seridó. O velho Caetano estava atento às novidades do contexto histórico vivido. Neste sentido, o processo eleitoral na República apresentava características que diferenciavam do

²¹⁹ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 26 de dezembro de 1919, p. 3.

²²⁰ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 44.

período anterior. Para Itamar de Souza, “a Proclamação da República, em 1889, significou o fim da centralização administrativa monárquica e o início de uma política descentralizada em cada Estado”²²¹. Com base na leitura deste autor, algumas mudanças no sistema eleitoral se realizaram após a aprovação da Constituição de 1891, como o alistamento de qualquer cidadão maior de 21 anos, com exceção dos mendigos, analfabetos, os praças de pré e os religiosos; cada Estado era dividido em distritos eleitorais e a eleição era secreta, embora houvesse a possibilidade de fraudes, pois, em cada município, o processo eleitoral era comandado pelo presidente da Intendência.

As eleições federais para presidente, vice-presidente, senador e deputados federais de 1918 são narradas por Caetano Zacarias em suas cartas. A edição do jornal *O Município*, que circulou na véspera do pleito eleitoral, apresentou a chapa do Partido Republicano, apoiada pelo chefe da municipalidade, a ser sufragada pelos eleitores jardinenses, nos seguintes termos: “não havendo competidores, serão sufragados os nomes dos Snr. Drs. Francisco de Paulo Rodrigues Alves e Delfim Moreira da Costa Ribeiro para presidente e vice-dito da Republica, do cel. João de Lyra Tavares para Senador e dos Drs. Alberto Maranhão, Juvenal Lamartine de Faria e José Augusto Bezerra de Medeiros para Deputados²²²”.

Caetano Zacarias, em carta de 1º de março de 1918 e publicada na edição do dia 10, chama a atenção dos leitores para as mudanças do processo eleitoral da República. Vejamos:

Me contaram aqui que vão fazer hoje ahi na Conceição umas eleições para muita gente ser grande e como eu vejo dizer que este negocio hoje em dia está muito differente do tempo em que eu era eleitor do Commandante Zé Thomaz, estava apitando para ir até ahi ver a coisa de perto para contar bem certo, porque só gosto de contar as coisas tim tim por tim tim como ellas são, e até queria

²²¹ SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 180.

²²² ELEIÇÕES. *O Município*. Jardim do Seridó, 28 de fev. 1918, p. 2. Na edição de 10 de março de 1918, foi publicado o resultado das eleições federais realizadas na cidade de Jardim do Seridó, apresentando o seguinte resultado: Francisco de Paulo Rodrigues Alves – 152 votos, Delfim Moreira da Costa Ribeiro – 152 votos, João de Lyra Tavares – 152 votos, Alberto Maranhão – 126 votos, Juvenal Lamartine de Faria – 126 votos, José Augusto Bezerra de Medeiros – 126 votos e Afonso Moreira de Loyolla Barata – 78 votos. Importante atentar que o nome de Afonso Barata não aparecia na chapa apoiada pelo chefe da Intendência Municipal.

também lhe dar um quebra-costella dos meus pela sua bondade de mandar botar as minhas cartas no seu jornal, com que tenho muito gosto, embora a caseira esteja sempre uma vez por outra me afobando a natureza dizendo que este meu costume de me importar com a vida alheia ainda dar em água suja, porque quem com muitas pedras bole uma lhe cae na cabeça, mas desta vez o jeito e ficar com o gosto recolhido por via da falta de animal, pois hoje não posso mais andar a pé porque depois que peguei a soffrer este reumatismo de todos os pecados, nem me pareço mais com o Caetano daquelle tempo em que quando eu botava o pé no caminho era capaz de passar o velho Manoel Pequeno no quarto²²³.

Nesta carta, podemos observar que as eleições republicanas estavam sendo diferente das realizadas no período imperial, quando em Jardim do Seridó eram procedidas pelo Coronel José Thomaz de Aquino Pereira, chefe político do Partido Liberal e que administrou a cidade por vários mandatos, como presidente da antiga Câmara de Vereadores. Para o velho Caetano que havia presenciado a política do período imperial, assistir as novas eleições era uma forma de estar atualizado com as mudanças do tempo presente.

Nessa carta, observamos ainda a resistência do velho Caetano em se adaptar às novas relações sociais, através da utilização dos mecanismos de circulação rápida, como o automóvel, que, nas primeiras décadas do século XX já transitava pelas estradas do Seridó norte-rio-grandense. Em Jardim do Seridó, existia diariamente uma linha de automóveis que desta localidade seguia para outras cidades, seja porque este tipo de transporte rápido não estava à disposição de toda a população sertaneja, em virtude dos altos custos financeiros, seja porque o velho Caetano resistia aos novos equipamentos de transportes.

Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Souza observa que, durante a década de 1920, em Campina Grande era pouco comum passear pelas ruas, de automóvel, sendo um privilégio de poucos. Os transportes motorizados eram utilizados para transportar mercadorias e abastados e, em seguida, os populares, num ritmo diverso daquele a que haviam se acostumado, que tinha no lombo de animais, nos carros de boi e carroças e no caminhar suas maiores expressões²²⁴.

²²³ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 10 de março de 1918, p. 2.

²²⁴ Ramos, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Op. Cit*, p. 31.

Esse contexto era vivenciado também na cidade de Jardim do Seridó, que viu nas primeiras décadas do século XX a chegada dos primeiros automóveis.

O que Caetano preferia era utilizar os tradicionais animais de cargas, do tipo jumento ou égua, nas suas viagens. O apego ao seu animal de transporte, chamada de Fortaleza, era tão forte que, em uma carta, ele afirma: “a Fortaleza, a égua velha de confiança que nunca se cansou e eu estimo tanto como a Maricota”, isto é, como a sua esposa.

Mas, foi exatamente a falta de animal que impossibilitou Caetano ir acompanhar as eleições federais, “pois hoje não posso mais andar a pé porque depois que peguei de sofrer este reumatismo de todos os pecados, nem me pareço mais o Caetano daqueles tempo”. A falta de transporte, portanto, inviabilizou que os leitores das “Cartas de um Velho” obtivessem mais detalhes sobre as eleições que aconteceram na Conceição, no ano de 1918.

A política republicana incomodava realmente o velho Caetano. Muitas cartas foram redigidas no sentido de discutir este assunto, embora “eu até nem gosto de mexer com elle, que seu Eraques já disse mesmo que eu não fosse acordar o diabo que esta dormindo, que elle podia se soltar e ahi o baralho esta furado²²⁵”. Acontece que estavam previstas para o ano de 1918 as eleições estaduais para candidatos ao Congresso Legislativo Estadual, no triênio de 1918 a 1920.

O Partido Republicano, segundo o jornal *O Município*, apresentou uma “chapa organizada pela convenção do Partido chefiado pelo Ex.mo Desembargador Ferreira Chaves e a que vimos de alludir, além de contemplar diversos elementos de real prestigio no interior do Estado, inclui o nome do nosso preclaro amigo Coronel Felinto Elycio²²⁶”. O município de Jardim do Seridó possuía um representante no poder legislativo estadual, sendo apontando como um dos candidatos eleitos na convenção do partido para o pleito de 1918 o nome do coronel Felinto Elycio de Oliveira Azevedo, que antecedeu o farmacêutico Heráclio Pires Fernandes, como presidente da Intendência Municipal por diversos mandatos²²⁷. Além de serem

²²⁵ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 17 de outubro de 1919, p. 2.

²²⁶ ÀS URNAS. *O Município*. Jardim do Seridó, 31 de agosto de 1918, p. 1.

²²⁷ Segundo José Nilton de Azevedo, na Monarquia o Cel. Felinto Elísio foi deputado provincial por 2 vezes, vereador nos períodos de 1877 a 1878, 1881 a 1884 e presidente da Câmara de 1878 a 1880.

ligados politicamente, mantinham relações familiares, pois Heráclio Pires era casado com Dona Anísia de Azevedo Pires, filha do Coronel Felinto.

Portanto, o jornal apresentava os candidatos que deveriam ser votados pelos cidadãos jardinenses, pois “cumpre-nos, por um dever de gratidão e patriotismo, comparecer às urnas e sufragar os nomes dos candidatos do Partido Republicano ao futuro Congresso Legislativo do Estado²²⁸”. A eleição de 1919 foi uma das mais disputadas durante a República Velha no Rio Grande do Norte, através dos líderes Ferreira Chaves e Alberto Maranhão. Intrigas, insultos e acusações eram divulgados através da imprensa, pelos jornais da capital *A República* e *A Opinião*. No pleito, realizado em 5 de outubro, o desembargador Ferreira Chaves conseguiu uma esmagadora vitória. De acordo com Itamar Souza, “curioso é se observar que os candidatos oposicionistas não ganharam em nenhum município²²⁹”, além de selarem “o fim da oligarquia Maranhão no Rio Grande do Norte, cujo domínio se estendeu de 1890 até 1918, ou seja, vinte e oito anos²³⁰”.

Como um cronista dos acontecimentos do cotidiano da população jardinense, atualizado com os principais assuntos que circulavam entre os cidadãos, por mais corriqueiros ou importantes que fossem, o velho Caetano dava a sua versão para cada assunto do momento. A sua posição perante o sistema político republicano era bastante complexa, e isso ele fazia questão em apontar, conforme a carta de 17 de outubro de 1919.

Já lhe disse de uma feita que desde que inventaram esta tal de república em nosso sertão, que perdi o gosto e metti a viola no saco em negocio de política, e por isto não mexia nesta panella, mais agora o jeito que tenho é mexer também, porque querem botar minha família nesta embrulhada.

Quando menos me apreatava, aqui estourou um moço das bandas do Catururé que pelo armadilha da besta, pareceu ser gente de Culaido da Volta, e quando foi se abancando, ainda bem não tinha afroxado as correias do matulão, foi me disendo que tinha sido alumiado chefe, agora da Conceição, e que tinha desbancado o

Na República, foi deputado por 7 vezes, Intendente no ano de 1890 e no período de 1902 a 1904 e presidente da Intendência de 1894 a 1896, 1905 a 1907, 1908 a 1910, 1911 a 1913 e de 1914 a 1916. AZEVEDO, José Nilton de. *Op. Cit.*, p. 76.

²²⁸ *ÁS URNAS. Op. Cit.*

²²⁹ SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 293.

²³⁰ SOUZA, Itamar de. *Op. Cit.*

curuné velho e que andava vaqueijando inleitor para alistar, e vinha convidar o Zumbeca para botar no rol d'elle²³¹.

Utilizando-se de uma linguagem coloquial, característica do sertanejo analfabeto, como tem feito em suas cartas, o velho Caetano constrói uma leitura peculiar a respeito do novo sistema eleitoral instituído no Brasil, após a Proclamação da República. Nesta crônica, o autor assume a função de alertar a população de eleitores, sobretudo os moradores das povoações, sítios e fazendas, distantes da sede do município, para com o processo de alistamento eleitoral.

A liberação do sufrágio universal para quaisquer cidadãos maiores de 21 anos, com exceção dos mendigos, analfabetos, policiais e religiosos, conforme previa a Constituição de 1891, colocava em prática a busca de cidadãos para comporem as listas dos eleitores, busca essa efetuada pelos candidatos ao pleito. Porém, Itamar de Souza aponta que “o processo eleitoral da República Velha era profundamente fraudulento²³²”, chamando a atenção para as manobras nos alistamentos, na apuração dos votos, a falsificação de atas; “tudo isso e mais outras coisas eram feitas sob o comando intransigente e sisudo do Presidente da Intendência Municipal, que, por sua vez, estava obedecendo às ordens recebidas dos chefões da política do Estado²³³”. O processo funcionava apenas para confirmar as decisões tomadas pelo Partido Republicano, com pouquíssimas oportunidades para a oposição.

Na crônica de 17 de outubro de 1919, o velho Caetano se apresenta como um personagem que estava a serviço do processo eleitoral vigente. E não poderia ser diferente, pois não haveria espaço para tal crítica no único jornal de circulação na cidade de Jardim do Seridó, cuja tendência política era a confirmação da proposta republicana, representada no município pelo Coronel Felinto Elísio, deputado estadual e pelo presidente da Intendência, Heráclio Pires, proprietário do jornal. Nesta crônica, o autor denuncia o aparecimento de um sujeito opositor que circulava na Conceição, isto é, em Jardim do Seridó, em busca de alistar os eleitores para o pleito de Deputados Estaduais, visando, desse modo, “desbancar o curuné velho”.

²³¹ CARTAS DE UM VELHO. *Op. Cit.*

²³² SOUZA, Itamar de. *Op. Cit.* p. 256.

²³³ Idem.

A carta narra o episódio de um personagem, representante da oposição, o qual “tinha sido alumiado chefe, agora, da Conceição”, que percorria o município “vaqueijando inleitor para alistar”. Trata-se de uma narrativa que focaliza o novo processo eleitoral, onde os chefes políticos eram responsáveis pelo alistamento dos eleitores votantes nos pleitos eleitorais. Com um livro na mão, estes políticos percorriam os domicílios dos cidadãos, estimulando-os a se alistarem como eleitores. No entanto, o cronista procura ridicularizar o novo chefe político jardinense, que tinha sido nomeado através de um telegrama. Preso aos costumes tradicionais, o autor das cartas desconfia da veracidade da eleição procedida na capital do estado e encaminhada via telégrafo, o que não apresentava a letra de quem o nomeou. Vejamos:

Disse o tal moço que tinha ganhado nas inleição, tanto que tinha recebido um reccado pelo fialéto, de um tal de doutor Aberto, da capital, e que até tinha mostrado ao pai delle e o velho tinha ficado muito satisfeito de ver o filho n’aquella posição que apesar de ser um rapaz moço e não ser lá muito feito em negócio de leitura, já era chefe de um lugar grande. Disse que o velho só inguinorou foi a lettra do tal reccado em fialéto, que não parecia mesmo com a letra do tal doutor da capital. Ahi me alembrei logo do que fiseram com o velho Delfino do Girimún, que um bello dia recebeu um officio da capital, com todos os éfes e erres, alumiando elle delegado, e quando o velho se enfronhou e appareceu para tomar conta do posto, foi que veio a saber que era caçoada de uns desocupados que andavam faendo mangóça d’elle²³⁴.

Nesta crônica, o velho Caetano desconfia que a nomeação do novo chefe político de Jardim do Seridó, em substituição ao Coronel Felinto Elísio, se tratasse do mesmo que aconteceu no episódio referente a designação do novo delegado, que não passou de uma zombaria via telégrafo. O telégrafo aparece na crônica não como um meio de comunicação rápido que encurtava as distancias geográficas, mas como um aparelho que poderia prejudicar o andamento da burocracia pública, em vista da possibilidade de fraude em sua utilização. Para o cronista, “este povo da capital não é gente, e acham pouco a secca, estão mettendo minhoca na cabeçote de muito sertanejo empaleimado, para depois se rirem a custa delles”. Caetano não poupa palavras depreciativas para caracterizar o novo chefe da localidade, “que

²³⁴ CARTAS DE UM VELHO. *Op. Cit.*

apesar de ser um moço geitoso e de boa arrobação, pelo bater da pestana me pareceu logo que é dos taes que soffrem de ‘sabedoria arrecolhida’ com empanzinação da cabeça, que é uma doença perigosa”.

O aparecimento de um sujeito representando a oposição foi suficiente para a composição de diversas cartas, sempre no sentido de desvalorizar o trabalho desse agente político, pois “tenho muita coisa boa para lhe diser neste assumpto, que empeleitei para tratar d’elle até o fim do ano”. Para Caetano, o novo chefe da política em Jardim do Seridó “catucou o diabo com vara curta e agora o xerém tem de se perder”, o que significava que o cronista iria dedicar diversas cartas sobre este assunto.

Nas crônicas, o autor vai construindo o perfil do novo político, descrevendo de forma negativa os aspectos físicos e as propostas que ele estava divulgando para serem colocadas em prática, quando assumisse os destinos políticos da localidade, pois, quando ele “tomar conta de tudo, negro tem de chiar nas unhas d’elle”, informa o velho Caetano. Nestas cartas existem pouquíssimas informações sobre este chefe da oposição na cidade e, quando aparecem, são descrições das características depreciáveis. Intitulado de “Manél Culaído dos Prazeres”, o novo político é apelidado de “Manél Pabulage”, moço de “boa arrobação”, mais que, quando Caetano contemplou-o de “cima a Baixo”, percebeu o “tamanho dos pés, perdi a fé e bati-lhe o chapéu”. Os aspectos físicos são apontados pelo velho cronista como definidores dos perfis que os políticos deveriam possuir. Apresentar os “pés grandes ou pequenos” significava muito para um personagem tradicionalista como o Caetano, pois definia o lugar social, se era um sujeito acostumado a utilizar sapato e, portanto, afeito às letras ou se um trabalhador da roça e, assim sendo, possuidor de traços grosseiros. Este era um requisito elencado pelo cronista para definir o novo chefe da oposição.

Ao contemplar a figura de “pés grandes”, Caetano narra que este personagem se assemelhava a um “papangú” de feira-livre e não como um chefe político. E acrescenta que o novo político apresentava as características do povo da oposição que “queriam botar os taes maranhão do governo abaixo” em 1913. Segundo a carta, naquela época, participou de uma feira em Jardim do Seridó e que naquele dia havia um “forguedo muito animado na rua, de uns orador que faziam

umas fallação ao povo por causa do negocio de política”. Ao observar atentamente o novo político, o velho Caetano se lembra que,

Neste forguedo ajuntava muita gente, tudo inimigo dos maranhão e eu vi um rapaz lazarino dos pés grandes com um chiquerador na mão que era o papangú do forguedo e servia para espantar o povo do lado dos maranhão que encostava no logar da fallação.

Nesta fonção que faziam no meio da rua para botar os maranhão abaixo, eu vi muito sujeito dos que querem ter sentimento e muito rapaz novo atoa que eram os mais izaltados, e só não digo que aquelles velhos, homens e rapazes são os mesmos que hoje andam fazendo questão para levantarem os taes maranhão e botal-os no governo e são os mesmos que diziam cobras e lagatos d’elles, porque quando me lembro que este povo é o mesmo, chega-me logo vontade de dar de corpo²³⁵.

Podemos observar, na construção do perfil do chefe da oposição, uma tentativa de ridicularizar a sua atuação através das características físicas e das propostas de promover os melhoramentos, para além daqueles que estavam acontecendo com a atuação do Deputado Estadual Felinto Elísio e através do Presidente da Intendência, Heráclio Pires. Nas crônicas, o que a oposição estava querendo era chegar ao poder e colocar “o pessoal graúdo da Conceição para comer fogo nas unhas d’elle”.

O importante é perceber que estas crônicas são descrições metafóricas da realidade. Sem fugir do contexto histórico no qual o autor estava inserido, o cronista busca, na realidade, fragmentos de informações para compor suas narrativas. Uma profusão de elementos das transformações do cotidiano jardimense são possíveis de serem observadas, como os cenários políticos, administrativos e sociais. Caetano faz desfilar, nestas narrativas, personagens, ações, ideias, propostas e preocupações que circulavam entre os cidadãos.

Caetano Zacarias, por diversas ocasiões, se mostra satisfeito com a repercussão que suas cartas causavam entre os leitores do jornal, ganhando fama de contador de histórias, de denunciante das coisas erradas, de boateiro da vida alheia, “embora a caseira esteja sempre uma vez por outra me afobando a natureza dizendo que este meu costume de me importar com a vida alheia ainda dar em água

²³⁵ CARTAS DE UM VELHO. *Op. Cit.*

suja”. Um típico matuto conhecedor de uma enciclopédia de assuntos que iam desde as notícias vindas do exterior, até as informações mais imediatas da vida sertaneja, como as secas.

A região Seridó norte-rio-grandense vivenciou duas grandes secas, nas primeiras décadas do século XX, as de 1915 e de 1919, as quais causaram flagelos às populações, inclusive esta última impossibilitou o velho Caetano de se dedicar à função de escrever as cartas sobre as coisas que estavam acontecendo, “tendo andado muito atarephado no meu laboro de trato de bicho magro e por isso não tinha lhe escrevido ainda, tanto que tenho para lhe diser”. Escrever era uma distração para o velho Caetano, pois “todo velho tem a sua mania [...] eu que dos oitenta janeiros já faz quase outros oitenta que estou adiante, dei pra escrever que é uma verdadeira mania de velho²³⁶”. Em 30 de maio de 1919, na edição de *O Município*, o cronista elege como tema de suas cartas a questão das secas que assolavam a região.

A sêcca por aqui vai medonha e na pisada em que vai, parece que este anno a única que escapa é jumento e cabra do Quipauhá. Na verdade, quando jumento morrer de fome e cabra do Quipauhá bater na canélla, pode diser que não fica mais ninguém, pois, são as duas castas mais viveadeiras que existe, e onde se encontra um cabra do Quipauhá, repare que elle traz debaixo do braço ou realejo ou viola²³⁷.

Nessa carta, as notícias das secas constituíam a principal preocupação dos sertanejos, no ano de 1919. Atento a todos os acontecimentos do mundo contemporâneo, Caetano Zacarias dedica diversas outras cartas para este assunto, inclusive relatando o contato com os “profetas das chuvas”, personagens que, observando a natureza, desvendavam se o ano era “bom” ou “ruim” de inverno²³⁸. Foi no caminho de volta da aventura à povoação de São José que o velho Caetano tomou conhecimento da profecia de que o ano ia ser seco.

²³⁶ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 17 de outubro de 1919, p. 2.

²³⁷ Idem.

²³⁸ Pesquisa mais aprofundada sobre as experiências de inverno, ver: MACEDO, Muirakytan Kennedy de. *A Penúltima Versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*, 2005.

No percurso entre a povoação de São José da Bonita e Jardim do Seridó, o personagem-cronista adentra a residência do “Capitão Moraes, em São João”, sítio de sua propriedade. Nesta crônica, o autor informa que “o Moraes é cabra enttendido em leitura e eu apesar de ser passado na casca e na gorda, muitas vezes fiquei de bocca aberta sem saber responder as perguntas delle”.

Perguntou-me se eu já tinha lido a inlinhada de Homero, a filósofa grega, a destruição de tróia, o arraso de Aquilles, da lanterna de Dioges e muitas outras trapalhadas que não me lembro mais. Quando o homem acabou, eu estava suando que só padrinho Padinaço quando se mettia a fazer sermão, e respondi que aqui pela serra não se conversa naquella trapalhadas que de tudo que elle disse, apenas eu sei a história do carcanhar, porém é do carcanhar de Judas e não do de Aquilles que nunca ouvi fallar²³⁹.

O Capitão Moraes figura nesta narrativa como um sujeito extremamente inteligente, que discutia diversos assuntos, parecendo um “doutor, pois é o povo da linguagem mais trapalhada que eu conheço”. Como um leitor de Homero e da mitologia grega, o Capitão Moraes encantava os seus visitantes com tantas histórias diferentes. Além disto, era considerado um “profeta das chuvas”. Segundo os sertanejos, estes observadores da natureza conseguiam decifrar os prenúncios de um ano invernososo ou seco. Em fevereiro de 1919, o Capitão Moraes já alertava para uma grande estiagem que iria assolar a região naquele período. Essas informações serviram para o velho Caetano compor suas cartas:

Logo nas entradas disse o Moraes que ainda é meu parente por parte de Cosme Pereira, e puxou assunto de inverno que elle é profeta e disse que o anno era sêcco, tanto que estava com vontade de empilhar o feijão delle na areia do rio que sabia que elle este anno não botava água nem uma vez²⁴⁰.

De fato, o ano de 1919 foi marcado pela presença de uma estiagem que provocou fome e matou muitos animais. O próprio jornal *O Município* divulgou

²³⁹ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de fevereiro de 1919, p. 2.

²⁴⁰ CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de fevereiro de 1919, p. 2.

diversos telegramas encaminhados pelo presidente da Intendência, relatando a situação pela qual passava a cidade, naquela época. O farmacêutico Heráclio Pires clamava ao governo estadual a atenção necessária para a crise, pois “estão perdidas ultimas esperanças inverno, começando êxodo população pobre apavorada diante terrível situação em que nos deparamos sem recursos locais para quem apereçar²⁴¹”.

Portanto, com base nestas crônicas jornalísticas, escritas por um personagem que assinava com o nome de “Aba do Chapéu: Caetano Zacarias”, foi possível perceber uma outra leitura da cidade de Jardim do Seridó nas primeiras décadas do século XX. Estas cartas constituem relatos de acontecimentos que marcaram as transformações nos espaços públicos da cidade, escritas em uma linguagem popular. Do modo como aponta Antônio Cândido, as crônicas jornalísticas conservaram o aspecto narrativo e de registro; contudo, redefiniram a sua reivindicação de “verdade”, em favor da subjetividade do autor: ora são diálogos, ora podem marchar rumo ao conto, como também podem comunicar coisas sérias e mais empenhadas, através do modo ziguezagueante de uma aparente conversa fiada²⁴².

Nesta óptica, as crônicas do Caetano Zacarias constituem um registro do cotidiano jardinense, escritas em uma linguagem mais solta, fixando-o na realidade do efêmero. Nas “cartas de um velho”, o cronista se apresenta como um personagem observador, uma testemunha das transformações dos espaços públicos, um transeunte sensível em perceber as mudanças que estavam se processando na cidade, embora suas ideais estivessem presas aos costumes e às tradições, como foi possível acompanhar.

²⁴¹ TELEGRAMMA. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de fevereiro de 1919, p. 1.

²⁴² CÂNDIDO, Antônio (et. al). *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, p. 14-15.

Considerações Finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Às 9 cortamos Jardim do Seridó, uma cidadinha de Tarsila, toda colorida, limpa e reta. Catita por demais, lembrando Araraquara por isso. Cidade pra inglês ver. Mas não tem dúvida que é um dos momentos de cor mais lindos que já tive neste aprendizado de turista.

Mário de Andrade²⁴³.

A cidade de Jardim é uma das localidades de aspectos mais agradável que possui o interior do Estado. A administração, sempre confiada a cidadãos zelosos, trimbrava no asseio e embelezamento da “urbs”, tornando-a um exemplo e um modelo digno de ser imitado.

Todos os anos eram as fachadas dos prédios urbanos reparadas e pintadas, segundo uma postura municipal que se cumpria escrupulosamente. A par desse cuidado material, concorriam a vegetação opulenta dos coqueiros das margens e do leito dos rios “Seridó” e da “Cobra”, para dar á cidade uma impressão de verdadeiro jardim florido, e assim, justificar-lhe o nome oficialmente imposto.

Nestor Lima²⁴⁴.

As crônicas supracitadas constituem leituras construídas por visitantes dos espaços de Jardim do Seridó, nas primeiras décadas do século XX, quando a cidade era administrada pelo farmacêutico Heráclio Pires Fernandes. Cidade que foi visitada em 1929 por Mário de Andrade, um dos participantes da Semana de Arte Moderna e do Movimento Modernista Paulista. Os modernistas paulistas, dentre eles Mário de Andrade, buscavam integrar o elemento regional a uma estratégia nacional, daí a necessidade de empreender uma viagem ao sertão, ao interior. Mário de Andrade iniciou em 1927 uma viagem de estudo aos estados do Norte e Nordeste, tentando conhecer estes espaços a partir da superação das diferenças regionais²⁴⁵ entre as cidades localizadas no litoral e as no interior, como sinônimas de civilizadas e atrasadas, respectivamente, conforme algumas tendências

²⁴³ ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: fotógrafo e turista aprendiz*, 1993.

²⁴⁴ LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Flôres, Goianinha, Jardim do Seridó, Lajes e Luís Gomes*, 1990.

²⁴⁵ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*, 2006.

historiográficas. Como cronista do Diário Nacional, este ensaísta modernista enviava diariamente narrativas acerca dos espaços por ele visitados para a coluna “O Turista Aprendiz”, posteriormente transformado em livro. Trata-se de anotações etnográficas das viagens que realizou pelas regiões do interior do Brasil, nos anos de 1920. Jardim do Seridó aparece nas crônicas de Mário de Andrade como uma cidade colorida, limpa e reta. Este era o desejo também dos que estavam à frente da administração: construir uma cidade bela, higiênica e moderna, capaz de ser reconhecida pelos seus habitantes e pelos visitantes como a “Veneza do Seridó”.

Assim como Mário de Andrade, Nestor Lima destaca, em sua crônica, os aspectos de embelezamento urbano executados pela administração pública, através de Códigos de Posturas que determinavam a limpeza e pintura anual das fachadas das residências localizadas no perímetro urbano. Norte-rio-grandense, formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1909, Nestor Lima sempre esteve dividido entre o trabalho de pesquisa histórica, o magistério, a advocacia, a atividade política e a vida cultural da cidade do Natal e do Estado do Rio Grande do Norte²⁴⁶. Além do seu trabalho na área de educação, como Diretor Geral da Instrução Pública e Diretor do Departamento de Educação do Estado, caracterizado pela modernidade educacional no Rio Grande do Norte, Nestor Lima desenvolveu pesquisas de cunho historiográfico sobre as cidades do Estado. Jardim do Seridó aparece nos textos deste autor a partir de uma análise da gestão administrativa. Para ele, o zelo com a limpeza e pinturas dos prédios urbanos, aspecto esse aliada à vegetação dos coqueirais, ao longo da extensão dos Rios Cobra e Seridó, tornava a cidade um jardim florido e, com isso, legitimava o próprio nome de Jardim do Seridó.

Esta é também a impressão registrada por Arno S. Pearse, no Relatório *Brazilian Cotton*. Para ele, “Jardim do Serido (280 metres above sea-level). This little town is beautifully situated with a grove of tall palms at its entrance. It is probably the most important of the municipalities in the Serido district”²⁴⁷. Pearse chama a atenção para a boa localização da cidade e registra a paisagem panorâmica em

²⁴⁶ MENEZES, Antônio Bazílio de. *Nestor dos Santos Lima e a modernidade educacional no Rio Grande do Norte*. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0442.pdf>.

²⁴⁷ PEARSE, Arno S. *Brazilian Cotton*, 1921, p. 148.

fotografia, cujo ângulo selecionado apresenta os bosques de coqueirais, tendo ao fundo a cidade e a igreja do alto do Coração de Jesus.



FIGURA 11: Vista panorâmica da entrada da cidade de Jardim do Seridó, presente no Relatório *Brazilian Cotton*. de Arno S. Pearse.
FOTO: Sem autoria, 1921.
FONTE: *Brazilian Cotton*.

Essas são impressões elaboradas por pessoas que visitaram Jardim do Seridó nas primeiras décadas do século XX. São imagens da cidade elaboradas por pessoas de fora, visitantes. Elas se detêm no aspecto visual. A presente pesquisa, no entanto, possibilitou perceber que essa cidade, desejada, sonhada e executada pela administração pública, foi fruto de um esforço de atualizar e inserir Jardim do Seridó no contexto nacional de desenvolvimento, propagado em outras cidades do Brasil. Porém, a construção dessa cidade bela, higiênica e moderna, lembrando os quadros de Tarsila, como observou Mário de Andrade e vista como um modelo a ser seguido, como apontou Nestor Lima, não foi um processo simples e contínuo, mas complexo e marcado por discontinuidades, sobretudo relacionadas a uma parte da população que não se encaixava nas novas regras de comportamento desejados pelos que estavam à frente da gestão da cidade.

Tendo como recorte temporal o período entre 1917 a 1930, que corresponde à época em que a administração pública foi exercida por Heráclio Pires Fernandes, tivemos que realizar alguns recuos e avanços temporais, pois

percebemos que alguns acontecimentos não são restritos às temporalidades administrativas. Como um estudo voltado para a história social dos espaços, a presente pesquisa abarca uma miscelânea de outras temáticas relacionadas com o objeto de análise: Jardim do Seridó no início do século XX.

Nessa época, a cidade passou por um processo de transformação, proporcionado pela chegada e construção de diversos equipamentos: estradas, ponte, coreto, açougue, mercado, grupo escolar, calçamentos, arborização, iluminação, nomeação e numerações de ruas, limpeza das residências e prédios públicos, a chegada dos automóveis, dos correios, do telégrafo. Foi possível acompanhar essas mudanças, através de leis, decretos, atas, multas e matérias do jornal *O Município*. Nesta documentação, estão presentes os desejos de atualizar os espaços públicos a partir de palavras de ordem como: civilidade, progresso, moderno, no sentido de legitimar o título de “Veneza do Seridó”, estampado nas crônicas elaboradas pelos intelectuais jardinenses.

A “Veneza do Seridó”, título propagado para caracterizar a cidade de Jardim do Seridó, constitui uma alusão às mudanças realizadas nos espaços urbanos, numa referência comparativa a Recife, a “Veneza Brasileira”, cidade onde Heráclio Pires morou, durante o período em que cursou Farmácia e onde uma parte dos jardinenses mantinha relações comerciais. Buscando inspiração no Recife, a administração pública de Jardim do Seridó quer edificar uma cidade bela, limpa e moderna. Uma cidade inserida nos esforços de superação das diferenças regionais, através da construção de estradas que ligavam as demais localidades do país, conforme foi possível acompanhar no primeiro capítulo. As estradas são vistas não somente como as vias de circulação das pessoas, mas do movimento de ideias e mercadorias vindas de outras localidades. Nesses centros regionais de comércio, como: Campina Grande, Recife e Natal, os jardinenses buscavam inspirações de “civilidade” e “progresso”.

Civilizar os espaços significava transformação da estrutura física através da edificação de diversos equipamentos urbanos que tinham a função de embelezar a cidade, como o Coreto, o prédio do Grupo Escolar Antônio de Azevedo, o Açougue e o Mercado Público, conforme foi analisado no segundo capítulo. Mas, este processo de civilização se caracteriza, ainda, por um outro modo de comportamento

que deveria ser observado pela população. Através de diversas leis, resoluções e decretos, expedidos pela Intendência Municipal, pudemos perceber o desejo de mudanças nos costumes e nos comportamentos que as pessoas deveriam ter para com o espaço público.

Essas alterações foram acompanhadas de uma outra leitura das transformações dos espaços públicos, onde a cidade bela, higiênica e disciplinada é analisada numa perspectiva diferente. Tomando como documentação as cartas do velho Caetano Zacarias, no terceiro capítulo, percebemos que as sensibilidades do novo como algo moderno na cidade não foram captados por todos os seus habitantes de maneira semelhante à forma como foram propagadas pelos autores de crônicas publicadas pela imprensa local. Esse contexto marcado pela presença do novo possibilitava também outras leituras; portanto, as transformações do cotidiano foram analisadas de formas diversificadas. Afinal, a tentativa de adaptar a população às novas regras de comportamento no espaço público, presentes nas diversas posturas criadas pela Intendência, seguia-se de multas aos indivíduos que descumpriam as suas determinações. A cidade passava por modificações e os seus habitantes deveriam, pois, também seguir esse novo modelo.

Assim, constata-se que a construção dos espaços públicos na “Veneza Seridoense” foi um processo que envolveu diversos interesses entre aqueles que estavam à frente da administração e os outros personagens que viviam na cidade. Percebendo a cidade como uma trama cotidianamente vivida, a construção dos seus espaços públicos se caracterizaram por apropriações, enunciados, desejos e interesses múltiplos.

Acervos, Fontes e Referências

Acervos e Fontes

Arquivo Público Municipal Severino Ramos de Azevedo. Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó.

Livro de Decretos e Leis da Intendência Municipal (1891-1920).

Livro nº 09: Termo de Multa (1882 / 1940).

Livro nº 22: Portarias Expedidas (1896 / 1920).

Livro nº 31: Atas do Grêmio Litterário e Recreativo Jardimense (1914-1917).

Arquivo da Câmara Municipal de Jardim do Seridó.

Livro de Actas. (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

Acta da 1ª Sessão de 2ª Ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas.* (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

Acta da 1ª Sessão da 3ª Ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas.* (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

Acta da 1ª Sessão da 4ª Ordinária do Conselho da Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas.* (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

Acta da 1ª Sessão da 5ª Ordinária do Conselho da Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas.* (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

Acta da 2ª Sessão de 3ª Ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó de 1912. *Livro de Actas.* (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

Acta de uma sessão extraordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas – 1922.* Jardim do Seridó, 15 de mai. de 1923.

Acta de uma sessão extraordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas – 1922.* Jardim do Seridó, 15 de mai. de 1923.

Acta da 1ª Sessão da 1ª Ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas – 1922.* Jardim do Seridó, 22 de jan. de 1924.

Acta da Sessão Extraordinária da Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas – 1922.* Jardim do Seridó, 18 de jun. de 1925.

Acta da reunião dos sócios fundadores do Gremio Litterario e Recreativo Jardimense. *Livro de Actas do Gremio Litterario e Recreativo Jardimense (1914 – 1917).*

Instituto Histórico de Geográfico do Rio Grande do Norte.

O Município. Jardim do Seridó. 1917 – 1919.

Jornais:

APELLO ao povo Jardinense. *O Município.* Jardim do Seridó, 21 de set. 1918, p. 01.

A SÊCCA. *O Município.* Jardim do Seridó. 23 de abr. 1919, p. 3.

BANDA Musical Euterpe Jardinense. *O Município.* Jardim do Seridó, 27 de jun. 1919, p. 1.

CARTA. *O Município.* Jardim do Seridó, 21 de fevereiro de 1919, p. 1.

CONTINUAÇÃO do Relatório. *O Município.* Jardim do Seridó, 28 de fev. de 1918, p. 1.

CONTINUAÇÃO do relatório. *O Município.* Jardim do Seridó, 10 de mar. 1918, p. 1.

DENOMINAÇÃO das ruas. *O Município.* Jardim do Seridó, 30 de mar. 1918, p. 1.

DE SOSLAIO. *O Município.* Jardim do Seridó, 12 de out. 1918, p. 2.

ESTRADAS de rodagens. *O Município.* Jardim do Seridó, 21 de nov. de 1918, p. 1.

ESTRADA de rodagem. *O Município.* Jardim do Seridó, 26 de out. de 1918, p. 1.

ESTRADAS Públicas. *O Município.* Jardim do Seridó, 20 de mar. 1918, p. 1.

IMPRESSÕES de quem parte. *O Município.* Jardim do Seridó, 6 de abr. de 1918, p. 1.

INTENDENCIA municipal. *O Município.* Jardim do Seridó, 20 de jul. 1918, p. 2.

LIMPEZA das estradas. *O Município.* Jardim do Seridó, 05 de out. de 1918, p. 1.

Mensagem ao Congresso Legislativo. *A República.* Natal, 4 de Nov. de 1910.

NOTICIOSO. *O Município.* Jardim do Seridó, 20 de fev. de 1918, p. 3.

OBRAS publicas. *O Município.* Jardim do Seridó, 06 de jun. 1919, p. 1.

O SERIDÓ progride: empresa de automóveis. *O Município.* Jardim do Seridó, 05 de out. de 1918, p. 1.

O ALGODÃO. *O Município.* Jardim do Seridó, 10 de set. 1919, p. 1.

PARELHAS. *O Município.* Jardim do Seridó, 30 de mar. 1918. p. 2.

PELO Telegrapho. *O Município.* Jardim do Seridó, 18 de jul. de 1919, p. 1.

RELATORIO. *O Município.* Jardim do Seridó, 30 de mar. 1919, p. 1.

RELATORIO. *O Município.* Jardim do Seridó, 10 de mar. 1918, p. 1.

RELATORIO, Continuação do. *O Município.* Jardim do Seridó, 10 de mar. 1918, p. 1.

SERVIÇO postal. *O Município*. Jardim do Seridó, 11 de abr. 1919, p. 1.

SOLICITADAS: Despedidas. *O Município*. Jardim do Seridó, 1º de jun. 1918, p. 3.

Referências:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Espaços da Saudade. In. *A Invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN; São Paulo: Cortez, 2006.

ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: fotógrafo e turista aprendiz*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1993.

ANDRADE, Juciene Batista Félix. *Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ARANHA, Gervásio. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925). In: Ó, Alarcon Agra do et. al. *A Paraíba no Império e na República: Estudos de História social e Cultural*. João Pessoa: Idéia, 2003. p. 79-132.

ARRAES, Marcos Alexandre. Primeiros enunciados de modernidade: o discurso do moderno no Recife nas décadas iniciais do século XX, In.: *Emblemas: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais, UFC-CAC*, v. 7, n. 1, jun-jul, 2010, p 101-122. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/emblemas/article/view/12602/8246>. Acesso em: 06/07/2012.

ARRAIS, Raimundo. *Recife, Culturas e Confrontos: as camadas urbanas na campanha Salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN, 1998.

_____. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: USP, 2004.

_____. Da Natureza à Técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In.: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (Orgs). *Surge Et Ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*. Natal: EDUFRN, 2006.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 193.

AZEVEDO, José Nilton de. *Um Passo a Mais na História de Jardim do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BALEEIRO, Oliomar. *Constituições Brasileiras: 1891*. Brasília: Senado Federal

BERMAN, Marshall. *Todo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CÂMARA, Amphiloquio. *Cenários Municipaes*. Natal: DEI, 1940, p. 151.

CANDIDO, Antônio [et. al,]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 35.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2005.

DAMÁSIO, Cláudia Pilla. A construção e a imagem: cidade-progresso em Porto Alegre na virada do século. IN: PESAVENTO, Sandra J.; SOUZA, Célia (Orgs.). *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2005, p. 8.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. O Homem deixou de ser a medida das coisas: o movimento do quebra-quilos na Paraíba (1874-1875). In. *Anphu*. Anais.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 11.

KNAUSS, Paulo. A Cidade como Sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea – o incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961. In.: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: EDUNICAMP, 1994, p. 547.

LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Flôres, Goianinha, Jardim do Seridó, Lajes e Luís Gomes*. Edição Fac-Similar da Revista do Instituto Histórico e Geografico do Rio Grande do Norte. Vol. 29/31 – 1938. Coleção Mossoroense, 1990.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999, p. 17.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A Penúltima Versão do Seridó: uma História do Regionalismo Seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005, pp. 164-210.

MACEDO e SILVA, Antônio Luiz. *Paisagens de Consumo. Fortaleza no tempo da Segunda Guerra*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

MARINHO, Márcia Maria Fonseca. *Natal também Civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense (1900-1930)*. Dissertação. Natal, 2008.

MÉLO, Evaneide Maria de. *A Paisagem em Foco: leituras fotográficas de Jardim do Seridó-RN*. Natal: EDUFRN, 2009.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo Revisitado. In.: *Estudos Históricos*. v. 1. n. 2, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. Campina Grande: Cenários de Sedução. In. DANTAS, Eugênia; BURITI, Iranilson (orgs). *Cidade e Região: múltiplas histórias*. João Pessoa: Idéia, 2005, p. 67-84.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Fora da Higiene Não Há Salvação: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. *MNEME – Revista de Humanidades*, UFRN, Caicó. V. 4, n. 7, 2003. Disponível em <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme07/002-p.pdf>. Acesso em: 07/04/2011.

_____. Temp(l)os de Consumo: memória, territorialidades e cultura históricas nas ruas recifenses dos anos 20 (Século XX). In. *Revista Saeculum – Revista de História*. João Pessoa: 2007. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum_16.html. Acesso em 19/06/2012.

PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu Misturo com Banana: carnaval e cotidiano de guerra em Natal, 1920-1945*. Natal: EDUFRN, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In.: *Revista Brasileira de História*. Vol. 27, nº 53. São Paulo. 2007.

POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922, p. 336.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROSSETTI, Regina & VARGAS, Herom. A recriação da realidade na crônica jornalística brasileira. In: *UNIrevista*, vol. 1, nº 3, jul/2004

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Natal, Outra Cidade!:* O papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929). Dissertação de Mestrado em História. Natal, 2012

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque a era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 e

SOBRINHO NETO, Joachin de Melo. *Uma outra face da Belle époque carioca: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto*. Dissertação de Mestrado em História. Campina Grande, 2010.

SOURA, Itamar. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Natal: EDUFRN, 2008.

SOUZA, Fábio Gutemberg Bezerra de. *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

TURAZZI, Inez Maria. Paisagem Construída: Fotografia e memória dos “melhoramentos urbanos” na cidade do Rio de Janeiro. In. *Revista Varia História*. Belo Horizonte. V. 22. n. 35, 2006.